Fronteiras

6

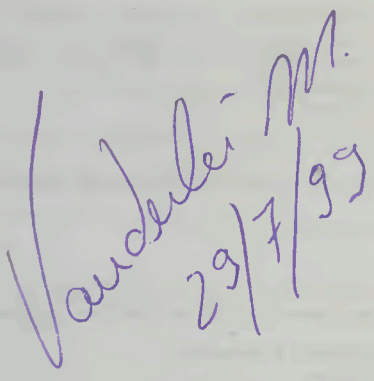
Revista de História

ISSN 1415-8701

Fronteiras
Revista de História

Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de História

FRONTEIRAS
Revista de História



ISSN 1415-8701

Fronteiras: Revista de História	Florianópolis	n.6	p. 1-147	1998

FRONTEIRAS: Revista de História é uma publicação semestral editada pelo Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História da UFSC e Associação Nacional de História (ANPUH-SC).

Conselho Editorial
Cristina Scheibe Wolff
Joana Maria Pedro
João Klug
Maria Bernadete Ramos Flores
Eunice Sueli Nodari (ANPUH)
Rogério Luiz de Souza
Valberto Dirksen (Presidente)
Valmir Francisco Muraro

Conselho Consultivo
Ângela de Castro Gomes (UFF)
Augustin Wernet (USP)
Bárbara Weinstein (New York)
Carlos Humberto P. Corrêa (IHGSC)
Euclides Marchi (UFPR)
Léon Bieber (Iberoamerikanisches Institut-Berlim)
Maria Amélia Schmidt Dickie (UFSC)
Maria Célia Paoli (USP)
Michael Mc Donald Hall (UNICAMP)
Rosângela Miranda Cherem (UDESC)
Sandra Pesavento (UFRGS)
Selvino José Assmann (UFSC)

Composição e editoração
Gerson Mendes de Souza Filho

Capa
Paulo Roberto da Silva

Assessoria Tecnica:
Daurecy Camilo (Beto) CRB-14/416

(Catalogação na fonte por Daurecy Camilo (Beto) CRB-14/416)

Fronteiras: revista de história / Universidade Federal de Santa Catarina. Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História da UFSC e Associação Nacional de História (ANPUH-SC) .— n.6 (1998) - . - Florianópolis : Imprensa Universitária. 1998 -
v. ; 28 cm

Semestral
Continuação de: Revista Catarinense de História, 1990/1997, n.1-5.
ISSN 1415-8701

1. História – Periódicos I. Universidade Federal de Santa Catarina.

Endereço para correspondência e assinatura
Mailing address subscriptions

Universidade Federal de Santa Catarina
Departamento de História
Campus Universitário – Trindade
88040-900 Florianópolis SC
E-Mail: história@cfh.ufsc.br
Tel. (048) 331-9249 Fax (048) 331-9359

SUMÁRIO

Editorial
Rogério Luiz de Souza

Artigos

Historiografia recente sobre a emigração alemã para o Brasil **07**
Jorge Luiz da Cunha

Protestantismo e etnia: sobre a preservação da identidade étnica no rotestantismo de imigração **19**
Lauri Emílio Wirth

Catolicismo e Projeto de Higienização em Santa Catarina (1945-1960) **41**
Rogério Luiz de Souza

Em busca da "Sciencia Medica": tentativas de legitimação da medicina homeopática **53**
Renata Palandri Sigolo

Tempo livre, tempo de educar **63**
Adriano Luiz Duarte

O elogio da descontinuidade: Michel Foucault e a historiografia **79**
Norberto Dallabrida

Sérgio Buarque de Holanda: Fronteiras, Natureza e Cultura **95**
Cristina Scheibe Wolff

Estados Unidos e a América Latina: o declínio de uma hegemonia (parte II) **109**
Waldir José Rampinelli

Redes políticas **123**
Patrícia Zumblick Santos May

Resenhas/Livros

A nova ordem internacional pós-guerra fria **139**
Waldir José Rampinelli.

Igreja e Poder em Santa Catarina **143**
Rogério Luiz de Souza

Editorial

O desafio de se divulgar cada vez mais trabalhos inéditos e de qualidade, exige das atuais revistas científicas uma necessária adequação às recentes diretrizes de produção e publicação de periódicos, o que sugere, aliás, um empenho significativo na organização do processo editorial e, conseqüentemente, na reformulação de seus objetivos. É partindo destas preocupações, que nossa Revista de História ganha a partir deste VI volume uma nova roupagem e um novo conteúdo, com o intuito de ampliar a preferência pela pluralidade temática, de promover o intercâmbio entre pesquisadores e de possibilitar a maior divulgação da produção do saber. Além disso, haja vista a necessidade de se avaliar as produções enviados à direção da Revista, fez-se mister a constituição de um Conselho Consultivo formado por um corpo qualificado de pesquisadores e de professores de instituições nacionais e internacionais com o objetivo de emitir pareceres referentes aos trabalhos apresentados.

Ademais, ao buscar sempre mais o reconhecimento científico, a nossa predecessora "Revista Catarinense de História" se apresenta hoje com um novo título: FRONTEIRAS. Uma revista que se abre para a publicação do conhecimento histórico, num esforço incontido de favorecer a circulação fluida das múltiplas áreas do saber tais como História, Antropologia, Sociologia, Geografia, Economia, etc. com o fim específico de criar o debate interdisciplinar e de revelar os modos de utilização dos objetos de pesquisa e as possíveis variações das práticas históricas, permitindo que pesquisadores, com suas preocupações metodológicas e com suas posturas teóricas, estejam abertos à crítica científica e ao diálogo acadêmico. Assim, com este novo volume, a revista FRONTEIRAS quer atingir um público mais amplo e viabilizar a divulgação de uma produção científica aberta ao novo e ao diferente.

O novo título é sugestivo, já que exprime, metaforicamente, a intenção primeira desta nova proposta editorial: o culto à transgressão, à invasão, ao fora dos limites. A pretensão desta postura é nítida. Quer-se deixar contaminar pelas heterogeneidades dos paradigmas científicos e revelar as polifonias do território da história. Afinal, como haveríamos de demarcar o "uti possidetis" do conhecimento histórico? Onde estaria o centro desta territorialidade? Onde estaria a sua zona fronteiriça? Não há dúvida, existem mais abismos e mais pluralismos do que podem imaginar nossos modelos históricos.

Portanto, a revista FRONTEIRAS quer ultrapassar os espaços limítrofes e, ao mesmo tempo, estar aberta ao próprio espaço conhecido, já que as incursões à territorialidade dos objetos de análise histórica sempre estarão travestidas de um conteúdo polissêmico e assintótico, que sempre exigirá uma compreensão, uma atitude hermenêutica e uma contextualização do evento a partir dos vários pontos de vista. Transpor as fronteiras será a tarefa do pesquisador imbuído do espírito desta revista, que não teme a desafiar o lendário Procusto, na sua tentativa mutilante de conformar todos ao tamanho do seu leito.

Como se pode perceber, a proposta envereda por um caminho ensaístico, lançando vistas a um "fazer histórico" livre das amarras esteriotípicas de um cientificismo desarticulador dos saberes e limitador da composição interdisciplinar. O ensaísta deverá ultrapassar a revisão bibliográfica e propor um conhecimento histórico original e criativo, impulsionado por um desejo firme de se aproximar do indizível, do dissimulado, do instável, do conflito. Um convite aos que se predispõem a inovar e a resgatar o passado ausente, através do exame acurado das fontes e da argumentação consistente e teórica.

Afinal, o que se está tentando empreender nesta nova etapa é a busca constante em direção das melhores medidas cabíveis de estruturação de uma revista científica e de aprofundamento de questões pertinentes ao estudo da história, o que implica, desde já, o aparecimento de sugestões e de possíveis críticas. Por isso, abre-se este novo espaço de publicação para convidá-lo a participar, com seus trabalhos, suas críticas e suas sugestões, deste processo de construção das múltiplas fronteiras.

Rogério Luiz de Souza

Historiografia recente sobre a emigração alemã para o Brasil

Jorge Luiz da Cunha
Professor Titular da Universidade
Federal de Santa Maria-RS.

Resumo:
Este estudo tem o objetivo de refletir sobre a abrangência da historiografia recente sobre a emigração alemã para o Brasil e seus efeitos sobre as relações bilaterais entre Alemanha e Brasil e, na atualidade, sobre as populações de origem imigrante, - que constituem no sul do Brasil nichos sociais e culturais singulares.

Palavras-Chave: Historiografia; Emigração/Imigração Alemã; Brasil.

Abstract:
This study aims to reflect over the range of the recent historiography about the German emigration to Brazil and its effects on the bilateral relationships between Germany and Brazil, on the present time, and on the immigrant origin population that constitute singular and social niches in the South of Brazil.

Keywords: Historiography - German Emigration/Immigration - Brazil.

Sobre a emigração alemã foram realizados e publicados, recentemente, na República Federal da Alemanha, vários trabalhos. Poucos deles, no entanto, ocupam-se com a emigração alemã para o Brasil e a colonização de parte do seu território, especialmente o sul, com alemães e seus descendentes. Não é suficiente para justificar esse fato a constatação de que a maior parte dos emigrantes alemães dirigiram-se para os Estados Unidos da América do Norte e que, por esta razão, a maior parte dos trabalhos acadêmicos recentes sobre este tema, principalmente em História, se concentrem sobre aquela região.

Entre 1824 e 1914 cerca de 90% (4.921.900) dos emigrantes alemães registrados em portos alemães foram para os Estados Unidos da América do Norte. Para o Brasil, segundo país em importância nas tabe-

las sobre a emigração alemã, contam-se para esse mesmo período um pouco mais de 2% (93.000) do número total de emigrados (5.432.100)[1].

O número de emigrantes alemães que se dirigiam para o Brasil é aparentemente pequeno, contudo, justifica-se uma atenção maior dos pesquisadores sobre essas cerca de 93.000 pessoas, dada a importância de sua participação no processo de desenvolvimento da sociedade brasileira.

O pesquisador alemão FRÖSCHLE procurou explicar esta desatenção ou desinteresse na Alemanha contemporânea sobre a presença de alemães na América Latina. Ele afirma que desde 1976 a América Latina transformou-se em uma espécie de modismo do mercado editorial alemão. Ainda assim, nesta avalanche de informações sobre a América Latina e seus problemas, não aparece um único comentário ou programa, nem mesmo um único livro que se ocupe com os grupos de fala e cultura alemã na América Latina - que não raro desempenham nos contatos bilaterais entre o Brasil e a Alemanha um papel importante. Este fato denuncia a cortina de silêncio e indiferença que cobre um aspecto importante da história do povo alemão e das relações da Alemanha com os países latino-americanos, onde preconceitos e tabus políticos e ideológicos aparecem de maneira especialmente dura[2].

Se esta observação de FRÖSCHLE é aplicável ao conjunto da América Latina, ela o é também para o caso brasileiro. Neste século apareceram apenas uns poucos trabalhos que se ocuparam com a emigração/imigração e colonização alemã no Brasil.

Entre os que tratam dos aspectos gerais que envolvem o tema, produzidos em língua alemã, merece menção em primeiro lugar a tese de doutorado não publicada de Ferdinand SCHRÖDER[3], defendida em 1930, em Hamburgo. Em seu trabalho sobre a emigração alemã para o Brasil são utilizados pela primeira vez os fundos documentais sobre o assunto, depositados em diversos arquivos alemães. Infelizmente, SCHRÖDER limita-se a analisar somente o curto período de 1824 (ano da fundação da colônia alemã de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul) a 1859 (ano da

---

1 MÖNCKMEIER, Wilhelm. *Die deutsche überseeische Auswanderung. Ein Beitrag zur deustchen Wanderungsgeschichte.* Jena: 1912, pp.192s.

2 FRÖSCHLE, Hartmut (Ed.) *Die Deutschen in Lateinamerika. Schicksal und Leistung.* Tübingen; 1979, p. 15. Em 1976 a 28ª Feria de Livros de Frankfurt elegeu pela primeira vez a América Latina como tema.

3 SCHRÖDER, Ferdinand. *Die deutsche Einwanderung nach Brasilien bis zum Jahre 1859.* Hamburg: 1930.

interdição prussiana da emigração para o Brasil provocada pelo "Reskrip von der Heydt" de 3 de novembro de 1859). O grande mérito de SCHRÖDER foi examinar os documentos, até então inéditos, do arquivo do Estado Federado de Mecklemburgo Pomerânia Ocidental, na cidade de Schwerin ("Mecklenburgische Landes Hauptarchiv Schwerin")[4], sobre a contratação pelo Major von Schäffer de vários apenados das casas de detenção e trabalho de Meklenburgo-Schwerin[5] como emigrantes para o Brasil. Este assunto, na historiografia brasileira, sobre a imigração alemã sempre foi relegado preconceituosamente, exemplo disso são a publicação comemorativa ao centenário do começo da colonização alemã no Rio Grande do Sul[6], de 1924, e o livro de Aurélio PORTO[7], de 1934, que tratam do assunto como se fosse uma lenda.

Fritz SUDHAUS[8] concentra-se em seu livro, de 1940, "*Deutschland und die Auswanderung nach Brasilien im 19. Jahrundert*" (A Alemanha e a emigração para o Brasil no século XIX), sobre a análise de diversas publicações contemporâneas ao próprio movimento emigratório alemão para o Brasil e fornece uma interpretação precisa e crítica das discussões e idéias sobre este complexo temático, relacionando-o e contextualizando-o com aspectos mais gerais da história econômica, social, política e cultural da Alemanha. Como SUDHAUS, em sua pesquisa, baseou-se somente em fontes alemães, permanecem algumas lacunas, especialmente relacionadas às posições do governo e da opinião pública brasileira em relação aos planos e concepções alemãs sobre a imigração e colonização no Brasil.

Uma obra muito importante é a de Gerhard BRUNN[9], de 1971, sobre a Alemanha e a emigração para o Brasil antes da Primeira Guerra Mundial. BRUNN analisa atiladamente as relações bilaterais de Brasil e Alemanha, especialmente a partir da Proclamação da República, em 1889. Dedica um grande número de páginas à propaganda para a emigração ao

---

4 Indexados sob: Kabinett I: Nrs. 53, 54, 58, 62, "Auswanderung nach Brasilien (1824-1825)" u. Nr. 78, "Auswärtiges, Konsulate. Bestellung der mecklenburgischem Konsuln in Südamerika (1824-1868)".

5 "Landarbeitshäuser und Straf - und Korrektionsanstalten".

6 "Die Legende von den Mecklenburgen". In: VERBAND DEUTSCHER VEREINE (Hrsg.) *Hundert Jahre Deutschtum in Rio Grande do Sul, 1824 - 1924.* Porto Alegre: 1924, pp. 49s.

7 PORTO, Aurélio. *O trabalho alemão no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: 1934.

8 SUDHAUS, Fritz. *Deutschland und die Auswanderung nach Brasilien im 19. Jahrhundert.* Berlin: 1940.

9 BRUNN, Gerhard. *Deutschland und Brasilien (1889 - 1914).* Köln/Wien: 1971.

Brasil; à política de emigração ao Império Alemão - a supressão do "*Reskrip von der Heydt*", a lei sobre a imigração de 1897 ("*Auswanderungsgesetz von 1897*"), a Companhia Hanseática de Colonização ("Hanseatiche Kolonisationsgesellschaft") e a "*Deutschtumspolitik*" e sua relação com o mito do "Perigo Alemão" ("*Deutsche Gefahr*") -; a partir de uma abundante e inédita documentação.

Sobre praticamente o mesmo período, 1890-1914, há o trabalho de Jürgen HELL[10], apresentado como tese de doutorado na Universidade de Rostock em 1966, e o de Mercedes Gassen KOTHE[11], atualmente pesquisadora junto à Universidade de Brasília, defendido como tese de doutoramento, também na Universidade de Rostock, em 1992.

O trabalho de Jürgen HELL, ainda que trate das pretensões do Império Alemão voltadas para o sul do Brasil tenha sido orientado pelos professores Katz e Dessau - dois historiadores marxistas ligados ao Partido Socialista Unificado da República Democrática da Alemanha (SED) - e que, por isso mesmo, corresponde às diretrizes teórico metodológicas herméticas determinadas pela política científica do partido único, é importante para a historiografia sobre a emigração para o Brasil. O acervo documental básico do trabalho foi o, até então não utilizado, "*corpus*" do Departamento de Relações Exteriores e do Ministério das Questões Internas ("*Auswärtiges Amt*" e "*Reichsministerium des Innern*") que se encontram no Arquivo Federal em Potsdam ("*Bundesarchiv Abteilung Potsdam*"). A reflexão de HELL é criteriosa e exaustiva e serve, sem dúvida, como referência para o período.

Mercedes Gassen KOTHE acrescenta no seu trabalho o exame da literatura brasileira sobre a primeira fase da República Velha, produzida nas décadas de 1970 e 1980, contribuindo assim para ampliar as reflexões oportunizadas pelas informações reunidas através da pesquisa na documentação primária dos arquivos alemães.

Abrangendo um período mais amplo (1824-1914) há o trabalho de Jorge Luiz da CUNHA[12], publicado em 1995, e defendido como tese de doutoramento na Universidade de Hamburgo, em 1994. A utilização nes-

---

10 HELL, Jürgen. *Die Politik des Deutsches Reiches zur Umwandlung Südbrasiliens in ein überseeisches Neudeutschland (1890-1914)*. Rostock: tese (doutorado), Universidade de Rostock, 1966.

11 KOTHE, Mercedes Gassen. *Die deutsche Auswanderung nach Brasilien 1890-1914*. Rostock: tese (doutorado), Universidade de Rostock, 1992.

12 CUNHA, Jorge Luiz da. *Rio Grande do Sul und die deutsche Kolonisation. Ein Beitrag zur Geschichte der deutsch-brasilianischen Auswanderung und der deutschen Siedlung in Südbrasilien zwischen 1824 und 1914*. Santa Cruz do Sul: 1995.

se trabalho de fontes brasileiras e alemãs tornou possível analisar pela primeira vez de forma ampla as políticas emigratórias alemãs em comparação com as políticas imigratórias brasileiras.

Um resultado da pesquisa em fontes alemãs e brasileiras é a ampliação do conhecimento sobre as causas do "*Reskript von der Heydt*", de 1859. O "*Reskript*", do ministro do comércio do Reino da Prússia von der Heydt, suspendeu as licenças dos agentes brasileiros para a propaganda da imigração para o Brasil. Até agora os trabalhos publicados que tratam deste aspecto colocavam-no como conseqüência do sistema de parcerias, utilizado nas fazendas de café de São Paulo desde a metade do século passado para substituir a mão-de-obra escrava pela mão-de-obra livre. Com a ajuda de novas fontes documentais foi possível comprovar a importância de outras acontecimentos que contribuíram para a decisão do governo prussiano. Ao lado do sistema de parcerias, desempenharam um importante papel, os conflitos de interesse entre empresários alemães e agentes brasileiros envolvidos na empresa emigratória[13] e a inescrupulosa e corrupta atuação do cônsul geral do Brasil em Hamburgo - José Lúcio Correa[14].

O trabalho de Jorge Luiz da CUNHA concentra-se sobre a emigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul. O estudo examina a forma como o governo provincial, entre 1844 e 1889, praticou uma política de povoamento através da criação de comunidades agrícolas sedentárias, que possibilitasse a reconstituição de uma sociedade dual no Rio Grande do Sul, fundamentada economicamente na agricultura em pequenas e médias propriedades e na criação de gado nas grandes propriedades. O poder e o prestígio dos estancieiros, após a crise do trigo e a desagregação das comunidades agrícolas de açorianos[15], provocou seu afastamento político e ideológico dos interesses do império e a sua crescente identificação com seus iguais platinos, liberais e republicanos, acelerando a eclosão e prolongando a guerra civil entre 1835 e 1845[16]. A

---

13 "Central-Vereins für die Deutsche Auswanderungs - und Colonisations - Angelegenheit" (Associação Central para as Questões de Emigração e Colonização Alemãs) e "Colonisations-Verein von 1849 in Hamburg" (Sociedade Hamburguesa de Colonização de 1849) contra Peter Kleudgen, agente exclusivo do governo da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul para a contratação de imigrantes alemães em Hamburgo.

14 Caso Correa - 1857-1859.

15 Final do século XVIII e começo do século XIX.

16 Revolução Farroupilha.

existência de comunidades agrícolas, especialmente de pequenos e médios proprietários caracteristicamente conservadores, restabeleceria o equilíbrio e a ordem política, ainda mais se fossem formadas por imigrantes habituados e afeitos ao regime monárquico.

Com a proclamação da República, o Partido Republicano do Rio Grande do Sul organizou um governo centralizado e autoritário que via na população imigrante um fator de modernização da economia do Estado. Tendo como modelo o Estado Positivo de Ausguste Comte, o governo republicano rio-grandense procurou promover o desenvolvimento da economia sem modificar a ordem social. Os imigrantes alemães e seus descendentes eram, diante deste objetivo, mera massa de manobra.

O autor analisa ainda, em seu trabalho, cada uma das colônias alemãs do Rio Grande do Sul demonstrando como a organização do mercado regional foi determinada diretamente pela ação dos governos central - através dos efeitos da Lei de Terras de 1850 -, e do governo provincial e estadual - através de suas políticas econômicas e administrativas.

As colônias oficiais e as privadas que foram fundadas no Rio Grande do Sul, entre 1840 e 1914, transformaram-se em novo impulso para o desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria, graças à atração de novos imigrantes, que serviram de divulgadores de nova informações e técnicas de trabalho. Isso tornou possível a superação da estagnação econômica que começava a manifestar-se nas regiões de colonização mais antigas.

Um estudo de história econômica, sobre a importância do papel dos imigrantes alemães na industrialização do Rio Grande do Sul, foi feito por Dietrich von DELHAES-GUENTHER[17]. O autor confirma, através de criteriosa análise de fontes primárias e secundárias, as conclusões da historiografia gaúcha recente sobre o assunto.

Em 1980, DELHAES-GUENTHER publicou também um artigo sobre a nomenclatura das localidades de colonização alemã no sul do Brasil[18].

---

17 DELHAES-GUENTHER, Drietrich von. *Industrialisierung in Südbrailien. Die Deutsche Einwanderung und die Anfänge der Industrialisierung in Rio Grande do Sul.* Köln/ Wien: 1973.

18 DELHAES-GUENTHER, Drietrich von. *Die Ortsnamenbildung der europäischen Einwanderer in Südbrailien.* In: Beiträge zur Namenforschung, nr. 18. Heildelberg: 1980, pp. 151s.

Além da produção acadêmica de caráter mais geral, como a acima comentada, existem várias pesquisas sobre temas específicos que envolvem a emigração alemã para o Brasil, produzidos e editados na Alemanha.

Reinhard WAGNER, que até o começo dos anos 90 participou de um grupo de pesquisadores doutorandos liderados pelo professor Reinhard LIEHR, na Universidade Livre de Berlim, produziu dois trabalhos sobre o sistema de parceria em São Paulo: uma dissertação de mestrado[19] e uma tese de doutorado[20].

Importantes, ainda que limitados ao estudo de grupos emigrantes por regiões de origem, são os estudos de KUHLMANN e KRAHE[21] sobre os emigrantes de Württemberg e a fundação da colônia do mesmo nome no planalto gaúcho; de Klaus GRANZOW[22] sobre os que deixaram a Pomerânia; de Josef BLAU[23] sobre os bávaros e a colônia de São Bento em Santa Catarina; de Hansheinz KELLER[24] sobre os emigrantes do Hunsrück e, finalmente, de Joseph MERGEN[25] sobre emigrantes do Sarre.

Existem também publicações em língua alemã sobre algumas colônias brasileiras. Exemplares são o artigo de Percy Ernst SCHRAMM[26] sobre a colônia Dona Francisca, em Santa Catarina, e o livro de Wilhelm

---

19 WAGNER, Reinhard W. *Arbeitsverhältnisse in der Kaffee Wirtschaft der Provinz São Paulo 1847-1860. Europäische Einwanderung als Ersatz für Sklaven.* Berlin: dissertação (mestrado), Universidade Livre de Berlim, 1983.

20 _____. *Deutsche Arbeitsmigranten in der brasilianischen Provinz São Paulo im 19. Jahrhundert. Die Geschichte einer Auswanderergruppe von 1847 bis 1914.* Bielefeld: tese (doutorado), Universidade de Bielefeld, 1993.

21 KUHLMANN, G. & KRAHE, Fr. Neu-Württemberg. *Eine Siedlung Deutscher in Rio Grande do Sul - Brasilien.* Stuttgart: 1933.

22 GRANZOW, Klaus. Zur Geschichte der pommerschen Auswanderung nach Brasilien. In: *Baltische Studien*, v. 59. Hamburg: 1937, pp. 59s.

23 BLAU, Josef. *Baiern in Brasilien. Chronik der im Jahre 1873 begonnenen Besiedlung von São Bento in Brasilien durch arme Leute aus dem Böhmerwald.* Gräfelfing bei München: 1958.

24 kELLER, Hansheinz. *Die Zeitschrift für Kulturaustausch Brasilienauswanderung aus dem Hunsrück. Symptom einer geistigen Strömung.* In:. v. 16. Stuttgart: 1966.

25 MERGEN, Joseph. Die Auswanderung aus dem ehemals preussischen Teilen des saargebiets im 19. Jahrhundert (I). In: *Veröffentlichungen des Instituts für Landeskundes saarlandes.* V. 20. Saarbrücken: 1973, pp.228s.

26 SCHRAMM, Percy Ernst. Die deutsche Siedlungskolonie Dona Francisca im Rahmen gleichzeitiger Projekte und Verhandlungen. In: *Jahrbuch für Geschichte von Staat, Wirtschaft und Gesellschaft Lateinamerikas.* V. 1. Köln/Wien: 1964, pp. 283s.

WOLF[27] sobre os colonizadores da colônia de São Leopoldo, no Rio Grande do Sul.

Feito o arrolamento dos trabalhos produzidos na Alemanha sobre a emigração de alemães para o Brasil, cabe recomendar o levantamento completo e comentado de toda a produção bibliográfica alemã sobre a história do Brasil nos últimos 15 anos feito por René GERTZ[28]. Publicado recentemente, o artigo é indispensável como referência, e deve interessar a quem queira estudar não somente este tema como outros que o envolvem, ainda que indiretamente.

Feita essa descrição da historiografia recente sobre a emigração alemã para o Brasil, cuja brevidade corresponde à extensão dos estudos realizados desde a primeira década deste século, acredito que é oportuno retomar (à guisa de conclusão) a questão do "silêncio" e da "indiferença" da literatura alemã sobre o tema, a que se refere FRÖSCHLE[29].

A reflexão conduz à história recente da República Federal da Alemanha, numa tentativa ensaísta - e portanto provocadora - de buscar explicações.

Nos anos de fundação da República Federal da Alemanha, a partir de 1949, a formação de instituições preponderou sobre o desenvolvimento de uma cultura política que lhes fosse compatível. Os fundadores do Estado Constitucional de 1949 estavam decididos pela Democracia, contudo, os cidadãos comuns não haviam sido ainda socializados em uma cultura política democrática. A construção de uma cultura política demanda mais tempo do que a instalação de uma ordem institucional[30]. Sobre o funcionamento da ordem institucional moldou-se a cultura política da sociedade alemã ocidental desde 1949 e nesse contexto político as novas gerações foram socializadas, através de um complexo e eficiente sistema de ensino e de informações.

Essa característica singular da formação da República Federal da Alemanha define e explica a formação de uma ordem social e política que agregou na forma de um Estado Democrático tradições, em si, extrema-

---

27 WOLF, Wilhelm. *Deutsche Einwanderer in São Leopoldo, 1824-1937.* Neustadt an der Aisch: 1964.

28 GERTZ, René E. *A história do Brasil na Alemanha (1980-1994).* In: Anos 90 (Curso de Pós-Graduação em História da UFRGS), nº 4, dezembro de 1995, Porto Alegre, pp. 87s.

29 Citado no começo deste artigo.

30 LEPSIUS, M. Rainer. *Interessen, Ideen und* Institutionen. Opladen: 1990, pp.63s.

mente contraditórias da cultura política alemã anterior - gestada no particularismo das organizações político-administrativas dos Estados antes da unificação, concretizada em 1871. A unidade da República Federal da Alemanha e de sua estabilidade política está fundamentada na Constituição Federal, munida de dispositivos exemplares para a solução de conflitos internos à organização social. É na Constituição Federal e no seu reconhecimento pelos cidadãos que a República Federal da Alemanha encontra sua unidade.

LEPSIUS[31] chama a postura dos alemães ocidentais, diante de seu Estado, de Patriotismo Constitucional - "Verfassungspatriotismus" para diferenciá-lo do nacionalismo de antiga proveniência - característico no Império Alemão ("Reich") e do período nazista. Afirma, ainda, que a formação de um Patriotismo Constitucional - o consenso em torno de uma ordem política solidamente ancorada nos direitos individuais - e sua desvinculação de uma idéia de ordem alicerçada no que chama de destino coletivo ("Schicksalgemeinschaft") cultural e étnico, são o resultado do processo de deslegitimação do nacionalismo.

É exatamente neste ponto que podemos encontrar uma explicação para o que FRÖSCHLE chamou de indiferença em relação aos grupos de fala e cultura alemãs na América Latina, e portanto, também no Brasil. Todo o processo de imigração para o Brasil deu-se em um período de formação e solidificação do nacionalismo de Estado na Alemanha. No período em que nossas colônias alemãs, já instaladas, começam a destacar-se no cenário econômico do sul do país, em que se transformam, inspiradas pelos mesmos princípios éticos e culturais que fundamentaram o processo de unificação da Alemanha, em berço da industrialização de nossos Estados, o Império Alemão alcançava sua maturidade imperialista e buscava aproveitar-se das populações emigradas para seus propósitos políticos e econômicos (especialmente na porção Sul da América do Sul). Depois da Primeira Guerra Mundial a emigração de alemães para o Brasil foi numericamente insignificante, como de resto para toda a América Latina. Finda a Segunda Guerra Mundial, os imigrantes alemães

---

31 LEPSIUS, M. Rainer. Das Erbe des Nationalsozialismus und die politische Kultur der Nachfolgestaaten des "Grobdeutschen Reiches". In: HALLER, m. E OUTROS (Orgs.). *Kultur und Nation*. Frankfurt a. M.: 1989, pp. 254s.
GEBHARDT, Jürgen. Verfassungspatriotismus als Identitätskonzept der Nation. In: *Aus politik und Zeitgeschichte*. Beilage zur Wochenseitung. Das Parlament, B14/93, 2. April 1993. Bonn, pp. 29s.

que os países latino-americanos receberam, representavam aquilo que na Alemanha se buscava suprimir da cultura política: um nacionalismo étnico e culturalmente ancorado.

Não se pode negar que o contexto histórico alemão em que se desenvolveu todo o processo de emigração para o Brasil, em que se formaram nossas colônias, em que se gestou a forma de participação dos imigrantes alemães e seus descendentes na vida social e política regional, produziu aqui aquele sentimento nacionalista que na Alemanha começou a ser superado com a Constituição da República Federal, em 1949.

O processo de aceitação e assimilação dos imigrantes alemães e seus descendentes pela sociedade brasileira surgiu da articulação de relações de cooperação e de conflito das quais resultaram composições que tornaram possível a unidade social. Esse processo exigiu dos imigrantes e seus descendentes a construção de uma identidade teuto-brasileira. O estofo dessa construção foi, e em muitas de nossas comunidades interioranas continua sendo, o mesmo conjunto de idéias étnico-culturais que alicerçam as ideologias do Estado Nacional e do nacionalismo de velha tradição na Alemanha.

Daí a resistência da academia de tratar das minorias "teutas" daqui. Aí a explicação para o fato de que, quando elas interessam, na Alemanha atual, fora dos círculos intelectuais, interessam aos grupos sociais, política e culturalmente mais conservadores. Grupos que nostalgicamente buscam em minorias de ascendência germânica na América Latina, em geral, e no Brasil, em particular, alento e resistência, enfim, formas de recuperação e sobrevivência de elementos culturais, ultrapassados na República Federal da Alemanha.

Infelizmente, o desinteresse e o silêncio aos quais se refere FRÖSCHLE, equivalem a "*jogar pela janela a água do banho com a criança*". Essas minorias de fala e cultura alemã no Brasil acabam realimentando seu conservadorismo pelas próprias ligações que estabelecem com grupos conservadores na Alemanha, dando origem aqui, não raro, a movimentos eivados de um ranço racista e discriminatório. Um exemplo disso é o "*Movimento pela Independência do Pampa Gaúcho*", que nasceu numa cidade do interior do Rio Grande do Sul que se orgulha de suas origens e tradições germânicas. Na verdade, a mudez dos estudiosos alemães acaba criando espaços que deveriam ser preenchidos por um diálogo cultural dinâmico e integrador que resultaria na preservação do que vale a pena ser preservado e na mudança do que precisa ser mudado.

Wolfgang PAUSER[32] afirma, em curto artigo publicado há pouco, que "*A diversidade da natureza mas também a da cultura, nasceram da dinâmica da transformação e da superação, não da preservação. Poupando-as e mimando-as, subtraindo-lhes paradoxalmente o desdobramento de suas possibilidades. [...] O que está destinado a ser não pode ser deduzido do sempre autêntico fato da ameaça. Tudo que vive está em perigo, e só o que está em perigo vive*".[33] Aproximando essas considerações de nosso centro de interesse, pode-se formular algumas conclusões:

- O desinteresse e o silêncio sobre os descendentes de alemães no Brasil, e de resto em toda a América Latina, manifesto na produção historiográfica recente da República Federal da Alemanha, resulta da impossibilidade de identificação da Alemanha e dos alemães de hoje com os "alemães" brasileiros e com sua "Alemanha";

- a preservação dos valores culturais das minorias de ascendência alemã no Brasil, na forma como se dá: fossiliza esses mesmos valores e, paradoxalmente, busca a construção do futuro no passado; imobiliza aquilo que por natureza é dinâmico e mutável e, não raro, aquece a chocadeira do "*Ovo da serpente*"[34];

- as possibilidades futuras (para a preservação do patrimônio cultural da imigração alemã no Brasil) residem na recuperação da funcionalidade dos valores culturais[35] para a construção de uma identidade própria que admita a necessidade da diversidade e das diferenças para a construção da unidade.

---

32 Wolfgang Pauser, filósofo e historiador da arte, trata em seus estudos recentes do conceito "*estar em perigo*" como forma de abordar as questões culturais contemporâneas, especialmente as relacionadas às *"minorias"*.

33 PAUSER, Wolfgang. O perigo é permanente. In: *Humboldt*, ano 38, nr. 72. Bonn: 1996, pp. 4s.

34 "O ovo da serpente" ("Das Schlangenei"). Filme do diretor Ingmar Bergmann, de 1978. Com Liv Ullmann, David Carradine, Gert Froebe, Heinz Bennent, Glynn Turman, James Whitmore. Trata da Violência sobre a qual se fundamenta o nazismo.

35 Dos imigrantes e de seus descendentes e também daqueles valores culturais que, no processo de colonização, foram sendo assimilados de outros grupos étnicos e nacionais que colonizaram o Sul do Brasil.

Protestantismo e etnia: sobre a preservação da identidade étnica no protestantismo de imigração

Lauri Emílio Wirth

Resumo:
Este estudo investiga os fatores exógenos que incidiram sobre o chamado protestantismo de imigração, influindo sobre suas estratégias de inserção e sobre seu perfil institucional. Aponta também para a provisoriedade de suas tipologias definidoras e para os diferentes níveis de assimilação e reelaboração de seu discurso.

Palavras-chave: protestantismo - etnia - imigração.

Abstract:
This study investigates the exogenous factors that reverted (had taken place or happened, occurred) on the so called Protestantism of immigration having influence in their strategies of insertion and on its institutional profile. Also points out to the temporariness of their definable typologies and to the distinct levels of assimilation and (re)elaboration of the discourse.

Keywords: Protestantism – ethnic group - immigration

Introdução

São vários os trabalhos que têm o protestantismo de imigração na América Latina como objeto de pesquisa. Predominam, contudo, os estudos de caso e as abordagens de temas específicos. Na verdade, não temos ainda uma síntese do protestantismo na América Latina, nem mesmo de suas expressões particulares, como é o caso do protestantismo de imigração, do protestantismo de missão e do pentecostalismo. Por isto minha abordagem se restringirá a um aspecto do protestantismo de imigração. Pretendo discutir a preservação da identidade étnica no interior deste ramo do protestantismo latino-americano.

Não pretendo entrar na discussão sobre a tipologia desta corrente do protestantismo. Aliás, penso que a historiografia da religião tem, no presente momento, a tarefa primordial de visibilizar a pluralidade das experiências religiosas mais do que classificá-las em modelos explicativos, às vezes estranhos ao cotidiano religioso e cultural de nossa gente. O

termo protestante tem a vantagem de ser suficientemente acolhedor dessa pluralidade. Distingue apenas entre experiências religiosas historicamente distintas como o são o catolicismo romano, o cristianismo ortodoxo e o protestantismo. Por outro lado, este conceito remete à Reforma do século XVI como referência comum a todo o cristianismo evangélico. Nesse sentido, os termos protestante e evangélico podem ser usados como sinônimos.

A tipologização para além deste referencial abrangente é problemática. Apenas anoto esta questão para sinalizar a provisoriedade com que uso o termo "protestantismo de imigração". Os conceitos "igrejas de transplante", "protestantismo de imigração" e "igrejas étnicas" servem para distinguir as igrejas protestantes oriundas dos movimentos imigratórios daquelas decorrentes de atividades missionárias, que levaram uma parcela da população "autóctone", geralmente adeptos do catolicismo romano, a aderir a uma denominação protestante. Como observa José Míguez Bonino, tanto o conceito de "transplante" como o de "imigração" acentua o caráter exógeno desse fenômeno religioso. Como tal destaca sua procedência, ou seja, ressalta um aspecto externo como definidor da identidade do grupo. Míguez Bonino lembra, inclusive, que "igreja de transplante" foi um conceito originalmente aplicado à Igreja Católica Romana do México. Como tal designava a imposição de uma cultura religiosa, no caso o catolicismo espanhol, a uma população autóctone.[1] Neste sentido, o conceito de "protestantismo de transplante" poderia ser aplicado também ao protestantismo de missão, senão a todo o cristianismo na América Latina.

O conceito de "protestantismo étnico" parece ser mais adequado para definir o protestantismo de imigração na medida em que ressalta uma característica interna desses grupos religiosos: sua "homogeneidade étnica". Todavia, parece ser difícil demonstrar esta homogeneidade em termos históricos, a não ser em grupos muito pequenos e específicos, pois, a relação entre a religião e a etnia pode apresentar diferenças consideráveis entre um grupo étnico e outro, ou seja, é uma relação que acolhe uma pluralidade de experiências, não redutíveis a uma única tipologia. Assim, Míguez Bonino observa que o conceito "igrejas étnicas" abrange grupos religiosos tão distintos "como a Igreja Unida Toba, na Argentina, as igrejas indígenas moravas misquitas, na Nicarágua, igrejas

1 MÍGUEZ BONINO, José. *Rostros del protestantismo latinoamericano*. Buenos Aires, Nueva Creación, 1995, p. 83

quase exclusivamente negras, em Panamá."[2] A esta lista poderiam ser acrescidos vários grupos religiosos no Brasil que têm certa homogeneidade étnica como uma de suas características distintivas. Inclusive um dos maiores grupos pentecostais brasileiros da atualidade, a Congregação Cristã do Brasil, formou-se originalmente entre famílias de imigrantes italianos e, consequëntemente, adotava o italiano como língua cúltica.[3] Parece, pois, difícil fazer uso de conceitos genéricos e abrangentes para descrever a relação entre religião e etnia. Antes é preciso explicitar esta relação em cada caso específico. "A importância e a significação que tem a dimensão religiosa na definição da identidade étnica varia consideravelmente de um grupo a outro e dentro de um mesmo grupo, e de um momento a outro."[4]

Embora esta ambigüidade, que torna tanto os conceitos de "igrejas de transplante", "protestantismo de imigração" como o de "protestantismo étnico" insuficientes para abarcar esse tipo de experiência religiosa, existe, na respectiva literatura, um consenso mínimo quanto a algumas características do "protestantismo de imigração" na América Latina.

1) É um protestantismo que se formou a partir do fenômeno imigratório na América Latina, fenômeno que condicionou fortemente seu crescimento, quando a imigração era intensa, ou sua retração, quando a imigração estagnou.

2) O imigrante é portador, não somente de uma tradição religiosa, mas de toda uma bagagem cultural e ideológica distinta daquela da sociedade receptora. Esta bagagem representa um fator de coesão do grupo e lhe confere uma identidade no meio que lhe é estranho e, muitas vezes, adverso.

3) O grau de tolerância religiosa conquistado por esse protestantismo, pelo menos no que se refere ao aspecto legal da questão, é determinado pela necessidade de mão-de-obra por parte dos países receptores dos imigrantes, onde o catolicismo era a religião hegemônica, quando não oficial.

---

2 Idem, p. 84

3 JARDELINO, José Rubens L. *As religiões do espírito.* Rio de Janeiro, ISER, 1994, p. 67-69. ROLIM, Francisco Cartaxo. *Pentecostais no Brasil: uma interpretação sócio religiosa.* Petrópolis, Vozes, 1985, p. 34-39.

4 MÍGUEZ BONINO, José. *Rostros del protestantismo latinoamericano.* Buenos Aires, Nueva Creación, 1995, p. 85.

4) O protestantismo de imigração é, por isto, um protestantismo étnico que tem na preservação da cultura e, especialmente, na preservação do idioma, uma de suas características fundamentais. No plano institucional, aparece inicialmente vinculado a igrejas do país de origem.

5) Com as novas gerações, nascidas nos países de imigração, constata-se um processo de aculturação que se evidencia na independência institucional, na adoção do idioma nacional, no engajamento social, no desenvolvimento de estratégias para conquistar adeptos entre a população autóctone, um processo que geralmente vem acompanhado por uma crise de identidade, por estagnação ou por um crescimento apenas vegetativo.

Não é meu propósito questionar estes resultados da pesquisa. Embora me pareça que, no atual estágio das investigações, hipóteses por demais genéricas correm o perigo de encobrir a contraditoriedade, a ambigüidade e, com isto, a riqueza da experiência religiosa, mesmo entre grupos que apresentam um alto grau de "homogeneidade étnica". Pois, mesmo quando tomamos um único grupo religioso é possível detectar certa pluralidade em seu interior, se não desenvolvida, pelo menos como possibilidade, tanto de tradições teológicas, de práticas rituais e litúrgicas quanto de modelos eclesiológicos. O mesmo ocorre com a identidade étnica que tende a se adequar de forma dinâmica às necessidades concretas de articulação da vida. Assim, temos entre os imigrantes alemães no Brasil as chamadas "Igreja Livres", predominantes na então província do Rio Grande do Sul, durante os primeiros quarenta anos de imigração. Em outras regiões surgiram associações eclesiásticas, encarregadas de cuidar da demanda religiosa na sociedade emergente a partir de um princípio associativista também verificável em outros espaços da convivência social. E houve, inclusive, iniciativas que superaram a rivalidade entre protestantismo e catolicismo - tão característica na relação dessas denominações até meados deste século - para suprir demandas específicas, por exemplo, com o estabelecimento de cemitérios para uso comum de todas as denominações religiosas de determinada aldeia, bem antes que a separação entre Igreja e Estado os tornasse de acesso público. Na área da educação, existiram iniciativas de escolas comunitárias bilíngües, sempre orientadas por demandas concretas da comunidade local. Exemplos temos na província de Santa Catarina onde, por iniciativa dos imigrantes e seus descendentes, as aulas, em algumas escolas, eram ministradas em alemão e polonês, em outras, em alemão e italiano, ou seja, se perguntarmos pela relação entre religião e etnia a partir dos espaços concretos de articulação da vida, percebe-se uma flexibilidade e

dinamicidade tanto da religião quanto da etnia, de acordo com as demandas locais, principalmente, quando se trata de uma organização social emergente, como era o caso dos centros de imigração de que estamos tratando. A partir daí pode-se inferir que a identidade étnica era um fator conjuntural, entre outros, no cotidiano dos imigrantes, um elemento que tendia a se diluir na medida em que o imigrante e, principalmente, seus descendentes se integravam à sociedade envolvente.

Essas constatações não invalidam a tese que sustenta a centralidade do fator étnico, quando falamos do perfil característico daquilo que se convencionou chamar de protestantismo de imigração no Brasil e na América Latina. Aliás, esta predominância é evidente e está por demais comprovada. Não se trata, portanto, de negar uma constatação. Trata-se, isto sim, de arriscar uma interpretação quanto aos fatores condicionantes da preservação da etnia neste modelo de protestantismo.

Proponho, pois, relativizar a centralidade do fator étnico como decorrência natural da conjuntura dentro da qual o protestantismo de imigração se desenvolveu. Quer me parecer que especialmente no caso da imigração alemã essa relativização é perfeitamente sustentável. O imigrante alemão não possuía uma identidade nacional. A unificação dos Estados alemães só viria a acontecer em 1871, ou seja, quase 50 anos após a chegada dos primeiros imigrantes ao Brasil. Os imigrantes eram portadores de culturas regionais distintas que, no plano interno da propalada coesão étnica, às vezes, funcionavam mais como elemento de diferenciação do que de identificação comum. Esse aspecto se evidencia especialmente na questão da língua. Entre os imigrantes, poucos se expressavam em alemão clássico, mas em dialetos regionais, às vezes tão estranhos entre si como o próprio vernáculo português. É o caso, por exemplo, dos imigrantes da Pomerânea para os quais o alemão clássico era "língua estrangeira" tanto quanto o português. Se ainda assim o fator étnico se tornou fundamental para um tipo de protestantismo que aqui se estabeleceu, então é necessário perguntar pelas condicionantes deste modelo. Parece-me que esta questão recebeu pouca atenção nos trabalhos até agora desenvolvidos. A pergunta se justifica até pela constatação de que em algumas igrejas de imigração na América Latina o processo de aculturação se deu muito mais rapidamente que em outras, mesmo que os condicionantes locais aparentemente tenham sido muito semelhantes.

Assim, proponho a hipótese de que a preservação da identidade étnica no protestantismo de imigração não se explica pela experiência religiosa nem pela vida cotidiana do imigrante. A explicação da preserva-

ção da identidade étnica precisa ser buscada em ingerências exógenas. Essas ingerências estavam relacionadas a interesses políticos e econômicos, vinculados a disputas entre as potências expansionistas européias pela busca de novos espaços comerciais e territoriais, na segunda metade do século XIX, até os anos quarenta deste século (Segunda Guerra Mundial). É a partir deste pano-de-fundo histórico que o papel da religião na preservação da etnia ganhou relevância fundamental no caso do protestantismo de imigração. Mais do que decorrente de fatores conjunturais locais, a preservação da etnia foi imposta como canal de influência cultural e política sobre os imigrantes e seus descendentes. Não está na raiz da experiência religiosa do imigrante. Fatores conjunturais locais favoreceram o desenvolvimento desse protestantismo. Embora importantes para se entender a relação entre a religião e a etnia a partir da dinâmica interna das sociedades emergentes, estes fatores são insuficientes para explicar a preservação de determinadas características étnicas em seu interior por tão longo tempo.

Restrinjo-me a verificar esta hipótese no caso da imigração alemã, principalmente, no sul do Brasil. O perfil institucional do protestantismo de imigração que ali se desenvolveu, seu discurso religioso e suas estratégias de inserção foram decisivamente influenciadas por interesses políticos e econômicos de grupos identificados com o expansionismo alemão, principalmente após a unificação alemã de 1871. Embora restrita ao sul do Brasil, esta hipótese poderia ser comprovada de forma idêntica em outros países da América do Sul, especialmente em relação à imigração alemã na Argentina e no Chile. Para demostrá-la é necessário caracterizar, ainda que resumidamente, a emigração em massa que ocorreu na Europa, principalmente na segunda metade do século passado. Este é o ponto de partida para se entender o protestantismo que estamos estudando.

O fenômeno emigratório europeu

O imigrante alemão no Brasil é parte de um processo de emigração em massa que, nos estados alemães, perdurou de 1815 até a Primeira Guerra Mundial. O Brasil recebeu cerca de 2% desses migrantes, sendo que a grande maioria se dirigiu aos EUA.[5] Esse fenômeno é um

5 Cf. MARSCHALK, Peter. *Deutsche Übersewanderung im 19. Jahrhundert: Ein Beitrag zur soziologischen Theorie der Bevölkerung.* Stuttgart, 1973.

dos aspectos das profundas transformações sociais ocorridas na Europa do século XIX, transformações essas que marcaram a transição da sociedade agrária para a sociedade industrial. É pois importante ressaltar que os imigrantes europeus desse período, em sua grande maioria, eram excluídos sociais, forçados a migrar para outros continentes como única forma de sobrevivência. No caso específico do imigrante alemão, os Estados Unidos da América do Norte aparecem como o grande receptor do fluxo migratório. Este destino das correntes migratórias, com o passar do tempo, tornar-se-ia uma preocupação política de importantes setores da sociedade alemã. Como veremos, este é um aspecto que incide decisivamente sobre o protestantismo étnico do qual estamos tratando.

As causas da migração são sociais e não religiosas. Este é um aspecto relevante para se entender a relação entre a experiência religiosa do imigrante e o modelo institucionalizado do protestantismo de imigração. É elucidativa para se entender o lugar do imigrante na instituição religiosa, pois a exclusão social incidia também sobre a institucionalização da religião, ou seja, no seu país de origem, o imigrante tinha vínculos frágeis com as instituições religiosas, não pertencia ao "núcleo fiel" das mesmas e estava pouco familiarizado com suas estruturas de poder. Portanto, é pouco provável que os imigrantes reproduzissem espontaneamente os modelos de poder religioso de seus países de origem. Aliás, sua indiferença, senão sua aversão, diante de tal poder, principalmente nos espaços urbanos emergentes, é uma das queixas mais constantes de missionários e teólogos que seguiram os imigrantes com a incumbência de implantar uma igreja. A respeito, João Klug observa que o próprio fundador da colônia Blumenau se referiu publicamente a esta "indolência e falta de abnegação" dos imigrantes protestantes em relação à implantação de igrejas e escolas.[6] Nas áreas rurais, o baixo nível cultural constantemente é apontado como um sério empecilho para tal implantação. Informações sobre uma comunidade religiosa do interior de Santa Catarina, referentes ao ano de 1897 e dirigidas ao Conselho Superior Eclesiástico de Berlim, descrevem bem essa realidade e são representativas também para outras regiões. "O nível cultural da comunidade é no geral muito baixo. Os antigos imigrados são jornaleiros, trabalhadores braçais, pequenos agricultores, operários. A juventude, com poucas exceções, não

6 KLUG, João. *Imigração e luteranismo em Santa Catarina: a comunidade alemã de Desterro.* Florianópolis, Papa-Livro Editora, 1994, p. 82.

tem interesse pela igreja... É muito difícil encontrar pessoas capazes de administrar a igreja, porque faltam os conhecimentos mais elementares."[7]

A sociedade alemã diante do fenômeno migratório emergente.

Até os anos quarenta do século XIX, são poucas as reações da opinião pública e de órgãos governamentais diante da emigração. Na falta da unidade política dos Estados alemães, obviamente não existia uma política alemã de migração. É verdade que, já em 1826, um memorando para um senador da cidade portuária de Bremen destacava a importância dos emigrados como fator de influência alemã no Brasil: "Esses colonos continuarão tendo muita afinidade com os alemães do aquém-mar devido à língua, ao modo de vida, aos usos e costumes e, por isso, preferirão relacionar-se com estes do que com outras nações européias, se as demais circunstâncias forem relativamente semelhantes. Entre os alemães dos dois hemisférios estabelecer-se-á um relacionamento semelhante ao que existe entre a Inglaterra e suas colônias na América do Norte, e a Alemanha não continuará sentindo a falta de colônias como privação."[8] Não deixa de ser relevante que este tipo de percepção tenha surgido justamente na cidade de Bremem, pois, três décadas mais tarde, estariam as companhias de navegação entre as instituições alemãs que mais se beneficiavam com a emigração, precisamente com o transporte de emigrantes.[9]

Os governos igualmente demonstraram pouca preocupação nessa primeira fase do fenômeno. Esporadicamente tem-se notícias de iniciativas locais favoráveis à emigração. É o caso da cidade de Mecklenburg que, em dezembro de 1824, deportou, para o Brasil, 99 ex-servos de

---

7 WIRTH, Lauri Emilio. *Protestantismus und Kolonization in Brasilien.* Erlangen, Verlag der Ev.-Luth. Mission, 1992, p. 63.

8 WITT, Osmar Luiz. *Igreja na migração e colonização: a pregação itinerante no Sínodo Rio-Grandense.* São Leopoldo, Editora Sinodal, 1996, p. 22.

9 Veja a este respeito SUDHAUS, Fritz. *Deutschland und die Auswanderung nach Brasilien im 19. Jahrhundert.* Hamburgo, 1940, p. 129.

gleba, que estavam presos como mendigos.[10] Trata-se, contudo, de fatos isolados e esporádicos, assim que essa fase da emigração, até aproximadamente 1840, pode ser caracterizada como um fenômeno espontâneo, no qual a demanda de mão-de-obra nos países receptores atraía os excedentes populacionais, privados de condições de sobrevivência nas sociedades européias.

Esse é o único período em que a relação entre a religião e a etnia no protestantismo de imigração pode ser considerado livre de ingerências de instituições estrangeiras. E foi precisamente nesse período que o protestantismo de imigração apresentou, ainda que de forma incipiente, características muito peculiares. Esta peculiaridade se constata, por exemplo, nas formas de organização eclesiástica e na relação entre a dimensão ritual e o poder religioso. Neste sentido, vale lembrar o importante fenômeno das comunidades livres, tão característico do protestantismo de imigração no Brasil, em seus primeiros 40 anos de inserção.[11] É também esse o período em que a mistura de elementos místicos, mágicos e de protesto social chegou a ser uma característica do protestantismo de imigração. O movimento messiânico "Mucker" é a expressão mais conhecida deste fenômeno.[12] Mas existem indícios de que essa combinação entre religião e magia era um elemento constitutivo do imaginário religioso do imigrante e seus descendentes e tinha um papel importante na articulação cotidiana da vida. E este imaginário, antes de estar relacionado a uma religião institucional, que se sabia portadora de um projeto cultural, parece fortemente vinculado a figuras como curandeiros, partei-

---

10 Ver sobre este aspecto a tese doutoral de HELL, Jürgen. *Die Politik des deutschen Reiches zur Umwandlung Südbrasiliens in ein überseeisches Neudeutschland: (1890 bis 1914).* Rostock, 1966, p. 44 . Ver também SUDHAUS, Fritz. *Deutschland und die Auswanderung nach Südbrasilien im 19. Jahrhundert.* Hamburgo, 1940, p. 27-33.

11 Cf. DREHER, Martin N. *Igreja e Germanidade: Estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.* São Leopoldo, Editora Sinodal, 1984, p. 55. FISCHER, Joachim (org.). *Ensaios luteranos: dos primórdios aos tempos atuais do luteranismo no Brasil.* São Leopoldo, Sinodal, 1986, p. 33-52

12 AMADO, Janaína. *Conflito social no Brasil: a revolta dos "Mucker", Rio Grande do Sul 1868-1898.* São Paulo, Símbolo, 1973.

ras, videntes etc.[13] Ademais, não raro, se articulava a demandas locais que se expressavam na forma de conflitos sociais. Apenas quero apontar esta questão, que não pode ser desenvolvida no espaço deste estudo.[14] De qualquer forma, quer me parecer que somente para esse período a relação entre o protestantismo de imigração e a identidade étnica pode ser explicada por fatores conjunturais locais. Depois desse período, a preservação desta relação tem condicionantes completamente diferentes.

Assistência religiosa no contexto da mercantilização da emigração

O segundo período do movimento emigratório pode ser caracterizado pela idéia da mercantilização da emigração. Principalmente após a revolução alemã de 1848, constata-se um crescente interesse de setores sociais ligados ao comércio internacional e às companhias de navegação pela emigração. Embora o nacionalismo alemão já se fizesse notar naquele período, o ideário mercantilista é o predominante. Se, no período anterior, o recrutamento de imigrantes era dominado por agentes dos países receptores, no atual entram em cena os projetos de colonização e

---

13 Na literatura este tema sempre aparece de forma marginal. Assim a revista eclesiástica alemã "Der Deutsche Ansiedler", maio de 1886, p. 35, se refere a uma "influente parteira", Sra. Feuerhammel, que estaria iniciando um movimento messiânico na localidade de Linha Formosa, no interior do município gaúcho de Santa Cruz do Sul; veja também DREOOGERS, André. *Religiosidade popular luterana: relatório sobre uma pesquisa no Espírito Santo, em julho de 1982*. São Leopoldo, Sinodal, 1984.

14 Anoto alguns exemplos: a revista eclesiástica alemã "Der Ansiedler im Westen", nº 7 de 1870, p. 108, fala de uma "revolução camponesa" ocorrida em 1867, em São Lourenço-RS, nas terras do colonizador Jacob Rheinganz; referente a situação dos imigrantes suíços e alemães na província de São Paulo, temos uma obra clássica, escrita por um imigrante: DAVATZ, Thomas. *Die Behandlung der Kolonisten in der Provinz St. Paulo in Brasilien und deren Erhebung gegen ihre Bedrücker. Ein Not- und Hilferuf an die Behörden und Menschenfreunde der Länder und Staaten, welchen die Kolonisten angehören*. Chur/Suíça, 1858 (traduzido para o português com o túlulo *Memórias de um colono no Brasil*. São Paulo, EDUSP, 1980); sobre indícios de protesto social entre os imigrantes alemães em São Paulo, Minas Gerais e Bahia ver SUDHAUS, Fritz. *Deutschland und die Auswanderung nach Brasilien im 19. Jahrhundert*. Hamburgo, 1940, p. 96; FICKER, Carlos. *História de Joinville: subsídios para a crônica da colônia Dona Francisca*. Joinville, 1965, p. 288, faz referência a uma marcha armada de colonos da localidade de São Bento sobre Joinville, em 1874.

as companhias colonizadoras. Várias cidades no sul do Brasil foram fundadas nesse período por colonizadores alemães.

Se, por um lado, essas iniciativas sinalizam o fim do caráter espontâneo do movimento emigratório alemão e sua instrumentalização de acordo com os referidos interesses mercantilistas, por outro, esta nova tendência coincide com importantes mudanças no cenário político brasileiro. Uma delas é a proibição da importação de escravos e o conseqüente aumento da demanda de mão-de-obra "livre", ou seja, o imigrante se torna uma necessidade da economia brasileira, na medida em que substitui o escravo negro e sua força de trabalho. Relacionado à questão do suprimento da força de trabalho está a regulamentação do acesso à terra. Com a Lei de Terras, de 18 de setembro de 1850, o governo brasileiro transformou, pela primeira vez em nossa história, a terra em objeto de compra e venda. Seu artigo primeiro estabelecia que "ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra."[15] Esta mercantilização do acesso à terra foi fundamental para disponibilizar a força de trabalho do imigrante como substitutiva da mão-de-obra escrava ou, como foi o caso das províncias do sul do Brasil, para vincular o imigrante às companhias colonizadoras.

É no contexto dessa política de colonização que começaram a ser articuladas as primeiras iniciativas por um acompanhamento religioso, ainda que pouco sistemático, aos imigrantes, no Brasil. Contudo, são as companhias colonizadoras que incluem a assistência religiosa, principalmente aos não-católicos romanos, entre suas estratégias de ação. Fazem parte, portanto, do marketing para a captação de emigrantes e se resumem, via de regra, ao pagamento do salário ao pastor e a eventuais subsídios para construção de locais de culto ou de escolas. Esporadicamente, esses custos também eram assumidos pelo governo imperial brasileiro, sempre como subvenção à colonização com imigrantes estrangeiros. As ênfases denominacionais estão praticamente ausentes nessas iniciativas. A identidade protestante/evangélica se dava pela distinção em relação ao catolicismo romano, com o qual, ao que parece, se vivia sem grandes percalços no desenrolar da vida cotidiana.

Isto não significa que a inserção do imigrante estivesse livre de obstáculos relacionados à crença religiosa. Em se tratando do imigrante não-católico romano, o exercício de sua religião no Brasil imperial enfren-

---

15 FREITAS JUNIOR, Augusto Teixeira de. *Terras e colonização.* Rio de Janeiro, 1882, p.1

tava limites que iam desde o cerceamento da expressão pública de seus cultos, passando por sua inelegibilidade para funções administrativas ou legislativas, até a falta do reconhecimento civil das uniões conjugais não-católicas.[16] Não é propósito deste estudo aprofundar esta questão específica. Mas, a incidência concreta dessas limitações sobre a vida cotidiana do imigrante parece ter sido um tanto episódica. (Esta constatação, evidentemente, não responde à pergunta pelas conseqüências desse potencial discriminador sobre o imaginário do imigrante, ou seja, não só a discriminação enquanto fato histórico, mas a simples possibilidade da discriminação é um aspecto que incide sobre a identidade do imigrante e seus descendentes).[17] De qualquer forma, predominava, entre as sociedades missionárias alemãs, a avaliação de que havia uma grande discrepância entre o texto da lei e a postura das autoridades brasileiras, uma vez que as autoridades tendiam a ser mais tolerantes que a própria lei o permitia.[18] Também há indícios de que as companhias colonizadoras procuravam evitar querelas religiosas em seus domínios. Assim, por exemplo, o primeiro professor a atuar em Blumenau-SC recebeu, da direção do empreendimento, a incumbência de ministrar ensino religioso a seus alunos, com a ressalva de restringir o conteúdo às "verdades fundamentais comuns a todos os partidos religiosos,"[19] o que, no caso, incluía também o catolicismo romano. Tais informações constavam, via de regra, nos panfletos destinados a atrair imigrantes, ou seja, integravam a propaganda das companhias colonizadoras, o que não quer dizer, evidentemente, que o interesse dos colonizadores pela religião se restringisse unicamente a uma estratégia para a captação de imigrantes.

---

16 PRIEN, Hans-Jurgen. *Evangelische Kirchwerdung in Brasilien: von den deutsch-evangelischen Einwanderergemeinden zur Evangelischen Kirche Lutherischen Bekenntnisses in Brasilien.* Gütersloh/Alemanha, Mohn, 1989, p. 47.

17 Essa dimensão subjetiva da discriminação religiosa aos evangélicos no Brasil não é considerada por Émile Léonard, quando relativiza os incidentes ocorridos entre católicos e protestantes como "episódios locais, esporádicos e sem qualquer ligação que nos permitisse supor um plano geral pré-estabelecido". LÉONARD, Émile-G. *O protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e de história social.* 2.ed., Rio de Janeiro/ São Paulo. JUERP / ASTE, 1981, p. 120.

18 Der Deutsche Ansiedler 5(1886), 34

19 BLUMENAU, Hermann. *Deutsche Kolonie Blumenau in der Provinz Santa Catharina in Süd-Brasilien. Bericht bis Juni 1855 und Aufforderung zum Anschluß.* Rudolfstadt, 1856, p. 3.

De emigrantes a alemães-evangélicos: um programa patriótico

O início de um acompanhamento religioso sistemático e institucionalizado aos imigrantes alemães no Brasil praticamente coincide com a unificação alemã de 1871. Esta coincidência aponta para uma das características fundamentais da relação entre o protestantismo de imigração e a preservação da identidade étnica. Sob a direção de Friedrich Fabri, um pastor luterano que por muitos anos foi diretor da Sociedade Missionária da Renânia - a maior sociedade missionária alemã - foi criado em 1864, na cidade de Wuppertal, o "Comite para os alemães protestantes no Brasil". Em 1881, esse comitê foi transformado na "Sociedade Evangélica para os Protestantes alemães na América". A partir dessa organização, Fabri desenvolveria intensa atividade de propaganda e arrecadação de fundos para apoiar organizações religiosas e escolares de imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil.[20] No manifesto de fundação da Sociedade Evangélica, Fabri justificava a criação dessa entidade como uma necessidade decorrente do movimento migratório e suas conseqüências culturais e econômicas para o povo alemão. Suas atividades eram apresentadas como uma garantia para que a igreja e a escola preservassem entre os imigrantes "a língua e o espírito alemães" como "vínculo íntimo e nacional" do emigrado e seus descendentes com a nação alemã.[21]

Fabri já apresentara essas idéias programáticas de forma sistemática em 1879, em um livro que causou grande impacto na opinião pública alemã: "Bedarf Deutschland der Kolonien: eine politisch-ökonomische Betrachtung". (A Alemanha necessita de colônias? Uma visão político-econômica). Com o nacionalismo se constituindo em um dos temas centrais do cenário político alemão, Fabri se inscrevia entre os ideólogos de então que viam na preservação da "cultura" alemã entre os emigrados

---

20 Cf. DREHER, Martin N. *Igreja e Germanidade: Estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo, Editora Sinodal, 1984, p. 82. A Sociedade Evangélica enviou mais de 200 religiosos e mais de 40 profissionais da educação ao Brasil.

21 WIRTH, Lauri Emilio. *Protestantismus und Kolonization in Brasilien*. Erlangen, Verlag der Ev.-Luth. Mission, 1992, p. 41.

uma das principais estratégias para a superação da crise econômica e social em que a Alemanha estava mergulhada, respectivamente, para o fortalecimento do país na disputa expansionista das nações européias. Nessa conjuntura, a emigração passou a ser vista como a solução para dois grandes problemas: a) esvaziaria os movimentos sociais que, ano a ano se tornavam mais numerosos e influentes e b) facilitaria a conquista de novos mercados para a economia alemã. Segundo esse discurso nacionalista, a emigração era vista como um elemento fundamental para eliminar da sociedade alemã o perigo da revolução social e como uma contribuição para realizar o sonho de uma potência colonial alemã, a exemplo das outras potências européias.[22]

Praticamente adaptando uma das teses da filosofia do direito de Hegel, Fabri via na instrumentalização da emigração uma das funções naturais do Estado: "Todo organismo estatal poderoso necessita ... de um espaço territorial para lançar o excedente de suas forças produtivas e para captar a produção destas em um constante movimento dialético."[23] O não cumprimento dessa função era vista por Fabri, não só como um desperdício de uma oportunidade histórica, mas como uma forma de fortalecer o concorrente norte-americano, cuja economia se beneficiava da emigração espontânea da força de trabalho alemã para aquele país. Era este o referencial para qualquer iniciativa de acompanhamento religioso do imigrante. A ele estavam subordinadas as motivações pastorais e humanitárias que obviamente existiram.

Na visão de Fabri, o sul do Brasil, Chile, Argentina e Uruguai configuravam um dos poucos espaços geográficos ainda disponíveis, em termos mundiais, para desenvolver aquilo que os pesquisadores posteriormente convencionaram chamar de "informal imperialism" alemão:[24] pouca densidade demográfica, condições climáticas favoráveis à adaptação do imigrante europeu, perspectivas de desenvolvimento econômico a partir de pequenas propriedades rurais e, o que para Fabri era fundamental, a existência de núcleos de colonização alemã que estariam preservando sua identidade étnica, bem como seu sentimento de nacionalidade ale-

---

22 WEBER, Ernst von. *Die Erweiterung des deutschen Wirtschaftsgebiets und die Grundlegung zu überseeischen deutschen Staaten. Ein dringendes Gebot unserer wirtschatlicher Notlage*. Leipzig, 1879.

23 FABRI, Friedrich. *Bedarf Deutschland der Kolonien: eine politisch-ökonomische Betrachtung*. 3.ed., Gotha, 1884, p. 24.

24 BRUNN, Gerhard. *Deutschland und Brasilien (1889-1914)*. Kolonia/Viena, 1971, p. IX.

mã, o que os levaria a um senso de superioridade em relação ao restante da população local, caracterizada como "miscigenada", "turbulenta", e "predominantemente preguiçosa."[25]

Friedrich Fabri participou decisivamente da elaboração de vários projetos de colonização.[26] Dentre eles, a Companhia Hanseática de Colonização, cujas atividades colonizadoras desenvolvidas a partir das terras da Princesa Dona Francisca (Joinville e região) a transformariam, juntamente com a colônia Blumenau, numa das "maiores iniciativas alemãs de colonização privada" de todos os tempos.[27] Na direção dessa empresa estavam representantes das grandes companhias alemãs de navegação e do capital financeiro e comercial envolvido em transações comerciais com o Brasil.[28] A partir de maio de 1887, a direção da companhia foi entregue a um dos três filhos de Friedrich Fabri, Karl Fabri, com a incumbência de assentar 50.000 imigrantes alemães em um prazo de 18 anos, para o que contava com um capital inicial de 1,1 milhães de marcos.[29]

Enquanto projeto político, essa estratégia colonizadora apostava no esfacelamento da unidade territorial do império brasileiro e o conseqüente surgimento de uma República Teuto-Brasileira, no sul do Brasil. Já em 1890, referindo-se à proclamação da república, Friedrich Fabri diagnosticava para os leitores do órgão oficial da Sociedade Evangélica que "não existe perspectiva alguma de o Brasil se manter por muito tempo como unidade estatal independente". Fundamentava sua previsão na grande extensão territorial brasileira, respectivamente, nos interesses sociais e econômicos por demais contraditórios entre as regiões Norte, Centro e Sul. As conseqüências de um possível esfacelamento, Fabri avaliava assim: "A formação de várias repúblicas ... fortalecerá a germanidade no sul do Brasil e aumentará sua influência nas respectivas

---

25 FABRI, Friedrich. *Bedarf Deutschland der Kolonien: eine politisch-ökonomische Betrachtung*. 3.ed., Gotha, 1884, p. 68.

26 Ver a este respeito BADE, Klaus. *Friedrich Fabri und der Imperialismus in der Bismarkzeit: Revolution – Depression – Expansion*. Freiburgo, 1975, p.191-200.

27 BRUNN, Gerhard. *Deutschland und Brasilien (1889-1914)*. Kolonia/Viena, 1971, p. 7.

28 WIRTH, Lauri Emilio. *Protestantismus und Kolonization in Brasilien*. Erlangen, Verlag der Ev.-Luth. Mission, 1992, p. 37

29 HELL, Jürgen. *Die Politik des deutschen Reiches zur Umwandlung Südbrasiliens in ein überseeisches Neudeutschland*. Rostock, 1966, p. 133 (Tese Doutoral)

províncias."[30] Havia também a esperança de que essa República politicamente independente, mas vinculada à Alemanha por laços culturais, comerciais e financeiros, viesse a se constituir em um protetorado militar alemão.[31] Este seria o caminho para se alcançar uma zona de influência alemã na América de Sul, sem o ônus de um conflito direto com as tendências nacionalistas brasileiras e, principalmente, com os interresses ingleses e norte-americanos na região. Com poucas exceções, o empenho pelo fortalecimento de instituições eclesiásticas e escolares entre os imigrantes alemães e seus descendentes foi concebido a partir deste imaginário.

Após a queda de Bismarck, em 20 de março de 1890, e diante do fracasso das colônias alemãs na África, a idéia de um colonialismo centrado na política de imigração foi assumida pelo próprio governo alemão, tendo suas linhas mestras transformadas em lei imperial. A lei de emigração de 9 de junho de 1897, que regulamentou a emigração alemã, credenciando agentes e companhias colonizadoras e especificando portos destinatários para os navios envolvidos com o transporte de emigrantes, tinha como objetivo declarado "preservar a germanidade entre os emigrados e tornar a emigração frutífera de acordo com os interesses da pátria, através de seu direcionamento a alvos apropriados."[32] Pelo texto da lei, o sul do Brasil, Chile, Argentina e Uruguai eram vistos como alvos apropriados para a emigração, ou seja, exatamente aquele espaço geográfico que Friedrich Fabri, há 20 anos, havia definido como o único ainda existente no planeta com condições adequadas para acolher milhões de imigrantes alemães.

O detalhamento da concretização dessa estratégia não cabe no espaço limitado deste estudo. Menciono apenas o projeto de interligação dos centros de colonização alemã através de uma via férrea, cuja iniciativa foi decisivamente influenciada pelo Ministério do Exterior alemão e financiado com capital alemão. Após a construção do trecho Blumenau-Hamonia (Ibirama) entre 1907 e 1909, o projeto previa a interligação entre Santa Catarina, Rio Grande do Sul e o norte da Argentina, o que incluía o estabelecimento de novos centros de colonização ao longo desta ferro-

30 Der Deutsche Ansiedler 1(1890), 4-5.

31 BRUNN, Gerhard. *Deutschland und Brasilien (1889-1914)*. Kolonia/Viena, 1971, p. 17

32 Citado conforme BADE, Klaus. *Friedrich Fabri und der Imperialismus in der Bismarkszeit: Revolution- Depression - Expansion*. Freiburgo, 1975, p.363.

via. Na avaliação do Ministério do Exterior alemão, esta iniciativa deveria fortalecer a Companhia Hanseática de Colonização e ser um meio "contra a influência e o capital norte-americano em terras desbravadas por alemães e que reservam ao comércio, à indústria e ao poder de realização e investimento alemães grandes possibilidades para o futuro."[33]

Em seus aspectos políticos, esse projeto de implantação de uma zona de influência alemã na América do Sul teve resultados medíocres, principalmente se avaliado a partir das expectativas de seus idealizadores. Decisivo para tal desfecho foram a eclosão da I Guerra Mundial e as conseqüentes transformações no cenário político alemão, além de outros fatores como a retração do movimento migratório a partir da virada do século e, inclusive, a indiferença da maioria dos emigrados e seus descendentes em relação aos destinos da nação alemã. Contudo, esta constatação não diminui a relevância desse projeto como pano de fundo a partir do qual a relação entre protestantismo de imigração e preservação da identidade étnica precisa ser enfocado. Aliás, com a iminência do fracasso político, a escola e a igreja, com o passar do tempo, se transformariam nos únicos espaços em que o ideário da germanidade continuava a ser cultivado com persistência redobrada. Assim, a escola e a igreja cada vez mais assumiam um papel fundamental para que "nossos alemães no exterior não se diluam na nacionalidade estranha que os envolve e assim se percam para a pátria alemã."[34]

Como vimos, as primeiras articulações desse imaginário ocorreram após a revolução alemã de 1848 e partiam de grupos sociais ligados ao comércio e à navegação e de ideólogos do nacionalismo alemão, assumindo caráter programático após a unificação alemã em 1871. Com a lei de emigração de 9 de junho de 1897, a preservação da identidade étnica entre os emigrados e seus descendentes passou a integrar o programa de governo do império alemão. Todavia, já a partir de 1889, o Ministério do Exterior passara a destinar regularmente uma verba para as escolas alemãs no sul do Brasil e a financiar a produção e divulgação de literatura destinada especificamente para os emigrados e seus descendentes. Entre 1892 e 1914, a marinha alemã realizou várias atividades culturais, nas regiões de colonização alemã, com o objetivo de "despertar

---

33 HELL, Jürgen. *Die Politik des deutschen Reiches zur Umwandlung Südbrasiliens in ein überseeisches Neudeutschland*. Rostock, 1966, p. 156-176, citação na p. 166.

34 Cf. *Der Deutsche Ansiedler* , 3(1889), 19.

o orgulho dos descendentes teutos pela Alemanha."[35] Destaque especial cabe à Associação de Escolas Alemãs para a Preservação da Germanidade no Exterior (Allgemeine Deutsche Schulverein zur Erhaltung des Deutschtums im Ausland), que tinha como objetivo "preservar a germanidade entre os alemães fora do reino e os apoiar ... em seus esforços de se preservarem como alemães ou de voltar a sê-lo."[36] Nos documentos oficiais das organizações eclesiásticas envolvidas com os emigrados, essa associação é constantemente mencionada por sua "valorosa contribuição" na "orientação da imprensa, na manutenção de escolas, no envio de professores, na formação dos emigrados."[37]

A convergência de interesses entre os diferentes grupos envolvidos na estratégia colonizadora está amplamente documentada. Nesse sentido, é elucidativa a argumentação do então influente professor da Universidade de Berlim, R. Jannasch que, em 1901, assim justificava a criação da Fundação Blumenau, uma instituição incumbida de apoiar as escolas alemãs no sul do Brasil: "na medida em que aí for preservado um vigoroso espírito alemão, cada centavo gasto com a escola se converterá no mais rentável investimento de capital da economia alemã, protegendo a mesma com sucesso contra qualquer concorrência."[38] Alguns anos mais tarde, o então diretor executivo da Sociedade Evangélica, pastor Max Dedekind, usava o mesmo argumento em seu discurso proferido diante do Congresso Colonial, realizado em Berlim, em 1910. Respondendo à pergunta pelas "perspectivas da germanidade na América do Sul e o que deve ser feito para sua preservação e cultivo por parte da pátria alemã", Dedekind diagnosticava: "Cada família alemã no exterior é um elo valoroso do nosso povo. Com cada emigrante assentado na floresta distante, o povo alemão dá um passo adiante sobre o globo terrestre. Cada uma destas famílias é portadora da cultura e da índole alemã. E cada família

---

35 DREHER, Martin N. *Igreja e Germanidade: Estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil.* São Leopoldo, Editora Sinodal, 1984, p. 46.

36 Citado cf. JUTZI, Siegfried. *Die deutschen Schulen im Ausland. Eine Untersuchung der Zuständigkeitsverteilung zwischen dem Bund und den Ländern nach dem Grundgesetz für die Bundesrepublick Deutsachland.* Baden-Baden, 1977, p.33

37 *Denkschrift des Deutschen Evangelischen Kirchenausschusses über die kirchliche Versorgung der Diaspora im Auslande.* Berlin, 1904, p. 12

38 JANNASCH, R (Ed.). *Ratschläge für Auswanderer nach Südbrasilein. Auf Veranlassung des Central-Vereins für Handelsgeographie und Förderung deutscher Interessen im Auslande.* Berlin, 1913, p.IV.

alemã no exterior propicia novos mercados ao comércio alemão, enquanto esta família permanecer alemã."[39] Os argumentos a favor desta estratégia podiam variar de acordo com a intencionalidade de seus defensores. Entre as dimensões políticas e econômicas e sua fundamentação filosófica e teológica[40] se constatam, inclusive, argumentos divergentes e até algumas tensões. Contudo, todos os argumentos convergem para a necessidade da preservação da identidade étnica e são consensuais quanto ao papel central e insubstituível que a religião e a escola desempenhavam nesse processo.

Em 07 de maio de 1907, entrou em vigor uma lei eclesiástica que pode ser considerada o equivalente eclesiástico da lei imperial de imigração de 1897. O Brasil era um dos principais focos de atenção dessa lei, pois aí estavam concentradas 20% das comunidades religiosas alemãs espalhadas por 23 países.[41] Essa lei possibilitava a filiação de comunidades religiosas situadas fora do território alemão à Igreja Territorial da Prússia e conferia ao Conselho Superior Eclesiástico, em Berlim, o poder de determinar, em última instância, não só a institucionalização das comunidades dos imigrantes alemães e seus descendentes, mas de interferir em todos os assuntos da vida religiosa das comunidades. Essa medida teve uma incidência fundamental sobre o perfil das cornunidades do protestantismo de imigração no Brasil.

Entre 12 de junho de 1907 e 20 de janeiro de 1908, os centros de colonização alemã no sul do Brasil foram inspecionados por um emissário do Conselho Superior Eclesiástico de Berlim, em comum acordo com a Sociedade Evangélica e o Ministério do Exterior do Governo alemão. Trata-se do pastor Friedrich Karl Martin Braunschweig, que recebeu a incumbência de inspecionar as comunidades religiosas, de averiguar a

---

39 DEDEKIND, Max. "Welche Aussichten hat das deutsche Volkstum in Südamerika und was ist zu seiner Erhaltung und Pflege seites der deutsche Heimat zu tun". In: *Verhandlugen de Deutschen Kolonialkongresses*. Berlin, 1910, p. 1015-1036, citado na p. 1016.

40 No que se refere ao esforço pela fundamentação teológica da identidade étnica cabe destaque ao pastor e teólogo Hermann Dohms, uma das primeiras figuras de projeção do luteranismo no Brasil. Cf. DREHER, Martin N. *Igreja e Germanidade: Estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil*. São Leopoldo, Editora Sinodal, 1984, p.109-125.

41 Cf. KRIEG, August. "Evangelische Kirche der Altpreussische Union und Auslandsdiaspora". In: SÖNGEN, Oskar (Ed.). *Hundert Jahre Evangelische Oberkirchenrat der Altpreussichen Union 1850-1950*. Berlin 1950, p.127.

possibilidade de congregá-las em associações regionais e vinculá-las à Igreja Territorial da Prússia. Pelo Ministério do Exterior, Braunschweig foi aconselhado a desempenhar sua função com "grande precaução", uma vez que "atitudes desprecavidas poderiam provocar conseqüências políticas indesejáveis."[42] O minucioso relatório dessa viagem pode ser considerado um dos principais documentos fundantes da política do Conselho Superior Eclesiástico, em Berlim, no que se refere ao protestantismo de imigração no Brasil. Nele, Braunschewig não se restringe a comentar a vida religiosa nos centros de colonização alemã, mas descreve a influência do elemento germânico nas diferentes esferas da sociedade emergente, dá sugestões sobre políticas de colonização e faz previsões quanto ao futuro dos centros de colonização alemã. A defesa dos "interesses nacionais alemães", como dizia o jargão da época, pode ser considerado o eixo central a partir do qual Braunschweig organizava seus argumentos. Em 1911 o próprio Braunschweig seria nomeado representante permanente da Igreja Territorial da Prússia no Brasil.

Como ficou sinalizado anteriormente, a I Guerra Mundial significou a primeira grande crise para essa política de preservação da identidade étnica. Além das medidas do governo brasileiro em relação à fala alemã em nosso território, a nova conjuntura foi determinada pela crise econômica e pelas mudanças políticas na própria Alemanha. Com a proclamação da República de Weimar, os documentos silenciam sobre parcerias entre o Estado alemão e a Igreja, no que se refere à preservação da germanidade no Brasil. Para enfrentar a crise financeira, entidades como a Sociedade Evangélica e a Sociedade Geral de Escolas Alemãs para a Preservação da Germanidade no Exterior passaram a mobilizar a iniciativa privada, inclusive com a participação de 60 firmas pertencentes a descendentes de alemães no Brasil. O objetivo da campanha era possibilitar ao representante permanente do Conselho Superior Eclesiástico a promoção da "unidade cultural da germanidade no Brasil". Segundo seus idealizadores, essa Campanha foi coroada de pleno êxito e permitiu que, em 1924, o Conselho Superior Eclesiástico retomasse sua atuação no Brasil, através de um representante permanente, nos mesmos moldes praticados antes do Brasil declarar Guerra à Alemanha. Uma parceria entre Igreja e Estado somente voltaria a se manifestar com a ascensão do Partido Nacional Socialista ao poder, nos anos trinta. Contudo, aí en-

42 WIRTH, Lauri Emilio. *Protestantismus und Kolonization in Brasilien.* Erlangen, Verlag der Ev.-Luth. Mission, 1992, p.104.

tra em pauta um novo tema, que não pode ser abordado no espaço deste artigo, qual seja, a relação da política de preservação da identidade étnica com a ideologia nazista e o papel da religião nesse contexto.

Conclusão

O objetivo deste ensaio foi mostrar a incidência de fatores exógenos na preservação da identidade étnica no interior do protestantismo de imigração. Iniciando como um movimento relativamente espontâneo, a emigração passou a ser vista como solução para a crise social e como estratégia para a criação de zonas de influência alemã na América do Sul. A preservação da identidade étnica era vista como a principal garantia dessa influência, sendo que a igreja e a escola alemãs, com o passar do tempo, se transformariam nos principais instrumentos dessa política. Quer me parecer que a preservação da identidade étnica no protestantismo de imigração não será adequadamente entendida se este referencial for desprezado.

A conjuntura interna dos centros de colonização foi decisiva para o grau de assimilação dessa política pelos emigrados e seus descendentes. Seu isolamento em relação à economia brasileira e, principalmente, a pouca relação da produção de subsistência com a economia agro-exportadora praticada no Brasil, a predominância do elemento germânico nos centros de colonização, a ausência de alternativas culturais e ideológicas etc, permitem pensar nos centros de colonização alemã como espaços fortemente autônomos que, confrontados com um projeto de preservação da identidade étnica concebido fora de seus espaços vivenciais, foram expostos a uma única incidência cultural a qual assimilaram, também, por falta de outra opção, mas à qual, igualmente, resistiram de diversas formas.

Mas, o estudo da relação do imigrante e seus descendentes com esse projeto exógeno, a partir da dinâmica interna dos centros de colonização ou a partir dos imaginários articuladores da vida cotidiana, seria tema para um novo ensaio.

Catolicismo e Projeto de Higienização em Santa Catarina (1945-1965)

Rogério Luiz de Souza
Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Resumo:
O artigo analisa o discurso católico da Arquidiocese de Florianópolis enquanto articulador de um saber médico-religioso e estruturador de novos paradigmas, chamando a atenção para o controle dos espaços sociais e para a regulamentação das condutas e das regras de higienização.

Palavras-chave: Catolicismo - Santa Catarina – saber médico-religioso

Abstract:
The article analyses the catholic discourse of the Archdiocese of Florianópolis as articulator of a medical-religious knowledge and former of new paradigms, stressing attention to the control of social spaces and the regulation of behavior and rules of hygienics.

Keywords: Catholicism – State of Santa Catarina – medical-religious knowledge

Ao se analisar um determinado contexto histórico-social em seus jogos de relação, percebe-se a centralização e a importância que determinados conceitos terão na fabricação de um imaginário coletivo gerenciador das atitudes e das condutas sociais, legitimando formas de ação e, ao mesmo tempo, de aceitação por parte daqueles que serão diretamente atingidos. As idéias e as representações, por isso mesmo, tornar-se-ão realidades forças, responsáveis pela estruturação do desenvolvimento coletivo e individual.

Compreende-se, todavia, que "a vida social e os discursos que produz sobre si mesma não são de modo algum programados; surgem de maneira mais ou menos imperfeita, seus diversos elementos se equilibram de maneira mais ou menos misteriosa - e é somente mais tarde

que podemos apreciar o que foi dominante, o que foi útil ou utilizado."[1] O que não desqualifica o fato de se ter uma intencionalidade pré-determinada para cada momento do devir social. Este momento emergencial veicula uma série de novos enunciados capaz de dar coerência ao todo social e uniformizar os conceitos discursivos que figurarão nas representações do cotidiano social, pois o discurso representa os contornos reais das intenções e das propostas, criando um vínculo de idéias e uma unidade em torno de quem produz e do que é produzido.[2]

Ademais, pode-se dizer que a instituição religiosa, assentando-se na sua força discursiva e agregativa, contribuirá com uma parte significativa na estratégia da construção de novos significados e da manutenção do ordenamento social, como uma espécie de instituição legitimadora dos valores resignificados e dos saberes operacionalizados por outras instituições. A partir dela se processa, no entender de Peter Berger, a manutenção e a "nomização" da sociedade, sugerindo um modo de agir e de pensar e supondo que o ordenamento social centra-se numa organicidade explicativa e significativa de sentidos sobre a realidade e que, concomitantemente, "legitima outras instituições infundindo-lhes um status ontológico de validade suprema, isto é, situando-as num quadro de referência sagrado e cósmico."[3]

Portanto, voltando-se à peculiaridade da formação histórica de Santa Catarina, marcada por um clima acentuadamente de cristandade, vislumbra-se a necessidade de um estudo que mostre a inserção do posicionamento católico na vida social e institucional.

Assim, a problemática na qual se inscreve o presente trabalho situa-se no período que compreende os anos de 1945 a 1965, momento em que se começa a plasmar uma nova base figurativa de mundo, alimentando desejos e lançando critérios de aceitação e repressão social.

A partir de um ideal que se mostrava aberto a um novo modelo político-social, marca-se o início da redemocratização e da mudança na concepção de Estado Nacional, o que sugere, aliás, um novo processo de redimensionamento social. No entanto, a essa prática, percebe-se um Estado preocupado em dar continuidade a um projeto desenvolvimentista

---

1 MAFFESOLI, Michel. *O Conhecimento Comum*. São Paulo: Brasiliense, 1988, p. 98.
2 Cf. FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
3 BERGER, Peter. L. *O Dossel Sagrado: elementos para uma Teoria Sociológica da Religião*. 2.a ed. São Paulo: Paulus, 1995, p. 46.

e a uma política de saúde que fomentasse o aprimoramento de uma estirpe saudável apta para o trabalho e que requeresse a fortificação do corpo social através de medidas profiláticas.[4] Como corolário vê-se um crescente interesse pela medicina social, haja vista "as transformações sócio-econômicas advindas com o inchamento dos grandes centros urbanos, com o crescimento industrial e com o somatório de problemas trazidos com as imigrações internas e o êxodo rural."[5]

Além disso, o pós-guerra apresentou novos e graves problemas para a Igreja Católica em especial, já que as transformações ocorridas trouxeram consigo uma avalanche de idéias que entrava em choque com as pretensões de seu discurso e cuja gravidade assinalava um processo de descristianização. Nesse sentido, a própria Igreja via-se, também, envolvida numa proposta ao projetar, ela mesma, uma linha de pensamento e de ação, o que possibilitou "uma certa lucidez dura que permitiu aos católicos tomarem consciência das relações sociais, da transformação das estruturas e de uma descristianização."[6] Lançando mão de imagens e de valores normativos, formulava enunciados que enfatizavam e corroboravam o ideal reformador da sociedade. Através de seus mecanismos de atuação fazia chegar as intenções que deveriam ser aceitas pelos sujeitos num processo de interiorização das novas práticas sociais. No entanto, segundo Berger, "o processo de interiorização deve ser sempre entendido como apenas um momento do processo dialético maior que também inclui os momentos de exteriorização."[7]

Por isso mesmo, dentro do processo histórico em que se encontrava, a Igreja Arquidiocesana de Florianópolis tomará para si a responsabilidade pela construção social, lançando as bases significativas de uma nova realidade que se queria construir. Vinculada a outros saberes discursivos, estabelecerá uma relação de trocas, vendo-se envolvida num mesmo processo de figuração de mundo e na "invenção" de uma determinada racionalidade histórica. Além disso, a Igreja Arquidiocesana teria um lugar de destaque na tarefa de legitimar e processar essa nova fase,

---

4 Cf. VILHENA, Cynthia Pereira de Souza. *Família, mulher e prole: a doutrina social da Igreja e a política social do Estado Novo*. São Paulo: USP, 1988. (Tese de Doutorado)

5 ISAIA, Artur Cesar. O Tratamento a um doente chamado Brasil: a visão católica sobre a sociedade brasileira.In: *Revista Catarinense de História*. Florianópolis: Insular, n.0 3, 1995, pp. 38 e 39.

6 PIERRARD, Pierre. *História da Igreja*. São Paulo: Paulinas, 1982, p.269.

7 BERGER, Peter. op. cit., p.31.

através da produção de um conhecimento que referendava seu lugar de atuação e influência nos meios institucionais e da concentração de outros conhecimentos que continham a perspectiva de intervenção sobre os aspectos do cotidiano social e que revelavam sua dinâmica relacional nos diversos espaços discursivos. Tal procedimento permitirá um acesso mais fácil às decisões da esfera pública[8] e abalizará uma unidade discursiva dos saberes em torno do saber religioso. Esse saber tomará forma real ao normatizar, orientar e criar imagens de sociabilidade, que se desenvolverão conforme o processo emergencial do contexto histórico, pois, não há como fazer valer uma prática social sem um conteúdo significativo de valores capaz de referendar e dar substrato às intenções. Em outras palavras, o fato de se ter uma prática voltada a medidas profiláticas alicerça-se na argumentação e na fixação de determinados valores. Esses valores antecedem as práticas higiênicas, sem os quais não haveria a internalização das condutas e o convencimento daquelas práticas. Daí a simetria que se pretendeu estabelecer entre o corpo físico, estruturado na observância dos critérios de disciplinarização do corpo, e a realidade espiritual, estruturada no referencial explicativo de uma moral cristã gerenciadora e controladora das condutas.[9]

Não obstante, a preocupação com a Medicina Social pela Arquidiocese, representada pelo Arcebispo Metropolitano D. Joaquim Domingues de Oliveira, levará à proliferação das instituições assistenciais e educacionais e lançará as bases de uma pedagogia do corpo voltada ao crescimento populacional, ao sacrifício pela pátria e à produtividade através do trabalho e fixação do homem ao campo. E como conseqüência, concentrará seus esforços na disseminação de uma cultura do corpo voltada à formação do homem virtuoso, saudável e socialmente organizado.

> *A mocidade, estudantina ou não, deveria ser:*
> *- mais aplicada: ler, estudar, aprender um ofício, preparar-se para uma carreira honesta e digna.*
> *- mais séria: deixar as esquinas, acabar com os namoricos de jardim e de crônicas insípidas nos jornaizinhos baratos, fugir dos vícios e dos viciados.*

---

8 Cf. HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Presente, 1984.

9 Cf. LENHARO, Alcir. *A Sacralização da Política*. 2.a ed. São Paulo: Papirus, 1986.

- mais ordeira: largando as farras e as libações, as algazarras noturnas mais próprias de bêbados do que de rapazes filhos de família.
- mais morigerada: abstendo-se das diversões, teatros, cinemas e cenas imorais, sabendo vestir-se decentemente.

Mocidade não deve ser sinônimo de frivolidade. Não deve viver apenas para jogos e prazeres, porque no futuro, representarão uma raça fraca e doentia, doente do corpo e da alma, arrastando a vida inteira as míseras conseqüências da libertinagem.

Ao próprio Estado e não só à Igreja compete olhar pela saúde física e mais ainda moral dessas gerações em que deveriam repousar as esperanças duma Pátria grande e forte.[10]

Tal posicionamento, insuflado por um ideal de sociedade justa e isenta de conflitos e heterogeneidades, buscava uma aproximação com o discurso médico e político a fim de garantir suas propostas e de legitimar sua intervenção e atuação qualificada no cotidiano social.

Portanto, o que se percebe em torno deste discurso religioso é a utilização e a manipulação de outros discursos (político, jornalístico, pedagógico, médico) a fim de legitimar e sustentar suas próprias representações. Isso se dá, segundo Eni P. Orlandi, "porque os discursos se relacionam, se comunicam entre si, se sustentam mutuamente. Há relações de inclusão, de determinação, de interdependência entre eles."[11] Esta simbiose discursiva sugere o abalizamento de determinadas medidas e estrutura um saber social, cuja finalidade é a incorporação dos novos signos e a adequação aos novos significados. Tomando como exemplo o artigo "Menina, por que te pintas?" do jornal "O Apóstolo", de 15 de outubro de 1954, percebe-se com clareza discursos a fim de fazer valer uma determinada proposta e regulamentar a conduta social dentro dos moldes cristãos.

*Não te pergunto como **missionário** porque estou acostumado a ver criaturas humanas pintadas como as das zonas do rio Xingu. Mas posso perguntar-te como **médico**. Já consideraste o mal e as doenças provocadas pelas essências químicas do baton e outros objetos embelezadores? Posso perguntar-te como **educador**. Já pensaste no mal da mentira e do engano, mostrando-te em uma pose que não*

10 Problemas da Juventude. *O Apóstolo*. Florianópolis, 01 de maio de 1951, n.º 501.
11 ORLANDI, Eni Puccinelli. *A Linguagem e seu Funcionamento:* as formas do Discurso. 4a ed. Campinas, SP: Pontes, 1996, p. 256.

corresponde à modéstia e à verdade?
Pergunto como ***sacerdote****, lembrando-te que o teu corpo é um templo do Espírito Santo, portador da alma imortal e que este corpo vai ser restabelecido no dia da justiça final.*

Ao se abordar concepções como *doença*, *verdade* e *corpo* atenta-se para o fato de que estes elementos entraram na própria estrutura de poder disseminada pelas diversas instâncias sociais, sugerindo um processo de construção, de incorporação e de domínio das significações conceituais. Portanto, essas concepções abrem-se para a objetivação de uma realidade e o enquadramento de todos, neste caso, a uma proposta moral cristã.

Por outro lado, o que se processa na prática social é um afrontamento entre o que é objetivado pela Instituição e o que realmente é aceito ou assimilado pelos sujeitos sociais nos seus espaços de atuação, uma vez que o vivido sugere resistência e conflito.

Assim, conforme a situação concreta do contexto histórico-social e das representações que se estabelecem, é possível perceber nos próprios discursos e especificamente no discurso religioso a projeção e a explicitação do afrontamento ideológico. Esse afrontamento se caracteriza pela obliteração de determinadas práticas[12] e a veiculação de determinadas representações, permitindo a análise dos efeitos de sentido que se fazem presentes na construção do discurso.[13] O que vale dizer que a nova estrutura de poder dissemina-se por toda a sociedade e convoca a todos a se tornarem promotores desta nova emergência social, cabendo às instituições, estatais ou não, o controle e a vigilância daquilo que se quer garantir.

---

12 Diante de um mundo transformado pelo pós-guerra, a Igreja encontrava-se no combate aguerrido às superstições, aos maus costumes, ao charlatanismo médico-religioso e aos cabarés. Esses problemas, segundo a Igreja, representavam uma ameaça à segurança nacional e à ordem social. Cf. PIERRARD, Pierre. op. cit.

13 Para ORLANDI, Eni Puccinelli. op. cit., o discurso é visto como efeito de sentidos, enquanto parte do funcionamento social. A sua origem está na constituição dos interlocutores e do contexto como elementos da significação. "Quando se diz algo, alguém o diz de algum lugar da sociedade para outro alguém também de algum lugar da sociedade e isso faz parte da significação." (p. 26)

As instituições têm a propriedade muito curiosa de implicarem o controle, a responsabilidade sobre a totalidade, ou a quase totalidade do tempo dos indivíduos.[14]

Além disso, a Igreja em relação a outras instituições fornece, no entender de Durkheim, o meio de sustentação e de atestação social, tornando a força coercitiva menos necessária e, ao mesmo tempo, garantindo o equilíbrio e o vínculo entre as pessoas.[15]

Desse modo, concentrando suas preocupações nos problemas econômicos e sociais da população, a Igreja Arquidiocesana imbuída de uma visão mais ampla sobre *o social*[16] idealizará um projeto de melhoria para a sociedade, chamando para si o ordenamento social e convocando o Estado para a ação em conjunto.

A própria ação social deveria girar em torno da idéia de serviço social e sob o signo da promoção humana, ou seja, a reforma social, estruturada sob um planejamento econômico, social e político do Brasil, só viria a partir de uma reforma dos costumes e da interiorização dos princípios médico-cristãos, onde o próprio leigo seria convocado a se engajar na luta pela transformação social.[17] Longe do assistencialismo, se queria a busca de um modelo da ordem social a ser inovada, face às situações altamente explosivas da sociedade, como aquela do êxodo rural. Portanto, verificar-se-á uma Igreja à procura de um denominador comum entre a linha rotineira da atividade assistencialista com as urgentes imposições da necessidade social.

---

14 FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Cadernos da PUC. Série Letras e Artes. Caderno no 16, 1979, p. 93.

15 DURKHEIM, Émile. As Formas Elementares da Vida Religiosa. In: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.

16 O papa Pio XII, em 1947, já dizia aos cristãos da Ação Católica: "Passou o tempo das reflexões e dos projetos, chegou a hora da ação", ou seja, o novo posicionamento eclesial alertava para o engajamento social, numa valorização do político no sentido de assumir estratégias realistas capazes de transformação. E, "realmente, ocorrerá uma transição *qualitativa*, porque a Igreja no Brasil, representada por grupos de vanguarda e de choque, atuará de maneira mais agressiva e mais consciente no campo social nas décadas de 1950/1960." LUSTOSA, Oscar F. *A Igreja Católica no Brasil República*. São Paulo: Edições Paulinas, 1991, p. 149.

17 O que se verifica na ação católica, neste momento, é a influência abalizadora do humanismo personalista de Emanuel Mounier e de Jacques Maritain.

Consciente desse processo, a Arquidiocese de Florianópolis lançar-se-á num projeto de ordenação higiênica e moral do espaço social dos centros rurais e urbanos, com o fim explícito de fazer desenvolver a pátria e restabelecer o espírito cristão, numa sociedade ameaçada pelo processo de urbanização desordenado e pela falta de uma política social de base. O que vale dizer que as Instituições sociais "têm por objetivo ligar o indivíduo a um processo de produção, de formação ou de correção dos produtores."[18]

A ação em conjunto, requerida pelo Arcebispo Metropolitano de Florianópolis, de médicos, padres, sanitaristas, agrônomos, professores, secretários de Estado, era o instrumento qualificado capaz de referendar e traduzir as intenções práticas de um projeto de regeneração coletiva.

O próprio Governador do Estado, Dr. Aderbal Ramos da Silva, em seu discurso de posse em 1947, confirmará esta iniciativa da Igreja local ao respaldar sua ação político-administrativa nos princípios da doutrina social cristã.

> *Ressaltarei, como preocupação constante, os pontos capitais capazes de minorar a crise atual, por que passa a nossa economia e atinge mais profundamente as classes menos favorecidas. Deste modo, em primeiro plano está a obrigação de reconhecer que é dever indeclinável de qualquer governo, diligenciar pela progressiva redução das diferenças sociais.*
>
> *Entretanto cumpre que essa redução se processe pelos trâmites que a* ***Doutrina Social da Igreja Católica*** *preceitua e que tem por base o sentimento de solidariedade humana, liga divina dos homens entre si. Não é privilégio das doutrinas exóticas a solução dos chamados problemas sociais. Enquanto essas doutrinas se propuserem resolver, pela força e mistificação, o lado difícil de tais problemas, nenhum democrata cristão poderá enamorar-se delas.*[19]

Nesse sentido, percebe-se a crescente iniciativa desta Igreja em tomar para si, num clima triunfalista, um número considerável de instituições assistenciais. No início da década de 1950 a Igreja Arquidiocesana de Florianópolis já contava com a administração de 31 obras assistenciais (hospitais, abrigos de menores, asilos, hospícios, leprosário, farmácias ambulantes e casas de saúde) e de 39 estabelecimentos de ensino.[20]

---

18 FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. op. cit., p. 92.

19 Jornal *O Apóstolo*. Florianópolis, 15 de abril de 1947, nº 404. (o grifo é nosso)

20 Dados do Anuário Eclesiástico da Arquidiocese de Florianópolis, por Mons. Frederico Hobold (Vigário Geral), 15 de novembro de 1951, pp. 92-95.

A presença centralizadora nesses meios possibilitará a veiculação discursiva e repetitiva de uma prática e alimentará um imaginário onde se assentarão as regras de normatização. Assim, o funcionamento do discurso é inseparável dos mecanismos nos quais se reproduz a estrutura enunciativa e significativa das "coisas" que se quer dizer. Estes dispositivos materiais são, por isso mesmo, segundo Foucault, "máquinas óticas" que regulamentam o agir prático e produzem o sujeito e as "coisas", conforme aquilo que se quer ver ou ocultar.[21]

Concomitantemente, a propaganda discursiva de uma sociedade caótica, fomentava a ação imediata e a fabricação de um agente transgressor e desvirtuado, que serviria de expiação para os antagonismos sociais e para a precariedade da saúde e do sistema econômico, e que, ao mesmo tempo, exigiria a instalação de uma ordem capaz de exprimir e impor crenças comuns.[22]

> *Se os comunistas chegassem a dominar em nossa terra, os nossos órfãos, asilados, os nossos milhares de doentes ficariam sem estas heroínas da caridade cristã (as irmãs da Divina Providência e outras congregações) que se consomem quais holocaustos sagrados no amor maternal para com eles.*[23]

Identificar-se com os padrões comportamentais sugeria, também, a redefinição dos traços singulares das culturas antagônicas à tradição que se inventava.[24] Assim, a ação que se pretendia por parte da Igreja, exigiria a remodelação dos costumes e dos hábitos cotidianos. Para tanto, era mister salientar uma discursividade que transitasse pelas diversas áreas do saber, demonstrando sua horizontalidade ao tomar por base os conhecimentos da ciência humana e sua verticalidade ao orientar e depurar os critérios de aceitação desses conhecimentos. Os parâmetros exigidos eram determinados pelos princípios de uma medicina social e de uma eugenia cristã que se propunham a redimensionar os valores da coletividade e interferir nas condutas dos indivíduos, alertando para os exageros e abusos do agir prático.

---

21 Cf. FOUCAULT, Michel. *As Palavras e as Coisas*. op. cit.

22 BRONISLAW, Bazcko. Imaginação Social. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Oficial - Casa da Moeda, 1985, p. 309.

23 Pela Terra Catarinense. *O Apóstolo*. Florianópolis, 15 de abril de 1946, nº 380.

24 Cf. HOBSBAWM, Eric et RANGER, Terence (org.). *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Utilizando de uma linguagem ameaçadora e assustadora, atribuía-se aos maus hábitos higiênicos e morais a interrupção da própria vida. Era lugar-comum tomar por base discursiva a idéia da morte. Ao se recorrer a essa idéia se imprimia o sentimento de angústia, de dúvida e de medo, restando, unicamente, a esperança do perdão divino. O "espetáculo da morte" exigia a recondução dos indivíduos à prática desejada e a padronização dos comportamentos vividos, nomeando inimigos e identificando as causas e os lugares dos males sociais.[25] Tal discursividade revelava a força eloqüente da morte e a condenação dos vícios e dos hábitos anticristãos.

> *A jovem Germana Durverseau morreu de pneumonia, por causa da indecência no seu modo de vestir-se. Eis as tristes declarações que fez em seu leito de morte: "Sou uma vítima da moda. O desejo de mostrar-me perdeu-me... Fui educada no regaço de uma mãe piedosa... era Filha de Maria... Perdão, meu Deus! Perdão! Sou culpada, muito culpada por meus escândalos...*
> *Diga a minhas amigas, a todas as moças, que eu morro vítima da moda e lhes peço que nunca sejam escândalo por seus vestidos indecentes!!*[26]

Daí a necessidade de uma instrução voltada à formação moral do indivíduo e às normas disciplinadoras ditadas pela higiene e pela puericultura. Por isso mesmo seria a educação moral o melhor meio profilático de combater a desordem social. As práticas de benzeduras, as promessas, o espiritismo, eram vistos como sintomas de desajustamento e doença social, estimulados por uma superstição religiosa e, portanto, alheia ao processo de reforma social e às convicções e práticas da religião oficial e da medicina.

> *É mister fugir dos curandeiros e dos macumbeiros, eles envenenam o corpo e a alma, fazendo absurdos. E há gente tão cega que deixa o médico, abandona os remédios eficazes, vai à procura de bruxas, de feiticeiras, de Pais de santos, de sessões trevosas de espiritismo. E o que vemos é esta calamidade de tanta gente morta pela superstição. Os feiticeiros são um verdadeiro flagelo social. Não acreditem em*

---

25 Cf. DELUMEAU, Jean. *História do Medo no Ocidente*. São Paulo: Companhia da Letras, 1993.

26 Vítima da Moda. *O Apóstolo*. Florianópolis, 01 de outubro de 1946, nº 391.

coisa feita, em adivinhações do futuro, em arranjos de vida, por macumbas. Isso só serve para a desgraça da alma, a ruína da saúde.[27]

A Igreja chamava para si a questão social, mostrando-se como Instituição provedora da ordem social ao combater a superstição e a ignorância religiosa. Daí uma pastoral voltada ao ensino sistemático do catecismo aos adultos e crianças, à formação de associações e às missões populares.[28]

Assim, através de uma discursividade religiosa, que insistia na necessidade do fomento à produção e que revelava uma preocupação explícita com a higienização social, a Igreja de Florianópolis propôs-se à recondução e ao "treinamento" dos sujeitos sociais, naquela visão aristotélico-tomista do "homem-inacabado", ou seja, do homem em busca do aperfeiçoamento relacional e de sua integridade individual, conquistada pela aceitação dos princípios morais cristãos, pelos progressos médico-científicos da humanidade e pelo trabalho dedicado, que garantisse a sua santificação e o desenvolvimento da Pátria.

Enfim, a Igreja como elemento cultural e institucional assumiu um papel importante na correção e manutenção dos sujeitos sociais, ordenando os espaços, mostrando o rompimento com os saberes antagônicos e aconselhando o comportamento social. A partir de sua estratégia de legitimação, tentou estabelecer critérios de normatização e de disciplinarização dos corpos ao veicular uma proposta de higienização social abalizada por uma discursividade médica que não ferisse os princípios da moral cristã e que fosse capaz de transitar pelas esferas das decisões públicas.

---

27 Feitiçaria e Macumba. *O Apóstolo*. Florianópolis, 15 de fevereiro de 1947, nº 400.

28 As missões saíam pelo interior dos municípios, administrando sacramentos, corrigindo erros doutrinários e prestando assistência e cuidados médicos à população. "No enceramento das Santas Missões em São Ludgero houve renovação dos votos batismais: em nome da Ssma. Trindade juramos ser fiéis aos nossos deveres, detestar os jogos altos, as bebedeiras, as inimizades, os bailes perigosos." As Santas Missões em São Ludgero. *O Apóstolo*. Florianópolis, 01 de março de 1948, n.0 425.

Em busca da "Sciencia Medica": tentativas de legitimação da medicina homeopática

Renata Palandri Sigolo
Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo:
O artigo tem como objetivo discutir alguns pontos relativos às estratégias de legitimação da medicina homeopática no Brasil, no início do século XX; dentre eles, sua associação com o Positivismo.

Palavras-chave: História da Medicina - Discurso Médico - Homeopatia.

Abstract:
The article intends to discuss some aspects related to the strategies of legitimacy of the homeopathy medicine in Brazil at the beginning of the 20th century, including its association with Positivism.

Keywords: History of the Medicine - Medical Speech - Homeopathy.

A Homoeopathia não é um simples systhema de Medicina; ella é toda a sciencia medica.[1]

Pela segunda vez o então acadêmico Nilo Cairo da Silva se dirigia aos seus lentes da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, apresentando a tese que iria lhe conceder o título de Doutor em Medicina. Em 1903 já havia entregue à academia sua primeira tese, intitulada "Similia

1 APHORISMOS. *Annaes de Medicina Homoeopathica.* Rio de Janeiro, nº 7, a. V, jul. 1903. p.233.

Similibus Curantur" que, por defender proposições sobre a teoria médica homeopática, fora rejeitada pela Faculdade de Medicina, evidentemente contrária às afirmações feitas por Nilo Cairo.

Era 1904 e, em sua segunda tentativa, Nilo Cairo pretendeu discorrer sobre uma deformidade do pé denominada "pé eqüino", que exige, freqüentemente, intervenção cirúrgica. Após apresentar todos os aspectos da doença o acadêmico defendeu três proposições sobre cada cadeira do curso médico. Em uma das cadeiras, a de terapêutica, Nilo Cairo reafirma as proposições que, em 1903, haviam lhe barrado o acesso ao diploma médico:

> *I - Um medicamento só é curativo, quando é indicado pelo princípio* ***similia similibus curantur.***
> *II - Todo medicamento indicado pelo princípio* ***contraria contrariis curantur*** *é puramente palliativo.*
> *III - Um medicamento póde agir de dous modos: chimicamente ou dynamicamente.*[2]

Embora afirmasse a supremacia do princípio *similia similibus curantur* sobre o *contraria contrariis curantur,* este último defendido pela medicina oficial, Nilo Cairo obtém o título desejado.

O que se sobressai à narrativa de um dos momentos da vida profissional do Dr. Nilo Cairo da Silva, é a existência, no início deste século, de dois discursos antagônicos no campo da medicina: o defendido pela medicina oficial, que se baseava no racionalismo e no mecanicismo e o sustentado pela medicina homeopática, inspirado no vitalismo.

Os princípios da medicina oficial (também hoje chamada biomedicina) do século XX foram lançados já no século XVII, e foram se aprofundando nos séculos subseqüentes. Temos, nesse largo espaço de tempo, a construção do método cartesiano, preconizando um estudo sistematizado e racional de todo objeto analisado. A valorização do pensamento matemático na compreensão dos objetos e fenômenos pode ser percebido na concepção cartesiana do corpo. Através da análise do sistema circulatório proposta por Descartes[3] pode-se perceber a visão de

---

2 SILVA, Nilo Cairo da. *O Pé Eqüino.* Tese apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. 1904. p.29.

3 Cf: DESCARTES, René. *Discurso do Método.* Brasília: UNB, 1985.

corpo que iria fundamentar a medicina moderna: uma máquina possível de ser estudada cientificamente, através das leis da física.

A dessacralização do corpo, em auge no século XVIII, levou a medicina a aprofundar seus estudos de anatomia, fortalecendo os estudos de nosologia, que permitiram a classificação das doenças a partir da observação de seus sintomas, observação esta que se traduz de forma mais direta na dissecação de cadáveres. O corpo é a sede das doenças que podem ser classificadas e catalogadas. A medicina homeopática, por sua vez, deriva das teorias vitalistas do século XIX como o mesmerismo, o animismo e o espontaneísmo. O vitalismo homeopático foi fundado por Samuel Hahnemann (1755-1843), num momento em que este se mostrava descontente com a medicina da sua época, que, segundo ele, era incapaz de obter a cura definitiva das doenças.

Nascida como contraponto da medicina oficial, a homeopatia não se propunha a catalogar doenças, localizá-las no organismo, explicá-las e, a partir daí, estabelecer uma terapêutica. No sistema homeopático, o *doente* é o centro, não a doença. Segundo Marcos Bessa, a homeopatia:

> *[...] contrapõe-se à racionalidade cartesiana - dividir, separar e analisar. O homeopata busca no detalhe mais remoto e estranho, a marca que revela a* ***unidade*** *do doente, espelhado na patogenesia do medicamento.Foge do paradigma que divide o homem em mente e corpo fragmentando-o em órgãos, tecidos, células e moléculas para poder compreender as suas partes.*[4]

Com esse objetivo, embora partilhando alguns elementos da medicina oficial, como a fisiologia e a anatomia, a teoria hahnemanniana se propunha, tendo em vista as particularidades dos doentes, encontrar o medicamento que, tendo o efeito *semelhante*, irá promover o equilíbrio e restaurar a saúde do indivíduo.

O medicamento também revela outro ponto de discordância entre os dois sistemas médicos. O medicamento homeopático age na força vital do indivíduo, responsável por animar o organismo material dos seres, reestabelecendo seu equilíbrio e, portanto, a saúde.

Através desta rápida comparação, pode-se perceber a distinção dos dois sistemas de curas mais evidentes que estavam presentes na sociedade brasileira do início deste século.

---

4 BESSA, Marco. *Filosofia da Homeopatia;* análise da força vital ,vida, natureza e homem no pensamento de Hahnemann. Curitiba: Aude Sapere, 1994. p.37.

Para melhor compreender o significado do conflito entre o discurso médico oficial e o discurso médico homeopata é preciso levar em consideração a importância social do discurso. O discurso é, como afirma Foucault, não apenas o veículo que expressa lutas, mas também *aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar.*[5]

Tem-se, na sociedade, uma variedade de discursos concorrentes, que, por sua vez, revelam as disputas de poder travadas por parte daqueles que o enunciam. Nesta batalha, há alguns princípios utilizados pelos que enunciam os discursos, no sentido de buscar uma hegemonia. Um deles é o princípio de exclusão[6] que age , entre outras maneiras, destituindo de verdade, ou seja, ilegitimando o discurso ao qual pretende subjugar.

Num mesmo movimento, todo o discurso procura legitimar-se socialmente. Na busca por legitimação, aquele que fala, isto é, o agente que pronuncia o discurso tem papel fundamental. Como afirma Bourdieu, *o poder das palavras é apenas o poder delegado do porta-voz...*[7] O "porta-voz", por sua vez, tem seu poder respaldado, legitimado por uma instituição. Seu enunciado só pode ser entendido enquanto verdade se a instituição à qual está vinculado lhe delega autoridade. Ao mesmo tempo, uma vez imbuído de poder, aquele que pronuncia o discurso revela os princípios, é a "voz" da instituição à qual pertence.

O discurso homeopático, assim como da medicina oficial, tem como ponto central sua afirmação enquanto ciência. O ponto chave da filosofia homeopática era o objetivo de construir *uma ciência universal, cujo princípio unitário, em termos de razão, se ancoraria na infinitude da inteligência divina, princípio de unidade de toda a verdade e de toda a realidade.*[8]

Embora ancorada na ciência, a homeopatia se pretende espiritualista, divergindo de sua concorrente, que se embasava no método mecanicista. Essa característica da medicina homeopática iria permitir-lhe considerar como "porta-voz autorizado" pessoas (médicos e leigos) ligados a práticas e discursos religiosos, como é o caso do Dr. Benoit Mure.

---

5 FOUCAULT, Michel. *A Ordem do Discurso.* 2 ed. São Paulo: Loyola, 1996. p.10.
6 Idem. p.10-11.
7 BOURDIEU, Pierre. A linguagem autorizada; as contradições sociais da eficácia do discurso ritual. In: *A Economia das Trocas Lingüísticas.* São Paulo: EDUSP, 1996. p.87.
8 LUZ, Madelt. *Natural, Racional, Social; razão médica e racionalidade científica moderna.* Rio de Janeiro: Campus, 1988. p.137.

Atribui-se a introdução da homeopatia no Brasil ao Dr. Benoit Mure, vindo da França ao Brasil em 1840, inicialmente com o objetivo de fundar um falanstério em Santa Catarina. O Dr. Mure dirige-se, posteriormente, ao Rio de Janeiro, onde inicia a difusão da medicina homeopática, através de sua prática médica e da propaganda. Uma das características do discurso homeopático da época era atribuir a esta terapêutica a capacidade de realizar curas inatingíveis pela medicina oficial, bem como considerar a homeopatia como um bem divino, como o próprio Hannemann, o sistematizador da medicina homeopática, fazia:

> *Já era bem tempo para o sábio e benévolo Criador e Conservador dos Homens colocar um termo a tais horrores, ordenando o término de tais torturas, fazendo surgir uma arte de curar que fosse o contrário de tudo isso [...]. Já era bem tempo que Ele fizesse com que a homeopatia fosse descoberta.*[9]

Os seguidores ou "apóstolos"de Hannemann, como consideravam-se os médicos homeopatas, a exemplo do Dr. Mure, partilhavam e ajudavam a difundir a idéia de que a homeopatia tinha a vontade divina como meio de criação e propagação. As palavras de Benoit Mure ao seu colega homeopata Dr. João Vicente Martins, em 1849, revelam a natureza religiosa do discurso homeopático do século XIX:

> *O movimento iniciado no Brasil não parará. Não foi somente à nação que nós servimos, mas sim à humanidade inteira. Dessa Escola do Rio, ainda fraca, virá uma geração de homeopatas puros, de apóstolos dignos de você, que espalharão o evangelho da redenção física sobre o globo inteiro, onde nós deixamos confiantes o depósito sagrado. Trabalhemos, apesar de separados neste momento pelo Oceano, trabalhemos juntos pela nossa tarefa inacabada. A humanidade que sofre e Deus que ama a verdade nos olham e nos esperam.*[10]

Essas características religiosas detectadas na doutrina Hahnemamiana do século XIX, somadas às práticas de caridade praticadas pelos médicos homeopatas a aproximaram do espiritismo, que se constitui num dos principais veículos de difusão da doutrina.[11]

---

9 HAHNEMANN, Samuel. *Organon da Arte de Curar*. Ribeirão Preto: Museu de Homeopatia Abrahão Brickmann, 1995.

10 FREITA, Francisco José (trad.). Dedicatória do livro de Benoit Mure a João Vicente Martins. *Revista Brasileira de Homeopatia*, Rio de Janeiro, v.1, nº1, 1991. p.11.

11 Cf. BERTOLLI Fº, Cláudia. Homeopatia e Espiritismo: em torno do imaginário social. *in: Revista de Homeopatia*. Rio de Janeiro: v.55, nº3, jul/set 1990. p.72-78

Segundo Madel Luz, a homeopatia, no Brasil, estava ligada fortemente ao espiritismo nos primeiros anos deste século. De fato, uma das estratégias de difusão era habilitar o maior número de pessoas para praticar a homeopatia e difundi-la. Os espíritas encontravam-se, tanto em sua teoria quanto na prática, dentre os mais capacitados para encabeçar as fileiras da homeopatia. O personagem do início deste texto, o então Dr. Nilo Cairo, defendia esta postura em 1906, no primeiro artigo da recém-criada revista onde era redator:

> *Entre esses últimos, é nosso dever destacar e prestar justiça aos adeptos do Espiritismo, aos quaes cabe incontestavelmente, na história da Homeopatia neste Estado, a maior parte das glorias da porfinada jornada, que tem introduzido e propagado o nosso systema therapeutico pelos mais ignorados cantos desta terra.*[12]

Embora contando com leigos na sua divulgação, a medicina homeopática, assim como a oficial, afirmava a academia como espaço institucional que lhe assegurava legitimidade científica e como local privilegiado para a formação de pessoas capacitadas para agir segundo seus princípios.

Desde o século XIX houve tentativas de criação de Escolas Homeopáticas como por exemplo a Escola Homeopáthica do Brasil, criada em 1845 por Benoit Mure e João Vicente Martins, com o intuito de obter *medicos convenientemente preparados no conhecimento da nossa doutrina*[13]. Em 1880, é criado um segundo Instituto Hahnemamniano do Brasil (do qual Nilo Cairo fará parte logo após o término de sua formação, em 1904), com o objetivo de contribuir para *o aperfeiçoamento e propagação da doutrina medica fundada por Hahnemann*[14]. Em seus estatutos, o Instituto Hahnemamniano do Brasil prevê quatro classes de sócios, sendo que a categoria que toma decisões e pode exercer cargos no Instituto é composta por *todos os medicos e pharmaceuticos homeopathas residentes na Corte e Nictheroy, ou quem possuir qualquer gráo academico*[15]. Criado como associação propagadora da medicina homeopática, o Insti-

---

12 SILVA, Nilo Cairo. Nosso programma. *Revista Homoeopathica do Paraná*, Curitiba, nº1-3, jan/mar 1906, Anno I. p.3.

13 GALHARDO, Dr. José Emygdio R. *Livro do I Congresso Brasileiro de Homeopathia*. Rio de Janeiro: Instituto Hahnemanniano do Brasil, 1928. p.313.

14 Idem, p. 730

15 Ibidem.

tuto ressaltava a necessidade da formação acadêmica à sua principal categoria de membros.

A necessidade da medicina homeopática em introduzir um ensino sistematizado e legitimado por uma academia e, assim, contar com a mesma autoridade da medicina oficial se faz sentir, em especial, nas discussões estabelecidas no Instituto Hahnemanniano no ano de 1912. Após a criação da *Lei Organica do Ensino Superior e do Fundamental na Republica*, conhecida como Lei Rivadavia Correa, um dos membros do Instituto, o Dr. Domingos Marques de Oliveira, levou à frente a idéia de criar a Faculdade de Medicina Homoeopathica do Rio de Janeiro, estabelecida no ano posterior.

A criação da Faculdade de Medicina Homoeopathica foi alvo de intenso debate entre os membros do Instituto, sendo que a maioria tomou posição contrária à formação de tal estabelecimento. Nas palavras do Dr. Dias da Cruz Filho pode-se perceber alguns pontos levantados que estabeleceram a crítica à Faculdade de Medicina Homoeopathica:

> *Parecendo talvez forte de mais a expressão empregada, pede o orador a attenção da casa para o facto de se tratar de uma medicina que se quer impôr á nação, que quer conquistar um lugar ao lado da sciencia official, o que só póde conseguir pelo perfeito preparo dos cultores da doutrina de Hahnemann, preparo esse que em nada deva ser inferior ao da medicina oficial. Pensa o orador que uma faculdade homoeopathica deve ser uma dependencia de uma escola allopathica, pois que o medico homoeopatha carece de conhecer a allopatia. O orador está nesse ponto de accôrdo com o Sr. Dr. Nilo Cairo, quando lembra que só depois de cursar o actual 4º anno da escola de medicina possam ser encaminhados para a homoeopathia os futuros discipulos de Hahnemann.*[16]

Apesar de haver, no início do século, quase que um consenso entre os homeopatas sobre a urgência em delegar o ensino da homeopatia aos moldes acadêmicos, existiam duas opiniões sobre o modo como isso deveria se realizar. Alguns defendiam a criação de Faculdades de Medicina voltadas especificamente ao ensino da medicina homeopática; outros, como no caso dos Drs. Dias da Cruz Filho e Nilo Cairo optavam pela existência de cadeiras específicas nas Faculdades de Medicina ofi-

16 ACTA DA 16ª SESSÃO ORDINARIA DE 1911-1912, EM 2 de MAIO DE 1912. *Annaes de Medicina Homoeopathica*, Rio de Janeiro, jun., 1912. p. 275.

ciais, que deviam ser cursadas por aqueles que desejassem se especializar na teoria hahnemanniana. Esta última corrente tinha como justificativa para tal posição a necessidade da equiparação da medicina homeopática, enquanto ciência, em relação à medicina oficial.

Num outro momento específico da vida profissional do Dr. Nilo Cairo da Silva, justamente o mais lembrado por aqueles que o citam, é possível vislumbrar claramente esta última posição relacionada à tentativa de legitimação da medicina homeopática. Em 19 de dezembro de 1912 é fundada a Universidade do Paraná, tendo como membros fundadores os Drs. Victor do Amaral e Nilo Cairo. A criação da Universidade do Paraná é representada como um marco na vida científica e cultural do Paraná, sendo Nilo Cairo apresentado como um de seus principais mentores:

> *Coragem! gritava Nilo Cairo. Coragem! respondiam os seus dignos companheiros. E se raciocinou: com uma Universidade o Paraná dará um passo de gigante; a sua realização trará um notavel progresso para Curityba, patenteará o genio creador dos paranaenses e encherá de glorias este Estado da Federação.*[17]

É Nilo Cairo também um dos estruturadores do Curso de Medicina e Cirurgia da Universidade que revelará, em sua formação, a defesa do médico homeopata pela introdução de cadeiras que preparassem os seguidores da teoria hahnemanniana: as disciplinas de *Homeopathia e Therapeutica Homeopathica* e *Clinica Homeopathica*[18], tendo como docente responsável o Dr. Nilo Cairo da Silva. Igualmente o curso de Farmácia contava com com uma disciplina relacionada à homeopatia, *Pharmacologia Homeopathica*[19],a cargo do mesmo professor. Todas as disciplinas acima previstas não serão mais citadas nos Estatutos de 1914, no caso das disciplinas ofertadas ao Curso de Medicina, nem no relatório Geral de 1915, em relação à cadeira do Curso de Farmácia indicando, talvez, que não tivessem sido ministradas.

A intenção, no entanto, é clara: há uma forte preocupação dos homeopatas, no caso específico, do Dr. Nilo Cairo da Silva, em assegurar a legitimidade, via ciência, da medicina homeopática. Esta preocupação fica clara quando se acompanha, nos *Annaes de Medicina*

---

17 AS FACULDADES Superiores do Paraná: Direito, Engenharia, Medicina. Vademecum-Academico. Curitiba: s. ed., 1920. p. 7-8.

18 ESTATUTOS da Universidade do Paraná. Curitiba, Alfredo Hoffmann, 1913.

19 Idem

Homoeopathica e na *Revista Homoeopathica Brazileira*, ambas de 1912, os debates ocorridos entre o Dr. Dias da Cruz Filho e o Dr. Nilo Cairo, em torno da admissão de sócios não diplomados em medicina Pelo Instituto Hahnemanniano do Brasil. Nilo Cairo mantém firme a posição contrária em aceitar sócios não médicos, idéia rejeitada pelo Dr. Dias da Cruz Filho:

> *Si essa exigencia era apenas para significar que o novo consocio dispunha de um certo desenvolvimento intellectual, de um preparo relativo e sufficiente ao convivio de uma sociedade scientifica, cumpre dizer que isso não é condição peculiar ao diploma e que muitos, carecendo d'elle, dispõe, entretanto, de maior poder e preparo intellectual.*[20]

A posição tomada por Nilo Cairo, em 1912, em relação à importância da formação do homeopata por uma Faculdade Médica entra em choque com o discurso do mesmo médico quando, em 1906, defende o livre exercício da medicina:

> *Ainda que sejamos infensos á liberdade profissional absoluta, na pratica da medicina, como lei organica de uma sociedade normal, na qual essa pratica deve ser exercida por um sacerdocio religioso systematico, capaz, por seu saber encyclopedico, de abranger, no tratamento, o conjuncto da natureza humana, todavia somos os primeiros a proclamar altamente a sua imprescindivel e urgente necessidade, como lei transitoria propria ao período social de espantosa crise mental e moral, que atravessam actualmente os povos occidentaes desamparados de toda doutrina geral. Somos assim os primeiros a condemnar as perseguições ditas legaes movidas contra os chamados* **curandeiros**, *allopathas ou homeopathas, como uma falta radical da mais elementar comprehensão do momento sociologico, em que presentemente nos achamos.*[21]

Há, por parte de Nilo Cairo e dos médicos que partilham sua posição, a revelação de uma mudança de postura diante do ato de delegar o discurso médico homeopata a um porta-voz competente. A competência, a autoridade do discurso estava, na primeira década do século XX,

---

20 CRUZ FILHO, Dias da. Algumas contra-reflexões. *Annaes de Medicina Homoeopathica*. Rio de Janeiro, jun. 1912. p. 298.

21 SILVA, Nilo cairo. Op. Cit. 1906.

ao menos para um grupo de homeopatas, vinculada à academia e ao estatuto de ciência . Por que, nesse momento, ocorre o deslocamento da legitimação do discurso homeopático da esfera religiosa para a esfera científica? A alteração do porta-voz legítimo do discurso irá refletir na estrutura do próprio discurso? Esses são alguns dos questionamentos que norteiam a pesquisa de doutoramento em andamento intitulada *Similia Similibus x Contraria Contrariis: Medicina e Poder no início do século*,que pretende abordar o conflito entre a medicina homeopática e a medicina tradicional tendo como viés o discurso do Dr. Nilo Cairo da Silva.

Tempo livre, tempo de educar

Adriano Luiz Duarte
Professor do Departamento de História da
Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo:

Este artigo discute as estratégias e as ações do poder público para disciplinar e controlar o lazer dos trabalhadores na cidade de São Paulo, durante o Estado Novo. E ainda, as experiências populares de enfrentamento dessas estratégias e a construção de um mundo comum delas derivadas.

Palavras-chave: lazer, trabalhadores, Estado Novo

Abstract:

This article discusses the strategies and actions taken by the government of the city of São Paulo in order to discipline and control the leisure time of the working class during the "Estado Novo". And also shows the popular experiences of confronting these strategies and the construction of a common world originated from them.

Keywords: Leisure – workers – "Estado Novo"

A fortuna, a justiça, a liberdade,
Getúlio deu-nos na constituição.
Deu progresso, e força, e felicidade.
Tudo o que pôude dar seu coração.
Vamos cantar
Para alegrar
Em nosso pôvo
Estado Nôvo.
Hino do Estado Nôvo do Brasil
E Glória ao presidente varonil.
Nossa Pátria das garras do extrangeiro,
Salvou-a no momento mais agudo.
Por isso, todo pôvo brasileiro
Agradece aquele que lhe deu tudo.

Fronteiras: Revista de História	Florianópolis	n.6	p. 63-78	1998

Agora, a luz
Que nos conduz,
Traz nova vida
Em paz aurida...

Meu pai trabalhou muito
Que eu já nasci cansado
Ai, patrão!
Sou um homem liquidado
No meu barracão chove
Meu terno está furado
Ai, patrão, trabalhar eu não quero mais
Eu não sou caranguejo
Que só sabe andar prá trás.[1]

O tempo livre e as horas de lazer da população trabalhadora e pobre da cidade de São Paulo foram alvo de uma esmerada atenção e de uma constante intervenção por parte do Estado Novo. O remodelamento moral da população, a constituição do cidadão-trabalhador, da família higiênica e da moradia sadia passavam, necessariamente, pela readequação das horas livres e o reordenamento do lazer, estruturando-o dentro de rígidos preceitos. Se a fábrica cumpria seu papel reeducador ao estabelecer limites de ação e regras de comportamento que deveriam ser seguidas em seu interior; se a moradia era alvo de uma constante ação social de diversos órgãos com o objetivo de torná-la sadia e higiênica; se a família passava pelo crivo de um projeto saneador que visava a constituir a mãe ideal, o pai modelo e a família como esteio do desenvolvimento estatal e social; ao lazer e ao tempo livre deveria ser dispensada atenção semelhante, porque aí podiam ser postas a perder todas as ações higiênico-modeladoras efetivadas em outras esferas.

Assim, lazer popular e o tempo livre dos trabalhadores transformou-se, nas décadas de 30 e 40 e principalmente no Estado Novo, numa questão de segurança nacional. Ele devia ser constantemente vigiado, esquadrinhado, milimetrado e reconduzido aos

1 Hino do Estado Novo do Brasil. Arquivo Gustavo Capanema. Hinos Patrióticos Ref. OAT. doc. nº 05. **Eu Nasci Cansado**. Samba de Wilson Batista e Henrique Alves. In: Matos, Claudia. *Acertei no Milhar: malandragem e samba no tempo de Getúlio*. Rio de janeiro, Paz e Terra, 1982. p. 79.

parâmetros oficiais do disciplinamento, da hierarquização, da solidariedade, da cooperação, da intrepidez, do aperfeiçoamento físico, da subordinação moral e do culto cívico da Pátria. Deixados por conta própria, os trabalhadores e a população pobre em geral estariam fadados à indisciplina, à desordem, à indolência física e moral, ao desrespeito à Pátria, à incivilidade. Daí a premência da ação tutelar desempenhada pelos órgãos públicos.

A base desse projeto era o estabelecimento do trabalho como um dever social e, por conseguinte, a criminalização do não-trabalho. A cidadania e o acesso aos direitos estiveram, portanto, condicionados ao pertencimento ao regulado universo do trabalho: ou se era cidadão-trabalhador ou se estava fadado ao limbo da criminalização. Diversos projetos pedagógicos dirigiram suas atenções ao lazer e ao tempo livre dos pobres e trabalhadores da cidade. A partir de 1937, as forças armadas, e principalmente o exército, adquiriram um papel fundamental na reordenação dos lazeres populares. As justificativas simbólicas dessa ação estavam na figura de Olavo Bilac, que desempenhara papel destacado na implantação do serviço militar obrigatório e no fortalecimento das forças armadas como sustentáculo para o desenvolvimeto do Brasil republicano. O ideal de Bilac era constituir o cidadão-soldado para o qual o serviço militar obrigatório seria fundamental para "...o nivelamento das classes, a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo..."[2]

O lazer e o tempo livre dos pobres e trabalhadores da cidade de São Paulo apresentam ainda outro aspecto de grande relevância. Além de revelar os contornos da edificação do Estado Nacional, é possível compreendermos as elaborações cotidianas da cultura popular. Nas festas, no lazer, no tempo livre, elaboram-se e exibem-se os sinais que expressam o pertencimento e, portanto, a exclusão delimitando os espaços e identidades, configurando o "nós" e o "eles".[3] A identidade e a cultura popular não se constroem apenas nas festas, porém aí elas adquirem uma visibilidade que talvez seja mais expressiva do que em outras circunstâncias. A cultura aparece e encontra suas articulações mais explícitas nos comportamentos e ações, e o lazer é um momento oportuno para a apreensão destas ações e comportamentos.

O caso a seguir relatado contém os elementos fundamentais e mais recorrentes na figuração do lazer popular na cidade de São Paulo nas décadas de 30 e 40. Esse roteiro básico incluía o futebol, o baile, o jogo de cartas, o violão, o rádio e, principalmente, a cachaça nos botecos. O beber juntos é expressão de camaradagem, de coleguismo, funciona

como uma espécie de congraçamento, aproximando e consolidando as solidariedades, atenuando as convenções sociais. Paradoxalmente, ao aproximar, potencializa o surgimento de tensões que, por vezes, desembocam num conflito violento. O botequim emergia, nas experiências populares, como o espaço por excelência da sociabilidade operária, ali se conversava, partilhavam-se experiências, amadureciam impressões, trocavam-se e vendiam-se pequenos objetos, estouravam conflitos.[4] A cumplicidade na cachaça irmana os bebedores.

Em dezembro de 1944, o servente de pedreiro Geraldo Caetano da Silva, 30 anos, trabalhava numa construção na rua Iguatemy. Voltando para casa, parou num bar próximo ao Largo de Pinheiros, nas imediações da casa onde morava com a mulher, os quatro filhos e a mãe. Ele narra assim aquela noite de lazer: "Na madrugada de 13 do corrente, por volta das 2:00hs, de regresso da casa de um amigo para sua residência, aportou ele declarante no botequim localizado à rua dos Pinheiros, imediações do Largo de Pinheiros a fim de tomar um café. Nesse estabelecimento, em seu interior, achavam-se várias pessoas jogando o jogo de "patrão e sotto", tendo um dos integrantes o convidado para servir de juiz na contagem dos dedos da mão dos parceiros. Decorridos alguns minutos, dali se retirou o declarante parando junto a uma torneira, bebendo um gole de água. De volta ao seu lugar primitivo entre os jogadores deparou o declarante com os parceiros em luta corporal, pelo que interferiu entre todos, acalmando-os. Neste ínterim, sentiu-se o declarante agredido a socos no rosto e pescoço, pelo garçom daquele botequim, depois de levantar-se do chão meio tonto, onde havia caído, retirou-se do lugar a procura de um pedaço de pau para revidar a

---

2 BILAC, Olavo. A Defesa Nacional. Rio de Janeiro, ed. da liga de defesa nacional, 1917. p. 7. In: SCHWARTZMAN, Simon (et alli). *Tempos de Capanema*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/ Edusp, 1984. p. 67.

3 MAGNANI, José Guilherme Cantor. *A Festa no Pedaço*. São Paulo, Brasiliense, 1984. p. 30.

4 Sidney Chalhoub refere-se assim aos botequins e quiosques na passagem do séc. XIX ao XX e na primeira década do século, na cidade do Rio de Janeiro: "...principal opção de lazer dos pobres urbanos do sexo masculino: a conversa informal que estes homens levam no botequim, ao redor de uma mesa ou encostados no balcão, e sempre sorvendo goles de café, cachaça, cerveja ou algum vinho bem barato. Era ali, nos papos da hora de descanso, que se afogavam as mágoas da luta pela vida e se entorpeciam os corpos doloridos pelas horas seguidas no labor cotidiano." In: Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo, brasiliense, 1986. p. 172/173.

agressão estúpida, quando metendo uma das mãos num dos bolsos do paletó, encontrou um canivete de seu uso. Foi então que o declarante em sua defesa sacou da arma a que vem de referir, ferindo o seu agressor por duas vezes."[5]

Essa bem detalhada cena da vivência operária no boteco retrata um jogo muito popular desde a chegada dos primeiros imigrantes, o "Patrão e Sotto". Embora de origem italiana, no caso aqui descrito, eram portugueses que o disputavam. O jogo foi assim descrito: "Uma turma de 10 ou 15 pessoas se reunia, cada um estendia alguns dedos, somavam os dedos e escolhiam um patrão, a partir de um certo número. Por exemplo, trinta e dois, contavam trinta e dois e aquele que o toque indicava dizia: "Eu sou o patrão!" Outro toque escolhia o sotto (...) mandavam vir bebida (...) e o patrão era dono daquilo, podia beber tudo sem dar satisfação a ninguém porque ele era o patrão. Se ele quisesse podia dividir com seus apaniguados mas precisava da anuência do sotto que era secretário dele. O sotto também tinha seus apaniguados (...) Se o patrão negava dar para quem o sotto queria, bebia toda a pinga e acabou-se (...) Quando começava o porre, não o jogo, patrão e sotto enchiam dois copos, batiam os copos um no outro e bebiam. Aí iam cuidar do resto; segundo o que eles decidiam, a pinga era distribuída ou não. O patrão podia tomá-la toda, se ele quisesse, não daria nem para o sotto. Geralmente havia sempre um que ficava all'urmo, era um termo italiano que queria dizer que nem uma gota davam praquele, era castigado entre os compadres todos que jogavam, e não podia reclamar porque jogo é jogo."[6]

Qualquer bebida servia para regar o "patrão e sotto", as mais comuns eram vinho, pinga e cerveja. Naquela madrugada de 13 de dezembro, os portugueses já haviam consumido três dúzias de cervejas, entre seis jogadores, fora as doses de pinga e vinho. Parece que o "patrão e sotto" era apenas uma forma mais elaborada, divertida e alegre para o consumo das bebidas. Valendo dinheiro, eles jogavam também "palitos de fósforos". Como Geraldo estivesse sem dinheiro, não participou, tomou apenas café enquanto, a cada nova rodada de cerveja e pinga, contava os dedos para nova composição do "patrão e sotto". O bar tinha dois

---

5 Processo em que é réu Geraldo Caetano da Silva. Arquivo do Tribunal de justiça do Estado de São Paulo. 1º Tribunal do Júri. Caixa 477-A.

6 A descrição do jogo "Patrão e Sotto" encontra-se In: BOSI, Eclea. *Lembranças de Velhos*. 2º edição, São Paulo, T.A. Queiroz/Edusp. 1987. p. 166.

sócios portugueses, Domingos Alves Ribeiro e José Francisco Silva. Além deles, havia o empregado Antônio Libório Pinto. Libório servia as mesas enquanto seus patrões participavam do jogo.

O teor etílico de todos, naquela madrugada, era bem alto, de modo que são confusas as explicações para o início da briga entre Libório e Geraldo. Porém, tanto José Francisco da Silva, quanto Antônio Mota, outro português que participava do jogo, relatam em seus depoimentos terem ouvido, em dado instante, Geraldo Caetano dizer para Libório: "Me espera que voltarei pra te provar se sou homem ou não".[7] Eles, contudo, foram incapazes de explicar a causa do conflito. Num segundo depoimento, prestado em 27 de fevereiro de 1945, na sala de audiências perante o juiz, Geraldo Caetano da Silva deu uma pista sobre a causa do conflito: "...ficou ali somente contando os dedos no referido jogo, que o tempo foi passando e o interrogado percebia que só ganhava as pessoas estranhas ao bar..." [8] Estranhos ao bar, no depoimento de Geraldo, eram todos os portugueses, excluindo os proprietários Domingos Ribeiro e José Francisco. O empregado Antônio Libório encrespou com Geraldo exatamente porque seus patrões nunca eram escolhidos como patrão ou sotto na contagem dos dedos feita por ele. Libório assume as dores dos patrões e passa a discutir com o preto Geraldo. Não há referências no processo sobre a nacionalidade de Libório, mas é provável que ele fosse um jovem aprendiz português, e sua defesa dos patrões possivelmente expressava uma estratégia de sobrevivência.

O depoimento de um dos portugueses que participava do jogo expressa ricamente o paradoxo do lazer popular. Abílio Dias, comerciante, 50 anos, morava no nº 1.518 da mesma rua dos Pinheiros onde estava localizado o bar. Ele conta que se achava no interior do bar: "Sito à rua dos Pinheiros 1.566, juntamente com outras pessoas, se divertindo, jogando na mais franca camaradagem, o jogo do toque. Dentre as pessoas que ali se achavam, Geraldo foi convidado para fazer parte no dito jogo, esquivou-se, pelo que o depoente nomeou-o juiz da partida, o que foi aceito. Tempos depois, o depoente mandou que fosse servido à Geraldo uma cerveja, tendo em vista não fazer parte dos jogadores (...) Relativamente à vida pregressa do indiciado Geraldo Caetano da Silva, tem a alegar o seguinte: conhece o mesmo há cerca de três anos,

7 Processo em que é réu Geraldo Caetano Costa. Op. Cit.
8 Idem, Ibidem.

considerando-o como ótimo chefe de família, homem sensato e trabalhador, jamais o tendo encontrado em botequins."[9]

Ser ótimo chefe de família, sensato e trabalhador parece ser incompatível com a freqüência aos bares. O depoimento de Abílio revela uma percepção clara de um dos critérios para a figuração do cidadão-trabalhador-soldado: ele não deve freqüentar botequins. Abílio, porém, os freqüenta, assim como Geraldo. Então, aos seus próprios olhos, não seriam bons trabalhadores e chefes de família? Se nessa fala há uma confirmação da ideologia dominante, ela revela também uma estratégia de defesa do acusado. Abílio manobra com eficiência os códigos de conduta da cultura oficial e das práticas populares, embora deixe a manobra evidente. Uma coisa era interpretar os discursos e projeções do poder público, deslindar os meandros de sua construção, perceber como edificavam o comportamento correto e como desqualificavam as ações consideradas inadequadas, execrando os que delas participam. Outra, bem diferente, era alterar os comportamentos, modificar as práticas de sociabilidade, transformar as relações de camaradagem evitando os botequins, como resultado da introjeção e da assunção moral do projeto oficial e da ética do cidadão-soldado. Entre uma coisa e outra, há um largo espaço, preenchido cotidianamente com as experiências fabris, experiências de moradia, vivências das ruas e a cumplicidade dos botequins.

Outro exemplo da "má" freqüência aos botequins está registrada no caso seguinte. No domingo, 16 de dezembro de 1945, o servente de pedreiro Antônio Luiz Correia, 16 anos, preto, saiu de casa à tarde e foi ao cinema. Na volta para casa, na av. Álvaro Ramos, encontrou seu irmão José Luiz Correia, também servente de pedreiro, 23 anos. O caminho da av. Álvaro Ramos até a rua Oity, nº 5, onde moravam, era repleto de botecos e vendas e, como em domingos anteriores, os dois irmãos resolveram fazer um périplo por todos eles até chegarem em casa. Antônio contou que, ao iniciarem juntos o caminho para casa, na av. Álvaro Ramos: "... entraram em um bar onde um homem tocava viola, tendo ali seu irmão, que já estava embriagado, tomado mais umas caninhas; que pouco depois entraram no bar Ibrahim de tal e um tal Peru, que trabalhavam na cocheira fronteira à sua casa, e Venâncio Gomes, conhecido por Zico; que depois da meia noite saíram do bar e

9 Iº O jogo "patrão e sotto" é também conhecido como "jogo do toque", porque o patrão e o sotto são escolhidos ao "toque" da contagem final do número pré-estabelecido.

continuaram a subir pela av. Álvaro Ramos entrando no bar existente no lado direito da avenida, onde o declarante foi tomar uma média..."[10] Dos cinco rapazes, o único que todos são unânimes em apontar como sóbrio era Antônio. O cinema, nas tardes de domingo, era também um hábito bastante freqüente desses jovens.

Cinema, boteco, cachaça, moda de viola, encontro com os amigos, foi esse o roteiro de lazer dos jovens operários naquele domingo. Ibrahim Jábaro Mamede, 21 anos, carroceiro, natural do Amazonas, acrescentou outro item nesse roteiro: "Que no domingo dia 16 o depoente estava jogando bilhar em um bar da Av. Álvaro Ramos com seu colega Peru, tendo ambos tomado meia garrafa de vinho, que saíram desse bar e ao passar por outro, na avenida, notaram que um homem tocava violão e cantava..."[11] Oswaldo Cristêncio, o Peru, carroceiro, 20 anos, prestou um depoimento semelhante ao de Ibrahim, acrescentando apenas que beberam meia garrafa de vinho cada um.

Tudo corria em perfeita harmonia, até o momento em que os cinco rapazes resolveram deixar o bar onde ouviam viola e se dirigiram ao bar do Zé o "Ao Ponto" que ficava numa espécie de largo, no ponto final dos ônibus na av. Álvaro Ramos. José Luiz Correia contou o que aconteceu nesse bar: "...seu irmão Antônio resolveu ali entrar para comprar um doce, tendo o declarante também entrado para tomar outra cachaça, que no interior desse bar, entre outras pessoas, haveriam dois homens sentados à uma mesa, tendo um deles chamado o declarante de negro à toa ou negro covarde devido ao declarante estar com o chapéu no alto da cabeça, que dali surgiu uma discussão..."[12] É nebulosa a relação entre o chapéu no alto da cabeça e o fato de ser chamado de "negro à toa" ou "negro covarde". Seja como for, ficou explícita a manifestação de preconceito racial naquele momento. O dono do bar, o espanhol José Esteves Lourenço, 50 anos, contou que o grupo de rapazes, ao entrar no seu botequim, começou a dançar ao som da música de um rádio que tocava bem alto. Ele percebeu que o grupo estava bastante alcoolizado e pediu que parassem com a dança e desligou o rádio: "...tendo o preto maior dito: o senhor tem razão, o senhor é o dono do bar e eu obedeço, mas esses sapos de fora se falarem qualquer coisa vai ter."[13] O "preto

10 Processo em que é réu José Luiz Correia. Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo. 1º Tribunal do Júri. Caixa 597.

11 Idem, Ibidem.

12 Idem, Ibidem.

13 Idem, Ibidem.

maior", em questão, era José Luiz, que conhecia o dono do bar e resolveu acatar suas ordens; afinal, ele passava por ali todos os dias e seria bom conservar uma relação cordial. Mas no local estavam também o funcionário público, Francisco Prado, 50 anos, o artista de circo, Paulino Videira, 35 anos, e o filho de José Lourenço, Pedro Esteves Fernandes, 22 anos. Todos são recorrentes ao frisar a cor dos rapazes e ao dizer que o "preto maior" ou o "rapaz de cor" ou o "tal preto" era o mais entusiasmado na dança.

O dono do bar enxotou os rapazes do seu estabelecimento e, na confusão, José Luiz esfaqueou Paulino Videira. O interessante nesse processo está em revelar três ordens de acontecimentos: o caminho para casa é povoado pelos bares onde se dança, joga-se bilhar, bebe-se cachaça, ouve-se música. O bar mais uma vez aparece como o lugar onde se explicitam certos conflitos latentes no cotidiano popular, nesse caso o preconceito racial. José Luiz, ao reconhecer a autoridade do dono do bar, o espanhol José Esteves, revela respeito e amizade pelos conhecidos do lugar e irreverência com estranhos, "os sapos de fora". Há aí uma difusa noção de pertencimento a um lugar e portanto também de exclusão, numa clara percepção das limitações das possibilidades de circulação no espaço da cidade.

O cinema que os rapazes freqüentaram naquele domingo era um instrumento privilegiado para a ação educacional do Estado Novo. O decreto lei 21.240, de 1932, tornou obrigatória a exibição de documentários que exaltassem as realizações do governo e mostrassem as festas e comemorações cívicas propagandeando os atos oficiais.[14] A função pensada para o cinema naqueles anos foi expressa por Francisco Campos: "...influir beneficamente sobre as massas populares instruindo e orientando, instigando os belos entusiasmos e ensinando as grandes atitudes e as nobres ações." Para a realização dessa função educadora, era fundamental manter o cinema sob forte censura, senão o tiro poderia sair pela culatra: "...pode agir também, ao contrário disso, agir perniciosamente, pela linguagem inconveniente, pela informação errada pela sugestão imoral ou impatriótica, pela encenação do mal gosto."[15]

---

14 GARCIA, Nelson Jahr. *Estado Novo: ideologia e propaganda política*. São Paulo, Loyola, 1982. p. 104. O autor aponta que o "Cine Jornal Brasil" elaborado pelo DIP, produziu entre outubro de 1938 e agosto de 1941, 250 filmes, não incluídas aí as produções privadas e de órgãos estaduais.

15 Francisco Campos falando em 1932. Citado por Schwartzman, Simon. Op. Cit, p. 87.

Embora a censura abarcasse todos os níveis da produção cultural, ela possuía uma "sutil" inclinação pelos pobres e energúmenos, evidenciada magistralmente por Azevedo Amaral: "O Estado democrático do tipo autoritário, qual existe hoje no Brasil, tem o dever de exercer vigilância sobre as expressões do pensamento (...) Em outras palavras, a liberdade de exprimir o pensamento não pode ser igual para todos. Ela tem de ser maior ou menor, conforme a capacidade mental e cultural de cada um. Um rabiscador de desenhos obscenos é um caso de polícia. Um grande artista no exercício das prerrogativas do espírito não pode submeter a sua inteligência criadora e as formas peculiares da sua estética aos limites traçados pelas injunções do pudor."[16] Os limites morais impostos "pelas injunções do pudor" dirigem-se apenas aos comuns mortais, as "vanguardas" intelectuais e artísticas estão livres dessas limitações. A censura é apenas para aqueles que não têm "capacidade mental e cultural", ou seja, os pobres e trabalhadores em geral. As elites econômicas têm acesso à cultura e estão, portanto, livres para expressar seus pensamentos sem quaisquer entraves.

A música também desempenhou um papel importante nesse elaborado plano pedagógico de reeducação e de configuração do cidadão-soldado. O canto orfeônico popularizado com o Estado Novo foi o centro desse projeto pedagógico musical. Em 1931, realizou-se em São Paulo a primeira apresentação pública de canto orfeônico. A promoção foi do governo do Estado, sob intervenção do tenente João Alberto. Doze mil vozes regidas pelo maestro Villa-Lobos cantaram o Hino Nacional.[17]

O maestro expressou os objetivos do canto orfeônico na conferência de Praga, em 1936: "O canto orfeônico praticado pelas crianças e por elas propagado até os lares, nos dará gerações renovadas por uma bela disciplina de vida social, em benefício do País, cantando e trabalhando e, ao cantar devotando-se à Pátria!"[18] O canto orfeônico tem, segundo Wisnick e Squeff, um duplo viés: estético e pedagógico. Através deste, ele veicula as idéias da disciplina, trabalho e civismo, que são componentes-chaves do ideal nacionalista. Assim, em 1942, através do decreto-lei 4.993, o ensino e a prática do canto coral tornaram-se

---

16 AMARAL, Azevedo. *O Estado Autoritário e a Realidade Nacional*. Brasília, Ed. UNB, 1981. p. 157.

17 WISNIK, José Miguel e SQUEFF, Ênio. *Música*. São Paulo, Brasiliense, 1982. p. 180.

18 Conferência de Praga em 1936. Citado por Schwatzman, Simon. Op. Cit, p. 90.

obrigatórios nas escolas do país. Ensinando às crianças, desejava-se atingir os adultos, as famílias, edificar a nação e levá-la a cantar em uníssono, a caminhar unida, coesa, como se fosse um só corpo, expressando uma única voz. O Conservatório Nacional do Canto Orfeônico, criado pelo mesmo decreto, tinha por função formar professores, pesquisadores e também: "...a gravação em discos de canto orfeônico do hino nacional, do hino da independência, do hino da proclamação da República, hino à bandeira nacional e bem assim as músicas patrióticas e populares que devem ser cantadas nos estabelecimentos de ensino do País."[19]

As propostas de Villa-Lobos para o canto orfeônico e de Azevedo Amaral para a censura conjugam-se para delinear a nacionalidade. É preciso censurar toda espécie de música que concorra com o projeto nacionalista, seja ela popular ou erudita. O canto orfeônico dá expressão ao corpo social, desde de que este corpo esteja submetido às diretrizes de construção da nacionalidade. O coral espelha a divisão corporativa da sociedade em que cada parte contribui com o melhor de si para a excelência do todo. Nesse espírito, muitos corais eram divididos por categoria profissional por sexo, idade: professores, bombeiros, operários, soldados, crianças, mulheres etc., cantando ao mesmo tempo, de forma harmônica e sem conflitos de classe ou conflitos raciais.

Mas é exatamente nesse ponto que se evidencia o limite do projeto modelador. Segundo Wisnik, pelas fímbrias dessa sociedade semi-amordaçada, pulula uma existência viva, fulgurante e que escapa ao controle do Estado: "...a combinação desses dois batutas (política e música) não sufoca a voz do samba urbano, que vem participar ativamente desse panorama. Durante o Estado Novo, o samba, que tradicionalmente sustentava a apologia da boemia e do ócio malandro, dialoga ambiguamente com o poder aquiescendo às vezes no elogio da ordem e do trabalho."[20] Essa aquiescência ambígua pode ser atribuída ao fato de que o único canal possível de expressão de muitos compositores pobres fosse a sua adesão ao modelo de cidadania oficialmente propalado. São precisamente nessas fímbrias que emergem as alternativas que os processos-crime nos mostram. Eles não revelam insubmissão ou rebeldia, revelam, isto sim, as ambiguidades do modo como os populares lidam com o poder, de como o poder atua em seus cotidianos e de que maneira eles se relacionam entre si.

---

19 Idem, Ibidem. p. 92/93.

20 WISNIK, José Miguel e SQUEFF, Ênio. *Música*. Op. Cit. p. 190.

A partir de dezembro de 1939, com a criação do D.I.P. (Departamento de Imprensa e Propaganda), a fiscalização dos lazeres populares foi subdividida entre as cinco divisões de que se compunha o D.I.P: divulgação, rádio difusão, cinema, teatro, turismo e imprensa.

O surgimento do D.I.P, segundo Nelson Jahr Garcia, fora resultado da fusão do DNP (Departamento Nacional de Propaganda), criado em Julho de 1934, com o SIPS (Serviço de Inquéritos Políticos Sociais), criado em 15 de Abril de 1939. A vinculação destes órgãos com a vigilância policial é explícita: o SIPS surgiu com a extinção do SD (Serviço de Divulgação), organizado em novembro de 1937, com o objetivo de combater "os extremismos e as ideologias subversivas."[21] Era diretamente subordinado ao Chefe de Polícia da Capital, Filinto Müller. Em 1940, foram criados os departamentos estaduais de imprensa e propaganda diretamente submetidos ao D.I.P., cumprindo as mesmas funções em nível estadual. A descentralização era um modo de aumentar a eficiência dos serviços de controle e vigilância. Com o final do Estado Novo, em 1945, O D.I.P. foi transformado em Departamento Nacional de Informações e manteve intactas suas funções de vigilância e controle.

Mesmo antes da criação oficial dos departamentos estaduais de imprensa e propaganda, os órgãos encarregados da segurança pública em São Paulo já realizavam, amiúde, o controle e vigilância dos lazeres populares. O Chefe de Polícia, João Carreiro da Fonte, escreveu no seu relatório de 1939: "...já existe um serviço estadual organizado e com pessoal especializado nesses assuntos, com largos anos de tirocínio; porque a fiscalização policial propriamente dita sempre foi e terá que ser feita, nos cinemas, teatros, dancings, estúdios, salões etc. pela polícia do estado, por intermédio de delegados, sub-delegados, guardas civis, censores, inspetores, tanto na capital do Estado como no interior."[22]

Os "largos anos de tirocínio" mostram que o Estado Novo não inaugurou a repressão política e a vigilância sistemática sobre a população. Falando sobre as revoltas de 1924, em São Paulo, Paulo Sérgio Pinheiro escreve: "Evidentemente, a repressão aos criminosos comuns e aos "desclassificados" não necessitava desse "regime de exceção": todas as classes populares estavam submetidas a essa exceção no seu cotidiano, ao irrestrito terror policial, como podem atestar

---

21 Cf. GARCIA, Nelson Jahr. Op. Cit, p. 99.

22 Relatório das atividades da Polícia Civil, no exercício de 1939, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Adhemar Pereira de Barros, interventor federal no estado, pelo chefe de polícia, Dr. João Carneiro da Fonte. p. 23.

os desterros."[23] Se o Estado Novo não inaugura a repressão e a vigilância, qual será sua especificidade? Paulo Sérgio Pinheiro argumenta que a especificidade dos regimes de exceção no Brasil está "...na combinação de leis de exceção, regime de exceção (mesmo que provisório) e de autoritarismo socialmente implantado uns e outros validando-se reciprocamente."[24]

Se é uma característica do Estado Moderno, mesmo nos períodos de "normalidade democrática", criar constantemente zonas de exceção que estão continuamente sendo vigiadas e perseguidas como os vadios, prostitutas, garotos de rua, mendigos, militantes políticos e sindicais, anarquistas, comunistas, trabalhadores, etc. de modo que a legalidade democrática nunca é para todos,[25] o Estado Novo levou ao paroxismo essas categorias de exceção, ao politizar a repressão contra o crime comum e conectá-la a um projeto corporativo que pressupunha a reeducação moral para a edificação de um cidadão-trabalhador-soldado. De maneira que essa projeção ideológica tornou-se a condição prévia, *sine qua non*, para o fortalecimento do corpo social e a manutenção da saúde cívica do país. Em cada lar, em cada fábrica, em cada praça, em cada asilo, em cada rua, em cada atividade de lazer, podia existir um potencial conspirador contra a harmonia e a coesão social almejadas.

O que se objetivava, com essa vigilância, era a constituição dos "corpos dóceis", despolitizados, serenos e confiantes na edificação da Pátria grande, unida, coesa e harmônica. O lazer ocupou um lugar estratégico na "docilização coletiva dos corpos."[26] Ao Exército coube a função de coordenar e reestruturar esses lazeres. "Entregamos ao exército todos os poderes para que, no setor de educação física, ponha em prática em todo o território nacional a sua técnica disciplinadora que é, no momento, um evangelho salutaríssimo à Nação. Para nos pôr à salvo das tormentas, organizando a nossa defesa, o exército glorioso

---

23 PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégias da Ilusão: a revolução mundial e o Brasil.* São Paulo, Cia. das Letras, 1992. p. 114.

24 Idem, Ibidem. p. 114.

25 Idem, principalmente a parte II "O grande medo". Do mesmo autor ver também: Violência do Estado e Classes Populares" In: *Revista Dados.* nº 22, 1979.

26 A expressão foucaltiana "corpos dóceis" está desenvolvida em *Vigiar e Punir*, principalmente no capítulo I. Op. Cit. A expressão está também em LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política.* Campinas, Papirus/Unicamp, 1986. p. 80.

precisa de um *"HOMEM BRASILEIRO"*, com todas as letras maiúsculas, bem maiúsculas. Confiantes, entregamo-nos a ele, porque só ele dispõe dos elementos necessários a um renascimento do vigor físico indispensável à organização bélica de uma Pátria (...) Seja o Brasil, todo ele, no tocante à educação física, uma escola de educação física do exército!"[27]

O "homem brasileiro" se constrói também nas horas livres. As horas de lazer devem ser preenchidas pela educação física como meio de se aprimorar a raça. O decreto-lei nº 24.794, de 14 de julho de 1934, no seu artigo quinto, esclarece que "o ensino de educação física, criado pelo decreto nº 19.890 de 18.04.1931, fica extensivo a todos os estabelecimentos dependentes do ministério da educação e saúde pública e será realizado com o fim de fazer atingir o homem, por meio de exercícios racionais e metódicos, o seu maior aperfeiçoamento físico compatível com a natureza, visando alcançar o seu melhor rendimento para a coletividade."[28] O mesmo documento explicita que o aperfeiçoamento físico objetiva manter e aprimorar a saúde, a destreza, a resistência, a força, a coragem, a harmonia das formas.

Enquanto o discurso oficial planejava a destreza e a docilização para o trabalho por meio do aperfeiçoamento físico, realizando anualmente, no mês de setembro, a "Semana da Raça e da Pátria", nossos personagens seguiam utilizando seu tempo livre de modo pouco saudável e higiênico.

Pelos exemplos citados, o lazer popular parece realmente não ter sido sequer tocado, que dirá moldado, por essas práticas discursivas aqui apresentadas. Não é fácil dimensionar como essa utopia do lazer adequado e disciplinado se alojou nas práticas cotidianas dos trabalhadores. É difícil também avaliar como se operou a interrelação desses discursos com as práticas dos campos de várzea, dos botecos, dos bailes etc. Parece plausível apontar que, na verdade, as leituras feitas pelos trabalhadores de todo esse discurso oficial acaba por redimensioná-lo e realocá-lo, aproveitando-se dele aquilo que podia se adequar às práticas e experiências populares, simplesmente deixando de lado o que estava em desacordo com essas vivências. É uma

---

27 POVOAS, Hélion. A marcha para as alturas. In: *Revista de Educação Física*. nº 44, novembro 1938, p. 1, citado in: LENHARO, Alcir. Op. Cit, p. 81.
28 Arquivo Gustavo Capanema. GC 34.07.14. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro.

absorção e assimilação seletiva de valores e de discursos. A idéia de circularidade da cultura parece mais adequada para compreender esse movimento, pois obviamente todo esse aparato discursivo oficial teve efeitos sobre as vivências populares. Em certo sentido, elas constituíram esse aparato discursivo, definiram-lhe os contornos e as ênfases. Afinal, esse aparato se produzia, refletindo-se sobre as experiências populares.[29]

Desse modo, as experiências e vivências populares não desembocam numa contestação direta ou frontal do instituído, mas numa reordenação de suas emanações, que acabam escapando de seu controle. Como se fosse uma disputa entre o gato e o rato, a higienização persegue, segura e aprisiona as ações populares que, num passe de mágica, liquefazem-se e escapam pelas grades normatizadoras. As experiências populares são de tal modo plurais que, para atingi-las, seria necessário um discurso também multifacetado e adequado para cada configuração dessas experiências. É como se, de um certo modo, as experiências e vivências dos pobres urbanos se tornassem incompreensíveis e invisíveis para a elaboração do discurso oficial, porque essa multiplicidade escapa ao controle das falas oficiais, exatamente porque elas buscam o uno, o harmônico, o coeso, o universal. E a característica dessa sociedade é ser plural, ambígua, multifacetada, contraditória e local: "...o aparato jurídico e ideológico estadonovista pôde regulamentar as relações de trabalho dos operários, não conseguiu por sua vez, regulamentar as relações pessoais entre os próprios operários; se logrou imiscuir-se no discurso do catolicismo dominante, não pôde penetrar nas várias dimensões da religião popular; se "organizou" o carnaval das escolas de samba, não teve como disciplinar o carnaval de rua; se, aparentemente, obteve o consentimento das pessoas nos locais de trabalho e nas ruas, não tinha como obtê-lo no cotidiano de suas casas. É todo um sem número de lugares e horários que o projeto

29 Analisando as vivências e experiências de Rabelais no século XVI, Mikhail Bakthin desenvolveu essa noção de interação como ***circularidade das culturas***, aludindo ao fato de que a cultura popular é tão determinada quanto determinante da cultura letrada e oficial. Neste contexto, a noção de subcultura fica esvaziada porque, numa sociedade dada, a cultura não possui um centro propagador nem, portanto, uma periferia assimiladora. E as culturas estão continuamente operando e interagindo num mesmo espaço e num mesmo tempo. In: BAKTHIN, Mikhail. *A Cultura Popular Na Idade Média E No Renascimento: o contexto de François Rabelais.* São Paulo, Hucitec/ UNB, 1987.

estadonovista não tinha como chegar. E mesmo que tivesse semelhante pretensão, como de fato teve, julgamos que não teria sucesso."[30] Essas práticas da cultura popular são ambíguas, desconexas, descontínuas e aparentam desordem, abrem brechas e caminham pelos poros e pelos interstícios da sociedade brasileira, refazendo-se continuamente.[31]

30 FERREIRA, Jorge Luiz. *Trabalhadores do Brasil: a cultura política popular no primeiro governo Vargas (1930-1945)*. Niterói, ICHF, mineo, Niterói, 1989.

31 Creio ser essa a leitura realizada por Marilena Chauí sobre a produção histórica e social da cultura popular. CF. Chauí, Marilena. *Conformismo e Resistência: aspectos da cultura popular no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1986. p. 158.

O elogio da descontinuidade: Michel Foucault e a historiografia*

Norberto Dallabrida
Professor do Departamento de História da UDESC

Resumo:
O artigo procura analisar a noção de descontinuidade na obra do pensador Michel Foucault, tendo como principal referência "A Arqueologia do Saber". Foucault problematiza as sínteses acabadas, os agrupamentos familiares, as grandes continuidades dos historiadores, propondo, por meio da análise arqueológica, a "desnaturalização" dos objetos transhistóricos.

Palavras-chave: Foucault – descontinuidade - arqueologia.

Abstract:
The article intends to analyze the notion of discontinuity in the work of the thinker Michael Foucault, having as main reference "The Archaeology of Knowledge". Foucault analyses the finished synthesis, the family grouping, historians' biggest continuity, proposing through archaeological analysis, the denaturalization of transhistoric objects.

keywords: Foucault – discontinuity - archaeology.

Nos rebeldes anos sessenta, Foucault produziu vários trabalhos polêmicos, que questionaram, de forma peremptória, as arraigadas convicções teórico-metodológicas dos historiadores. Paul Veyne chamou a atenção para este acontecimento num artigo intitulado "Foucault revoluciona a história" (Veyne, 1982), expressando, com agudeza, o impacto deste pensador na historiografia (Rago, 1993).

Em "A Arqueologia do Saber" (Foucault, 1995a), Foucault sistematizou e expôs sua diferente concepção acerca da história, já

* Este trabalho foi apresentado como monografia final da disciplina "A reconstrução histórica: um problema de interpretação", do Curso de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, sob orientação da Professora Doutora Irene Ribeiro de Arruda Cardoso, no primeiro semestre de 1997.

empregada desde 1961 em "História da Loucura" e em outras obras da década de sessenta, como "O Nascimento da Clínica" e "As Palavras e as Coisas" (Foucault, 1995a:17). Na introdução, constatou que, nas últimas décadas, os historiadores têm se preocupado com "longos períodos" e "continuidades seculares" e comparou diferentes perspectivas historiográficas: "Em suma, a história do pensamento, dos conhecimentos, da filosofia, da literatura, parece multiplicar as rupturas e buscar todas as perturbações da continuidade, enquanto a história, pura e simplesmente, parece apagar, em benefício das estruturas fixas, a irrupção dos acontecimentos" (Foucault, 1995a:6). Num artigo anterior, "História e descontinuidade" (Foucault, 1976)[1], designou esta situação de "curioso cruzamento", defendendo a descontinuidade na história: "Para a história, sob a forma clássica, o descontínuo era, ao mesmo tempo, o dado e o impensável: aquilo que se oferecia sob a forma de eventos, de instituições, de idéias, ou de práticas dispersas; e aquilo que devia ser, pelo discurso do historiador, contornado, reduzido, apagado, para que aparecesse a continuidade dos encadeamentos. A descontinuidade era o estigma da dispersão temporal que o historiador tinha a seu cargo suprimir da história. Ela tornou-se hoje um dos elementos fundamentais da análise histórica" (Foucault, 1976:57). Em "Nietzsche, a genealogia e a história", trabalho de 1971, volta a comparar: "A história 'efetiva' se distingue daquela dos historiadores pelo fato de que ela não se apóia em nenhuma constância: nada no homem – nem mesmo seu corpo – é bastante fixo para compreender outros homens e se reconhecer neles. (...) A história será 'efetiva' na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser" (Foucault, 1988:27).

Foucault faz crítica clara e explícita à "história dos historiadores" e chama a atenção para a importância da "noção de descontinuidade" entre as disciplinas históricas (Foucault, 1995a:9). Nesta direção, num debate acalorado com Jacques Léonard, "(...) Foucault distingue duas maneiras de fazer história: a primeira, à maneira dos 'historiadores', consiste em atribuir-se um objeto e tentar resolver sucessivamente os problemas que este coloca; a segunda, a que ele prefere, consiste em se colocar um problema e determinar a partir dele o âmbito do objeto que é necessário percorrer para resolvê-lo" (Rago, 1993:22). Nos seus trabalhos sobre sexualidade, ainda faz questão de distinguir que "são

1 Este artigo foi publicado em 1968 no *Cahiers pour l'analyse*, n. 8, Paris e reproduzido no livro *Teoria da História*, organizaco por Maria Beatriz Nizza da Silva.

estudos de 'história' (...); mas não são trabalhos de 'historiador'" (Foucault, 1994:13). Na perspectiva foucaultiana, história é uma "análise das problematizações" (Farge, 1984:116).

Foucault acredita que, antes de mais nada, é necessário realizar "um trabalho negativo" de libertação das continuidades históricas, suspender noções como "tradição", "desenvolvimento" ou "evolução" e pôr em questão as "sínteses acabadas", os "agrupamentos familiares", as unidades consagradas (Foucault, 1995a:23). "Essas formas prévias de continuidade, todas essas sínteses que não problematizamos e que deixamos valer de pleno direito, é preciso, pois, mantê-las em suspenso. Não se trata, é claro, de recusá-las definitivamente, mas sacudir a quietude com a qual as aceitamos; mostrar que elas não se justificam por si mesmas, que são sempre o efeito de uma construção cujas regras devem ser conhecidas e cujas justificativas devem ser controladas (...)" (Foucault, 1995a:29). Desta forma, descarta a busca de "objetos naturais" na história, como por exemplo "a" loucura, "o" Estado, "a" medicina, "a" religião, "a" gramática, "a" História, negando a possibilidade de resgatá-los regressivamente até as suas origens remotas, pelo simples de fato de não existirem. Ao tentar encontrá-los, concluiu: "Encontrei formulações demasiado diferentes e de funções demasiado heterogêneas para poderem ligar e se compor em uma figura única e para simular, através do tempo, além das obras individuais, uma espécie de grande texto ininterrupto." (Foucault, 1995a:42). Questiona, assim, os objetos naturais concebidos como "unidades" abstratas que existem progressivamente no tempo, ou, como diria Veyne, nega "a realidade transhistórica dos objetos naturais" (Veyne, 1982:198).

A "desnaturalização" dos objetos é uma transformação historiográfica significativa, em que o historiador "deixa de trabalhar com o objeto dado, para pensar as práticas sociais que o engendram" (Rago, 1993:29). Esta operação é realizada pela "arqueologia" ou "análise arqueológica" (Foucault, 1992:12), "um método de escavar verticalmente as camadas descontínuas do passado" (Veiga-Neto, 1995:21). Veyne, "maravilhoso decapitador das abstrações" (Certeau, 1982:88), explica: "Tal é o sentido da negação dos objetos naturais: não há através do tempo, evolução ou modificação de um mesmo objeto que brotasse sempre no mesmo lugar. Caleidoscópio e não viveiro de plantas. Foucault não diz: 'De minha parte, prefiro o descontínuo, os cortes', mas: 'Desconfiem das falsas continuidades'. Um falso objeto natural, como a religião ou como uma determinada religião, agrega elementos muito diferentes que, em outras épocas, serão ventiladas em práticas muito

diferentes e objetivadas por elas sob fisionomias muito diferentes. Como diria Deleuze, as árvores não existem: só existem rizomas" (Veyne, 1982:172). Foucault esclarece: "Meu problema não foi absolutamente de dizer: viva a descontinuidade, estamos nela e nela ficamos; mas de colocar a questão: como é possível que se tenha em certos momentos e em certas ordens de saber, estas mudanças bruscas, estas precipitações de evolução que não correspondem à imagem tranqüila e continuísta que normalmente se faz?" (Foucault, 1988:4). Não há "função eterna" dos objetos na história, mas a sua vinculação no contexto de práticas específicas de cada época. Veyne esclarece que "é preciso partir do ponto de vista global, quer dizer, das práticas sucessivas, pois, segundo as épocas, a mesma instituição servirá a funções diferentes e inversamente; além disso, a função só existe em virtude de uma prática (...)" (Veyne, 1982:173). É necessário desnaturalizar ou desfamiliarizar os objetos naturais, pois, "desde que historicizamos nosso falso objeto natural, ele, agora, só é objeto para uma prática que o objetiva (...) (Veyne, 1982:163). O objeto natural, percebido indistintamente através da história, provoca a ilusão da homogeneidade, unidade e gênese, próprias da "história dos historiadores"; ao contrário, a análise arqueológica busca constatar heterogeneidades, em que a sua sucessão não traça um "vetor de progresso" (Veyne, 1982:169).

Assim, "a arqueologia fala de cortes, falhas, aberturas, formas inteiramente novas de positividade e redistribuições múltiplas", como a transformação brusca do discurso médico entre o final do século XVIII e o início do XIX, quando a medicina teve uma metamorfose incomparável àquela praticada na Idade Média, no Renascimento e na "Idade Clássica". Trata-se do momento da emergência do hospital como "instrumento terapêutico", pois até então era uma instituição de assistência aos pobres e excluídos (Foucault, 1988:99). Sobre este exemplo, Veyne acredita que a "medicina clínica" tem somente o nome em comum com a "medicina clássica" e que "cada uma tem a sua gênese" (Veyne, 1982: 173).

Utilizando a abordagem arqueológica, Foucault "estratificou" outros objetos históricos, como a prisão e a loucura. Em "Vigiar e Punir" (Foucault, 1993), analisou a irrupção da prisão ortopédica no final do século XVIII e sua disseminação como instrumento disciplinar, substituindo os suplícios, praticados de forma quase generalizada até aquele momento. Não procurou mostrar a humanização ou o progresso da história das punições, "mas, [fez] um questionamento das forças que estiveram em conflito no momento em que se produz a 'emergência' de

um acontecimento: a vitória de um forma punitiva exemplar, em função de uma determinada lógica ou racionalidade" (Rago, 1993:30). Por meio do estudo da prisão ortopédica, Foucault procurou constatar a invenção da "tecnologia disciplinar", cujo traço característico é o panoptismo, que brotou em outras instituições oitocentistas, tais como a fábrica, a escola, o hospital (Foucault, 1996b; Dreyfus e Rabinow, 1995:158-201; Fonseca, 1995).

Nos seus estudos históricos sobre a sexualidade, Foucault explora com sutileza e ironia a noção de descontinuidade ou de "deslocamento"[2]. Discutindo o surgimento de sexualidades periféricas, coteja: "A sodomia – a dos antigos direitos civil ou canônico – era um tipo de ato interdito e o autor não passava de seu sujeito jurídico. O homossexual do século XIX tornou-se um personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; (...) O sodomita era um reincidente, agora o homossexual é uma espécie" (Foucault, 1997:43-4). Afirma que o termo "sexualidade" surgiu somente no início do século XIX, ligado à emergência da sociedade disciplinar, mostrando que ele era desconhecido entre os "cidadãos" da Grécia "clássica", cujas experiências sexuais tinham vocabulário específico para designar diferentes práticas. Não havia uma regra universalizante para as práticas sexuais, mas o incitamento para a constituição individual de uma "estética da existência" (Foucault, 1994).

A desconfiança das longas continuidades significa fazer uma arqueologia da história, em que a mudança lenta, progressiva ou evolutiva dos objetos é suspensa para fazer aparecer "os fenômenos de ruptura" ou "a incidência de interrupções". A história torna-se "um trabalho sobre o limite" (Certeau, 1982:50), em que o foco é colocado sobre os momentos de tensão na história, procurando problematizar a emergência e a afirmação do novo, que não descende do velho, mas brota de modo insólito e inesperado. Foucault desfaz "os laços aparentemente tão fortes entre as palavras e as coisas", mostrando a importância de desfamiliarizar muitos consensos epistemológicos. Desta forma, "o arqueólogo procede à maneira de geólogo, contenta-se em fazer aflorar ao nível do saber os diferentes estratos acumulados, justapostos pelo tempo, em localizar as descontinuidades e rupturas que afetaram sua sedimentação" (Dosse, 1994: 271).

---

2 Principalmente a partir de *História da Sexualidade 2*, Foucault prefere utlizar o conceito de "deslocamento", percebido sempre na "longa duração": v. Foucault, 1994, p. 11,49,220.

A utilização da noção de descontinuidade anacroniza a história, exigindo que os historiadores abandonem "o tempo vetorizado da história" e façam "um incessante trabalho de diferenciação", que "se apóia na diferença entre um presente e um passado" (Certeau, 1982:47) . Aliás, na medida em que são introduzidos "jogos de diferença" e desfamiliarização no passado, o anacronismo torna-se corolário da descontinuidade. Defendendo o "regime de anacronismo" na história, Loraux (1992:64) constata que o anacronismo tem sido "o pesadelo do historiador, o pecado capital contra o método"; mas afirma que somente ele evita o imperialismo do presente sobre o passado e preserva a virtude salutar do diálogo de diferentes épocas. Sobremaneira, a descontinuidade mostra "o que já não somos" e descarta a explicação histórica linear: "Já não se trata de interpretar os objetos históricos, entendidos como naturais, imprimindo-lhes um sentido ao longo de um processo. Não mais um trabalho que permita estabelecer nossas origens 'nobres', a partir da construção de fios de continuidades temporal que assegurem a ilusão de nosso progresso, mas uma história que mostre aquilo que nos separa de outras épocas, o que já não somos." (Rago, 1993:29).

Nesse sentido, a concepção de acontecimento difere radicalmente daquela concebida pela historiografia, inclusive da Escola dos "Annales", que o percebia como o tempo curto e pontual. "Em 'A Arqueologia do saber' e em 'Nietzsche, a genealogia e a história', Foucault entende o acontecimento como a irrupção de uma singularidade única e aguda, no lugar e no momento de sua produção (...)" (Cardoso, 1995:59). Foucault define: "É preciso entender por acontecimento não uma decisão, um tratado, um reino, ou uma batalha, mas uma relação de forças que se inverte, um poder confiscado, um vocabulário retomado e voltado contra seus utilizadores, uma dominação que se enfraquece, se distende, se envenena e uma outra que faz sua entrada, mascarada. As forças que se encontram em jogo na história não obedecem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta" (Foucault, 1988:28). A história arqueológica é, de fato, um olhar insólito e diferente, pelo fato de problematizar o descontínuo, transformando Foucault em "um historiador da problematizações" (Rago, 1993:22). Neste sentido, Foucault esclarece que "(...) o que se pretende descobrir são os limites de um processo, o ponto de inflexão de uma curva, a inversão de um movimento regulador, os limites de uma oscilação, o limiar de um funcionamento, a emergência de um mecanismo, o instante de desregramento de uma causalidade circular" (Foucault, 1976:58).

A noção de documento, tão cara à historiografia, também é concebida de modo diferente. O documento não é mais visto como portador da história "como de fato aconteceu", como queriam os positivistas, nem como reflexo do real a ser interpretado, como acreditavam os marxistas e os "annalistas", mas transformado em "monumento", que deve ser descrito de forma intrínseca. Foucault assevera: "(...) a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações" (Foucault, 1995a:7). Certeau comenta: "Em história, tudo começa com o gesto de 'separar', de reunir, de transformar em 'documentos' certos objetos distribuídos de outra maneira. Esta nova distribuição cultural é o primeiro trabalho. Na realidade, ela consiste em 'produzir' tais documentos, pelo simples fato de recopiar, transcrever ou fotografar estes objetos mudando ao mesmo tempo o seu lugar e o seu estatuto" (Certeau, 1982:81). Le Goff alerta os historiadores para que não sejam ingênuos e procurem detectar os jogos de poder na produção dos "documentos-monumentos" (Le Goff, 1990:535-48).

Na perspectiva foucaultiana, a descontinuidade[3] também é percebida como "dispersão", isto é, negação da existência de um centro unificador na história, como queriam as concepções historiográficas de caráter teleológico, processual e progressivo. O "filósofo-historiador" problematiza a pretensão da totalidade na história: "A velha questão da História (que laço estabelecer entre eventos descontínuos?) é doravante substituída por um jogo de interrogações difíceis: que estratos é preciso isolar uns dos outros? Que tipo e que critério de periodização é preciso adotar para cada um deles? Que sistemas de relações (hierarquia, dominância, sobreposição, determinação, unívoca, causalidade circular) se podem descrever de um para outro?" (Foucault, 1976:57). Defendendo a dispersão na história, afirma: "(...) achei que, no momento, era essencial libertar a história do pensamento de sua sujeição transcendental (...) Tratava-se de analisar tal história em uma descontinuidade que nenhuma

3 Certeau pretere o termo "descontinuidade", dizendo: "Falemos antes de 'limite' ou de 'diferença' do que de descontinuidade' (termo muito ambíguo porque parece postular a evidência de um corte na realidade)" (Certeau, 1982, p.51).

teleologia reduziria antecipadamente: demarcá-la em uma dispersão que nenhum horizonte prévio poderia tornar a fechar (...)" (Foucault, 1995a:230). Desfaz, então, o projeto de alcançar a "história total", propondo uma "história geral", que tem múltiplos e dispersos centros de estruturação, como anota Aguirre Rojas (1995:85): "Para Foucault no hay historia global posible, y en su lugar lo que hay que perseguir es solo una historia 'general' con múltiples centros de estructuración, y por ende [sic] también de dispersión, historia que es necessariamente 'pluralidad de sentidos' y que no obedece 'ni a un destino ni a una mecánica, sino al azar de la lucha', y en la cual lo que predomina por encima de todo es la discontinuidad".

Foucault observa: "Não se deve mais procurar o ponto de origem absoluto, ou de revolução total, a partir do qual tudo se organiza, tudo se torna possível e necessário, tudo se extingue para recomeçar. Temos que tratar de acontecimentos de tipos e de níveis diferentes, tomados em tramas históricas distintas (...)" E continua: "Nada seria mais falso do que ver na análise das formações discursivas uma tentativa de periodização totalitária: a partir de um certo momento e por um certo tempo, todo mundo pensaria da mesma forma, apesar das diferenças de superfície (...)" (Foucault, 1995a:169). O tempo concebido como "totalização", em que as revoluções são tomadas de consciência, é descartado como conceito para pensar a história arqueológica (Foucult, 1976:59; Foucault, 1995a:15), entendendo que os acontecimentos de uma mesma época têm fisionomias diferentes. E, acreditando na "dispersão das próprias descontinuidades", conclui: "A arqueologia desarticula a sincronia dos cortes, como teria desfeito a unidade abstrata da mudança e do acontecimento. A 'época' não é nem sua unidade de base, nem seu horizonte, nem seu objeto (...)" (Foucault, 1992:200). Cita como exemplo a "época clássica", período situado entre os séculos XVII e XVIII, em que Foucault analisa vários problemas como a loucura, a sexualidade, as ciências humanas, caracterizando-a como "um emaranhado de continuidades e descontinuidades".

A Revolução Francesa não é vista como "divortium aquarum" absoluto, pois com ela não provocou uma transformação histórica global. José Guilherme Merchior criticou Foucault pelo fato de o mesmo não ter citado essa revolução ao analisar a emergência da prisão terapêutica no final do século XVIII (Rago, 1993:30). Aliás, Foucault mostra que, na época da restauração, a penalidade que se estabeleceu foi a prisão terapêutica, sistema totalmente diferente tanto daqueles previstos por juristas do século XVIII como pelos formuladores do primeiro código

penal revolucionário (Foucault, 1996b:79-102; Foucault, 1993). No século XIX, de forma diferenciada nos vários países europeus, emergiu a "sociedade disciplinar" ou a "idade da ortopedia social", ligada à expansão do capitalismo industrial (Foucault, 1996b:79-102). Rago acredita que Foucault ensina a desconstruir as amarrações forçadas da história e a descrever "os diferentes espaços de dissensão": "Ao invés de partirmos em busca da síntese e da totalidade, deveríamos aprender a desarmar o pacote e mostrar como fora construído, efetuando a 'descrição da dispersão'" (Rago, 1995:73).

Olhar com os óculos da descontinuidade singulariza a história, libertando os objetos específicos dos enquadramentos globalizantes e totalitários. Trata-se de esmigalhar a "história total", pretendida por algumas correntes historiográficas que acreditam que a história tem articulação natural, e dar singularidade aos objetos históricos. Pois, "a contemporaneidade de várias transformações não significa sua exata coincidência cronológica; cada transformação pode ter seu índice particular de 'viscosidade' temporal." (Foucault, 1995a:199). Certeau diz que a obra foucaultiana provocou um movimento que leva a história a "instaurar continuidades isolando séries, particularizar métodos, diferenciando os objetos distintos que ela discerne num mesmo fato, a revisar e a comparar periodizações diferentes, que fazem aparecer diversos tipos de análise, etc." (Certeau, 1982:50).

Em "Arqueologia do Saber", Foucault cotejou a "história das idéias" e a "arqueologia", procurando diferenciá-las não em filigranas, mas nos seus princípios norteadores. A primeira "é a disciplina dos começos e dos fins, a descrição das continuidades obscuras e dos retornos, a reconstituição do desenvolvimento na forma linear da história"; a outra, ao contrário, abandona os princípios de gênese, continuidade e totalização e descreve "os diferentes espaços de dissensão". Foucault compara, afirmando a inovação da análise arqueológica: "A arquelogia procede inversamente; procura soltar todos os fios ligados pela paciência dos historiadores; multiplica as diferenças, baralha as linhas de comunicação e se esforça para tornar as passagens mais difíceis (...)" (Foucault, 1995a:194). E acrescenta: "A arqueologia: uma análise comparativa que não se destina a reduzir a diversidade dos discursos nem a delinear a unidade que deve totalizá-los, mas sim a repartir sua diversidade em figuras diferentes. A comparação arqueológica não tem um efeito unificador, mas multiplicador." (Foucault, 1995a:183).

Procurando afirmar a especificidade dos objetos históricos, Foucault diz: "O problema é construir séries: definir para cada uma seus

elementos, fixar-lhes os limites, descobrir o tipo de relações que lhe é específico, formular-lhes a lei e, além disso, descrever as relações entre as diferentes séries, para constituir, assim, séries de séries, ou 'quadros' (...)" (Foucault, 1995a:9). "O problema que se apresenta – e que define a tarefa de uma história geral – é determinar que forma de relações pode ser legitimamente descrita entre essas diferentes séries (...) em resumo, não somente que séries, mas que 'séries de séries', em outros termos, que quadros é possível construir" (Foucault, 1995a:12). E, falando da grande mutação que marcou as disciplinas históricas, afirma: "Foi antes a transformação do descontínuo: a sua passagem de obstáculo para prática; (...) É preciso aceitar compreender aquilo em que se tornou a História no trabalho real dos historiadores: certo uso regrado da descontinuidade pela análise das séries temporais" (Foucault, 1976:58). A respeito, Rago lembra que "ao criticar o projeto de uma história totalizante, Foucault, na Arqueologia do Saber, defendeu o projeto de uma história geral, construída a partir de descontinuidades, das rupturas e do entrecruzamento de séries organizadas pelo historiador" (Rago, 1993:26). Assim, Foucault não parte de unidades estruturais para admitir imbricações temporais; mas, ao contrário, parte da dispersão para constatar possíveis interseções e conjunções.

Enfim, Foucault apenas pensa uma história diferente: "Não neguei a história; mantive em suspenso a categoria geral e vazia da mudança para fazer aparecer transformações de níveis diferentes: recuso um modelo uniforme de temporalização para descrever, a propósito de cada prática discursiva, suas regras de acúmulo, exclusão, reativação, suas formas próprias de derivação e suas modalidades específicas de conexão em seqüências diversas" (Foucault, 1995a:226). Diz ainda: "A arqueologia não toma, pois, como modelo, nem um esquema puramente lógico de simultaneidades, nem uma sucessão linear de acontecimentos, mas tenta mostrar o entre-cruzamento entre relações necessariamente sucessivas e outras que não o são" (Foucault, 1995a:192). Arqueologicamente, problematiza tanto as longas continuidades como as totalizações fechadas e forçadas. Acredita que o "saber" não foi feito para compreender "unidades", mas para cortá-las (Foucault, 1988:28), relacionando oportunamente os seus fragmentos. Neste sentido, o elogio da descontinuidade é a celebração do anacronismo e da singularidade, pois a história não tem nem objetos e nem articulações naturais.

A noção de descontinuidade, que descarta tanto as grandes continuidades como as totalizações, é incompatível com a busca de uma origem, um processo, um evolução, uma teleologia, uma essência

na história. Admitindo o "acaso da luta", Foucault afirma que "o verdadeiro sentido histórico reconhece que nós vivemos sem referências ou sem coordenadas originárias, em miríades de acontecimentos perdidos" (Foucault, 1988:29). Nesta direção, Certeau desfecha: "O conhecimento histórico fez surgir, não um sentido, mas 'as exceções' que a aplicação de modelos econômicos, demográficos ou sociológicos faz aparecer em diversas regiões da documentação (...) Ele é especializado na fabricação de 'diferenças pertinentes' que permitem 'criar' um rigor nas programações e na sua exploração sistemática" (Certeau, 1982:91).

A partir dessas considerações, pode-se afirmar que Foucault provocou uma verdadeira "revolução copernicana", isto é, uma significativa transformação "epistemológica" na operação historiográfica. A respeito, Rago conclui: "Tratava-se, pois, de uma nova maneira de 'problematizar a história', de pensar o evento e as categorias através dos quais se constrói o discurso do historiador" (Rago, 1995:72). Foucault não foi apenas o introdutor de novos objetos na história, entre os quais a loucura, a prisão, a sexualidade, mas fundador de uma descontinuidade historiográfica. Desse modo, Veyne afirma que "a negação do objeto natural" proposta por Foucault confere-lhe a estatura de "revolucionário" na historiografia contemporânea (Veyne, 1982).

Apesar das posições divergentes, houve "espaço vazio" ou falta de debate entre os profissionais da história e o filósofo das descontinuidades, com raras exceções, como, por exemplo, os diálogos com Artette Farge, Michelle Perrot e Maurice Aguilhon (Farge, 1984)[4]. No entanto, na valorização da "história-problema" (Dosse, 1992:76; Rago, 1995), Foucault aproximou-se da Escola dos Annales, especialmente da chamada "terceira geração" (Burke, 1991; Dosse, 1992), que procurou romper o cânon braudeliano. Chamando este fenômeno centrífugo de "a história em migalhas" – título de seu livro sobre os "Annales" – Dosse constatou: "A Escola dos Annales operou recentemente uma verdadeira decomposição da história, que se escreverá daqui em diante no plural e com inicial minúscula. Não existe mais a história, mas histórias" (Dosse, 1992:181). A obra foucaultiana teve receptividade entre vários desses historiadores, entre outros, Pierre Nora, Paul Veyne e Philippe Ariès[5].

---

4 Foucault teve conflitos com vários historiadores, entre os quais Jean Léonard e Pierre Vilar (Dosse, 1995), que não serão explorados neste trabalho.

5 É interessante lembrar que foi graças à sugestão de Ariès, que a Editora Plon publicou, em 1961, *História da Loucura* de Foucault, depois do trabalho ter sido rejeitado pela Gallimard (Roudinesco, 1994, p.8; Farge, 1984, p.113).

Aguirre Rojas (1995) enquadra Foucault no que chama de "pensamento crítico contemporâneo", inaugurado por Marx e desenvolvido pelos marxismos, pela psicanálise, pela Escola de Frankfurt, pela Escola dos Annales, entre outros movimentos intelectuais. Acredita que ele produziu uma "história crítica", que se opôs à "história positivista e empirista": "Entonces, frente a la continuidad lineal y simple de la historia tradicional, Foucault va a defender una historia o genealogía cuya clave es la discontinuidad, y en consecuencia, una historia complexa y llena de encrucijadas sucessivas (...)" (Aguirre Rojas, 1995:81). E, sobremaneira, seu esforço intelectual levou a "história crítica" para o "domínio da história cultural e intelectual", que já havia afetado a "história social e a historiografia em geral". No entanto, Aguirre Rojas não considera que a crítica foucaultiana vai além do ataque à "história tradicional", pondo em questão convicções epistemológicas marxistas e "annalistas".

De modo mais conjuntural, vincula Foucault ao movimento de 68, entendendo que não se resumiu a um "protesto estudantil", mas foi, de fato, "a revolução cultural mais importante do século XX", que questionou os principais suportes das instituições e da cultura ocidental. Representou também um divisor de águas em relação às ciências sociais, provocando a crise da fragmentação disciplinar, metodológica, teórica e a busca de alternativas transdisciplinares. Embora Foucault não tivesse participado de forma ativa no movimento de 68, tornou-se um dos seus representantes genuínos, pois antecipou reflexões filosóficas que afloraram naquele momento. Chamando Foucault de "proto-posmoderno", Aguirre Rojas aponta a possibilidade de a concepção histórica foucaultiana descambar para uma postura "pós-moderna", vinculando-se a interpretações exageradamente relativistas da história. Diz de forma conclusiva: "Historia entonces discontinua, sin um sentido de evolución general y que multiplica sus explicaciones possibles sin optar por una sola de ellas, que al dispersarse en torno de los muchos centros postulados de la historia general, va a terminar vinculándose diretamente con las posiciones del 'relativismo posmoderno' desarrollado e defendido por autores como Paul Veyne e Michel de Certeau" (Aguirre Rojas, 1995:85).

Braudelianamente, esse historiador mexicano e "um 'companheiro de viagem' dos Annales" – como diria Burke (1991) – acredita que a interpretação relativista da concepção historiográfica de Foucault será vencida pela perspectiva do "pensamento crítico", pois aquela esteve ligada ao impulso iconoclasta dos anos sessenta e setenta. Talvez o

próprio Foucault esclareça: "Gritar-se-á, portanto, que a História está sendo assassinada cada vez que numa análise histórica (e principalmente se se tratar do conhecimento) o uso da descontinuidade se tornar demasiado visível. Mas não nos deixemos iludir: aquilo que tanto se chora não é o desaparecimento da História; é o desaparecimento daquela forma de História que estava secretamente, mas de maneira total, referida à atividade sintética do sujeito" (Foucault, 1976:60).

Pelo fato de ter destoado do cânon historiográfico vigente, Veyne pergunta: "Foucault ainda é historiador?", responde arguta e foucaultianamente: "Não há resposta verdadeira nem falsa para essa pergunta, pois a própria história é um destes falsos objetos naturais: ela é o que se faz dela, não deixou de se modificar, ela não prospecta um horizonte eterno; (...)" (Veyne, 1982:181).

Referências Bibliográficas

AGUIRRE ROJAS, Carlos Antônio. Michel Foucault en el espejo de Clio. Revista Catarinense de História. Florianópolis, n.3, p.77-88, 1995.

BURKE, Peter. A Revolução Francesa da historiografia: a Escola dos "Annales". São Paulo: Editora Universidade Estadual Paulista, 1991.

_____. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter. A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992 (Biblioteca Básica).

CARDOSO, Irene Ribeiro de Arruda. Foucault e a noção de acontecimento. Tempo social. São Paulo, v.7, n. 1-2, out. p.52-66, 1995.

CERTEAU, Michel. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1983. (Vanguarda Teórica)

ARIÈS, Philippe. Tempo da História. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989. (Ciências Sociais).

DREYFUS, Hubert L., RABINOW, Paul. Michel Foucault, uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

DOSSE, François. A história em migalhas: dos "Annales" à "Nova História". São Paulo: Ensaio, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1992.

_____. História do Estruturalismo: 2. O canto do cisne, de 1967 aos nossos dias. São Paulo: Ensaio, Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994. v.2.

FARGE, Arlette. Frente à História. In: ESCOBAR, Carlos Henrique (org.). Michel Foucault (1926-1984) - o dossier - últimas entrevistas. Rio de Janeiro: Livraria Taurus, 1984.

FONSECA, Márcio Alves. Michel Foucault e a constituição do sujeito. São Paulo: EDUC, 1995. (Hipótese).

FOUCAULT, Michel. História e descontinuidade. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.) Teoria da História. São Paulo: Cultrix, p.56-60, 1976.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: FOUCAULT, Michel. Microfísica do Poder. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1992. (Ensino Superior).

_____. Vigiar e Punir. Rio de Petrópolis: Vozes, 1993.

_____. História da sexualidade 2 – o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1994. (Biblioteca de Filosofia e das Ciências Sociais).

_____. A Arqueologia do Saber. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995a (Campo Teórico).

_____. História da Loucura. São Paulo: Perspectiva, 1995b.

_____. A Ordem do Discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996a.

_____. A verdade e as formas jurídicas. Rio de Janeiro: Nau Ed., 1996b.

_____. História de Sexualidade 1 – a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1997.

LE GOFF, Jacques. História e Memória. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. (Repertórios).

LORAUX, Nicole. Elogio do Anacronismo. In: NOVAES, Adauto (org.). Tempo e História. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

RAGO, Margareth. As marcas da pantera: Foucault para historiadores. Resgate - Revista de Cultura do Centro de Memória da Unicamp. Campinas, n. 5, p. 22-32, 1993.

_____. O efeito-Foucault na historigrafia brasileira. Tempo Social. São Paulo: v.7, n.1-2, out. p.67-82, 1995.

ROUDINESCO, Elisabeth. Introdução - Leituras de História da Loucura

(1961-1986). In: ROUDINESCO, Elisabeth et al. Foucault: leituras da história da loucura. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e Educação: há algo de novo sob o sol? In: VEIGA-NETO, Alfredo (org.). Crítica Pós-Estruturalista e Educação. Porto Alegre: Sulina, 1995.

VEYNE, Paul Marie. Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1982. (Cadernos de UnB).

Sérgio Buarque de Holanda: Fronteiras, Natureza e Cultura.

Cristina Scheibe Wolff
Professora do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

Resumo:
Através da análise de duas obras de Sérgio Buarque de Holanda, *Visão do Paraíso* e *Caminhos e Fronteiras*, busca-se compreender como o autor entrelaça as noções de Fronteiras, Natureza e Cultura em seu estilo de interpretação.

Palavras chave: fronteiras - natureza - cultura

Abstract:
This article aims to understand how Sérgio Buarque de Holanda, in his books *Visão do Paraíso* (Vision of Paradise) and *Caminhos e Fronteiras* (Ways and Frontiers), interlaces the notions of Frontiers, Nature and Culture in his interpretation style.

Keywords: frontiers – nature - culture

Sérgio Buarque de Holanda (1902-1982), construiu uma obra historiográfica extremamente interessante e original, aliando, em torno de temas diversos, narrativa e interpretação em um estilo flexível e movediço.[1] A partir de uma perspectiva que se aproxima do historismo, o autor dá relevo ao confronto entre portugueses, paulistas e índios, no período colonial, em várias de suas obras. Este confronto, permeado ainda pelo insólito da nova paisagem para os adventícios, revela-se criador na construção da formação social brasileira. Neste artigo, pretendo analisar alguns aspectos de seus livros "*Caminhos e Fronteiras*" (1957) e "*Visão do Paraíso*" (1959), especialmente a forma como o autor entrelaça as noções de "fronteiras", "natureza" e "cultura".

---

1 Este trabalho é muito devedor da análise de Maria Odila Leite da Silva Dias sobre a obra de Sérgio Buarque de Holanda. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. (org.). *Sérgio Buarque de Holanda*. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo: Ática, 1985. e DIAS, M. O. L .da S. Estilo e método na obra de Sérgio Buarque de Holanda. in: *Sérgio Buarque de Holanda - Vida e Obra.*, São Paulo: IEB - USP, 1988, p. 72-79.

Na leitura destes escritos elaborados no Brasil na década de 1950, o leitor de primeira viagem é surpreendido pela atualidade da interpretação, considerando as tendências mais contemporâneas da historiografia. As preocupações com o cotidiano, as pessoas comuns, o imaginário, a cultura, os grupos étnicos, a relação com as paisagens e ambientes naturais, relacionadas atualmente às chamadas "Nova História" e "Nova História Cultural" estão presentes de forma flagrante ao longo dos textos, colocadas mesmo como temas centrais.[2] Isto mostra a grande erudição de Sérgio Buarque de Holanda, familiarizado com os estudos históricos desenvolvidos na Alemanha, França e Estados Unidos, que se sobressai em suas citações bibliográficas. Mostra também sua independência metodológica, que passa ao largo tanto de uma história tradicional, nos termos em que a define Peter Burke[3], quanto de algumas das tendências que àquela época grassavam em novos autores e obras: o "estruturalismo" de Fernand Braudel, o quantitativismo e o marxismo.

Sua principal inspiração, no entanto, parece ser a que provém do historismo. Segundo Maria Odila L. da Silva Dias, o autor em questão esteve por um ano na Alemanha em 1929, onde freqüentou aulas de Friedrich Meinecke, grande estudioso do historismo alemão, deixando-se "fascinar pelo método historista da escola de pensamento alemã, que propiciava uma visão renovadora do passado, sem peias e sem amarras. Entusiasmou-se pela temporalidade, o processo de vir-a-ser dos fenômenos sociais e pelo relativismo cultural."[4] Para ele, o historismo constituía "...mais propriamente um tipo de mentalidade, não um método ou uma escola."[5]

Os primeiros representantes desta "mentalidade" histórica remontam ao século XVIII, tais como Vico, Möser e Herder. Incluir Möser, Herder, Burckhardt, Ranke, Dilthey, para nos atermos aos nomes mais conhecidos e antigos, em uma mesma perspectiva historiográfica, implica

---

2 Sobre o que tem sido chamado de Nova História e Nova História Cultural, ver BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História. Novas perspectivas*; tradução de Magda Lopes. São Paulo: Ed. da UNESP, 1992. e HUNT, Lynn. (org.) *A Nova História Cultural*; tradução de Jeferson Luís Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1992. Cf. também CHASSOT, Walquíria Costa F. Sérgio Buarque de Holanda e a historiografia paulista. Revista de Historia. n. 122, jan. jun. 1990, p. 47-69, p. 51.

3 BURKE, P. op. cit., p. 10-16.

4 DIAS, op. cit., p. 10-11.

5 HOLANDA, Sérgio Buarque de. (org.). *Leopold von Ranke*. Col. Grandes Cientistas Sociais. São Paulo. Ática, 1979. p. 33-34.

em deixar de lado as imensas diferenças existentes entre as obras destes autores, e levar em conta apenas algumas iniciativas do ponto de vista metodológico.

O historismo nasceu em contraposição à filosofia das Luzes, segundo Adam Schaff:

> *Incidia, em primeiro lugar, na conseqüência do racionalismo das Luzes, tal como a idéia da natureza imutável do homem e das leis imutáveis da natureza. O historicismo, é assim principalmente uma tendência para captar a natureza, a sociedade e o homem em constante movimento, nas suas mutações contínuas.*[6]

Esta percepção da história como permanente movimento e transformação, não só no que tange aos acontecimentos e processos sociais, mas também no que concerne à própria elaboração historiográfica, ou seja, a consciência da historicidade do conhecimento, parece-me ser uma das grandes características da produção de Sérgio Buarque de Holanda.

Esta consciência se manifesta, por exemplo, em seu ensaio sobre a obra de Ranke, de quem discorda profundamente em alguns aspectos, mas por quem demonstra grande respeito, pelo caráter inovador de sua obra que deixou para os estudos da história uma série de heranças irrecusáveis. Discorda por exemplo da visão extremamente eurocêntrica de Ranke.[7] Admirava porém sua capacidade de "... desvendar as grandes unidades de sentido, que irão dar àqueles sucessos sua verdadeira significação histórica."[8]

Assim, a ligação do autor com o historismo não se prende a uma quantidade determinada de princípios e categorias compartilhadas entre tantos autores diferentes, ela é melhor percebida através de seu estilo, não propriamente o que se chamaria de um método, que pode ser referido à hermenêutica.

Segundo Gadamer, a hermenêutica desenvolveu-se inicialmente a partir de dois caminhos distintos: o teológico, ligado à interpretação da Bíblia e o filológico, relacionado ao redescobrimento da literatura

---

6 SCHAFF, Adam. *História e verdade*. Tradução de Maria Paula Duarte. São Paulo: Martins Fontes, 1978. p. 189. Faz-se necessário observar que Adam Schaff não distingue os termos historicismo e historismo tal como o faz Sérgio Buarque de Holanda em seu ensaio sobre Ranke, op. cit., p.8 e 46.

7 "fora da Europa, de *sua* Europa e, quando muito, fora das terras colonizadas por europeus, só existiam para ele o caos e o cemitério." HOLANDA, S. B. de . *Ranke*. op. cit., p 29.

8 Idem, p.15.

clássica.[9] Os historiadores do século XIX, como Droysen e Ranke, representavam o que Palmer chama de "hermenêutica romântica", pois acreditavam na possibilidade efetiva da objetividade nos estudos históricos. "A tarefa do historiador não era a de projetar na história os seus sentimentos pessoais mas sim a de entrar completamente no mundo histórico do qual pretendia dar conta."[10] Dilthey, embora diferenciasse as "ciências do espírito" (Geisteswissenschaften) das "ciências naturais" e estivesse empenhado na construção de um método específico para as ciências humanas, não abandonava totalmente a pretensão à objetividade. Já para Gadamer, "O homem finito, histórico, vê e compreende sempre do seu ponto de vista, localizado no tempo e no espaço; não pode, diz Gadamer, colocar-se acima da relatividade da história e procurar 'um conhecimento objetivamente válido."[11] A proposta da hermenêutica é a da interpretação da história através da compreensão que se dá na fusão de dois horizontes: o do intérprete e o do passado.[12]

Como coloca Maria Odila L. da Silva Dias, sobre Sérgio Buarque de Holanda:

> *Um dos princípios fundamentais do seu modo de trabalhar era a fé, que partilhava com os historistas, num tipo de conhecimento específico da História, pelo qual o historiador enquanto homem de seu tempo tornava-se observador participante dos valores de outras épocas. Cada época tinha o seu próprio 'centro de gravidade' e cabia ao historiador detectar suas totalidades significativas, seus 'princípios de aglutinação', através de um processo específico de intelecção ou compreensão.*[13]

A aproximação com o historismo possibilitava ao autor fugir de esquemas pré-fixados de explicação histórica e construir, com sua criatividade e seu trabalho nos arquivos, um caminho próprio. Este caminho passava pela criação de um modo particular de narrar os processos históricos. Nos livros analisados não há preocupação com a narrativa de acontecimentos, embora estes surjam em meio à análise, como "nós" da teia narrativa construída em torno de um tema central. Talvez possamos mesmo falar de uma "fusão de horizontes" feita através

---

9 GADAMER, Hans Georg. *Verdad y método*. Fundamentos de una hermenéutica filosófica. 4 ed. Salamanca: Ediciones Sígueme, 1991. p. 226.

10 PALMER, Richard. *Hermenêutica*. Tradução de Maria Luísa Ribeiro Ferreira. Lisboa: Edições Setenta, s.d. (1969). p. 181.

11 PALMER, op. cit. , p. 182.

12 cf. HEKMAN, Susan J. *Hermenêutica e Sociologia do Conhecimento*. Tradução de Luís Manuel Bernardo. Lisboa: Edições 70, s. d. (1986). p. 156.

13 DIAS, M. O. L. da S., 1985, op. cit., p. 20-21.

da linguagem. O autor entremeia no tecido narrativo as palavras usadas nos documentos dando-lhe certa "cor" do passado, criando com os documentos uma empatia que se transmite ao leitor.[14]

"*Caminhos e Fronteiras*" e "*Visão do Paraíso*" são obras que têm em comum o período colonial, em seus inícios, e a preocupação com situações de "fronteira":

> *Fronteira, bem entendido, entre paisagens, populações, hábitos, instituições, técnicas, até idiomas heterogêneos que aqui se defrontavam, ora a esbater-se para deixar lugar a produtos mistos ou simbióticos, ora a afirmar-se, ao menos enquanto não a superasse a vitória final dos elementos que se tivessem revelado mais ativos, mais robustos ou melhor equipados.*[15]

É a situação do confronto dos europeus, particularmente portugueses, com as paisagens, populações, hábitos e instituições do Novo Mundo. Embora o autor deixe claras suas divergências com a acepção de "fronteira" cunhada na historiografia norte-americana a partir dos trabalhos de Frederick Jackson Turner, parece-me que esta noção pode tê-lo inspirado de alguma forma. As frases que cito a seguir são exemplo disto:

> *Assim, o desenvolvimento da América exibiu não meramente um avanço ao longo de uma única linha, mas um retorno a condições primitivas em uma linha de fronteira continuamente avançando, e um novo desenvolvimento para aquela área .(...) Esse renascimento perene, esta fluidez da vida Americana, esta expansão em direção ao oeste com suas novas oportunidades, seu toque contínuo com a simplicidade da sociedade primitiva, proporcionaram as forças dominantes do caráter Americano.(...)*
>
> *Ou seja, na fronteira o meio ambiente é no início muito forte para o homem. Ele precisa aceitar as condições que ele fornece, ou perecer, e assim ele se fixa nas clareiras dos Índios e segue as trilhas indígenas. Pouco a pouco ele transforma o deserto, mas o resultado não é a velha Europa, (...). O fato é que aqui está um novo produto que é Americano.*[16]

---

14 "Deixava-se fascinar pelas sinuosidades do linguajar da época, cultivava o sabor dos arcaísmos e embutia no estilo do historiador o modo de pensar e de se expressar dos testemunhos." DIAS, M. O. L. da S., 1988, p. 76.

15 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Caminhos e Fronteiras*. Edição Ilustrada. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957. P. VI.

16 TURNER, Frederick Jackson The Significance of the Frontier in American History. in: *Frontier and Section*; Selected essays of Frederick Jackson Turner. New Jersey: Prenctice-Hall, 1961, p. 37-62, (1893), p. 38-39. Tradução Livre.É necessário observar que não é esta a obra de Turner citada por Sérgio Buarque de Holanda em Caminhos e Fronteiras, e sim *The Frontier in American History*, Nova York, 1920., obra que apesar dos esforços empreendidos não me foi possível localizar.

Não pretendo afirmar com isso que tais noções do termo "fronteira" sejam intercambiáveis, pois para Sérgio Buarque de Holanda, ele significa muito mais do que um limite entre espaços, apesar de móvel e fluido, no sentido que lhe dá Frederick J. Turner. Apenas considero interessantes as possíveis comparações que podem ser feitas, a partir deste termo, com a história da colonização da América do Norte, o que em alguns momentos é realmente feito em *"Caminhos e Fronteiras"*, como no capítulo "Veredas de Pé Posto", quando o autor destaca o papel das trilhas indígenas para os adventícios não só nos sertões brasileiros, mas também naquelas paragens.[17]

Em "*Caminhos e Fronteiras*" o autor aborda de maneira significativa o que chama de aspectos materiais deste confronto, concretizados em técnicas e hábitos simbióticos e nas tensões entre a cultura indígena e a adventícia. A acentuação destes aspectos da vida material não se funda na preferência do autor, mais propenso a estudar as mentalidades, "... mas em sua convicção de que neles o colono e seu descendente imediato se mostraram muito mais acessíveis a manifestações divergentes da tradição européia de que, por exemplo, no que se refere às instituições e sobretudo a vida social e familiar em que procuraram reter, tanto quanto possível, seu legado ancestral."[18]

Em "*Visão do Paraíso*", escrito logo após, o autor volta-se às suas preferências, estudando justamente a "mentalidade", que talvez hoje chamaríamos de imaginário, da conquista da América. Mostra como a cultura dos adventícios, impregnada de "motivos edênicos" e arquétipos ligados às mitologias ocidentais, identificados como sinais da proximidade do Paraíso terrestre, cheios de monstros e riquezas estupendas, influenciou não só os relatos de seus cronistas, mas toda sua relação com o Novo Mundo.[19]

São obras que se complementam, uma deixando claro o pragmatismo adotado pelos adventícios na lida cotidiana com a paisagem e a sobrevivência, outra mostrando o sonho de encontrar, senão o Paraíso, ao menos as grandes riquezas e maravilhas que deviam cercá-lo.

---

17 HOLANDA, S. B. de. *Caminhos...* , p. 34, especialmente nota n. 43.

18 HOLANDA, S. B. de. *Caminhos...* , p. V.

19 HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraíso* Os motivos edênicos no descobrimento e colonização do Brasil. 5 ed. São Paulo: Brasiliense, 1992 (1959).

A situação de "fronteira", este confronto dos adventícios com o Novo Mundo, aparece como criadora, em um processo dialético, de "algo novo" a partir do enfrentamento e da superação dos elementos trazidos do passado, da tradição.[20] Em "*Caminhos e Fronteiras*" colocam-se frente a frente as técnicas indígenas e as adventícias. Por exemplo, as "frechas" daqueles contra os arcabuzes destes.

> *A simples posse de armas européias não conferia aos primeiros povoadores brancos, nas suas guerras e caçadas, tão manifesta vantagem sobre os naturais da terra quanto o sugerem certas observações superficiais. (...) As frechas dos índios não tinham muitas vezes menor alcance que um bom arcabuz ou uma escopeta. As alterações atmosféricas, as chuvas, a umidade, não chegavam a causar-lhes estorvo. Seu disparo não produz ruído, ou fogo, ou fumaça com que se denuncie o atirador.*[21]

Nos primeiros tempos da colônia, pelo menos em terras vicentinas, as vantagens das "frechas" parecem terem-se imposto aos brancos, ao ponto de o "tiro de frecha" substituir, mesmo em documentos oficiais, a reconhecida medida de distância do "tiro de arcabuz". No entanto as armas de fogo tinham certo caráter mágico aos olhos dos nativos, não tanto pelo estrondo que faziam, como pelo fato de não se poder "...perceber o projétil em sua trajetória". [22]

É a exemplo desta situação que o autor percebe a apropriação de técnicas indígenas pelos adventícios, como as frechas, apropriação que certamente não se dá apenas no plano prático, técnicas que, se por parte da elite que vai se formando vão sendo abandonadas em favor dos "costumes civilizados", permanecem nos hábitos das populações do interior do Brasil, ainda à época do autor, segundo ressalta em várias passagens.[23]

O produto destes confrontos, portanto, em tão recuado período da história do Brasil, é percebido ainda na contemporaneidade pelo autor, modernista, preocupado justamente, como ressalta Maria Odila L. da S.

---

20 "Desde seu primeiro livro, Sérgio Buarque de Holanda valia-se do conceito da dialética hegeliana para expressar a mudança no processo histórico, as tensões do devir, o movimento e confronto de forças contraditórias, que se opunham numa certa época e chegavam às vezes a exaurir-se, após impasse crítico, do qual emergiam formas e forças novas, que transformavam os homens e seu *modus vivendi*." DIAS, 1985, op. cit., p. 17.

21 HOLANDA, S. B. de. *Caminhos...* p. 71.

22 Idem, p. 76.

23 "o certo, porém, é que, longe de desaparecerem com o tempo, suas práticas prevalecem intatas, ou quase, ainda em nossos dias." Idem, p. 90.

Dias, com as "sobrevivências arcaicas" que dificultavam a modernidade brasileira. [24] Talvez um contraponto histórico ao literário "*Jeca Tatu*" de Monteiro Lobato.

Em "*Visão do Paraíso*" as fronteiras são de outra natureza. Há as fronteiras entre Portugal e Espanha, em seus divergentes modos de conceber e gerenciar as colônias das Índias Ocidentais[25], e na amplitude de seus arroubos paradisíacos, aos quais os espanhóis estavam mais afeitos, segundo o autor, ao contrário dos portugueses:

> *Não os inquieta [aos portugueses] vivamente, ao menos no Brasil, a insopitável esperança de impossíveis, que tão freqüentemente acompanha, entre outros povos, as empresas de descobrimento e conquista para além das raias do mundo conhecido. São razões menos especulativas, em geral, ou fantásticas, do que propriamente pragmáticas, o que incessantemente inspira aqueles cronistas, ainda quando, em face do espetáculo novo, chegam a diluir-se em êxtases enamorados.*[26]

Há as fronteiras entre o sonho do paraíso terrestre e a paisagem e as populações encontradas no Novo Mundo. É somente com os olhos deste sonho que Colombo pode acreditar ter visto as afamadas sereias ao divisar "vacas marinhas" na costa do Haiti:

"... 'el almirante [...] vido tres serenas que salieron bien alto de la mar' lê-se no diário, 'pero no eran tan hermosas como las pintan, que en alguma manera tenian forma de hombre en la cara."[27]

É assim também que padres e cronistas das novas terras vislumbravam nas frutas e flores antes desconhecidas, sinais da presença de Deus e do Paraíso nas Américas.[28] É ainda neste confrontamento que pouca atenção é dada às descobertas de ouro e diamantes feitas no Brasil quinhentista, já que:

"O que saíam a buscar em nossos sertões tantas expedições custosamente organizadas não era tanto o ouro como a prata. E nem eram diamantes, senão esmeraldas. Em outras palavras: o que no Brasil se queria encontrar era o Peru, não era o Brasil."[29]

Destas fronteiras entre sonho e paisagem, entre adventícios e indígenas, é que nasce, para Sérgio Buarque de Holanda, a formação

---

24 DIAS, 1985, op. cit. , p.11.
25 HOLANDA, S. B. de. *Visão*... ver especialmente o capítulo XV, p. 315-334.
26 Idem, p. 315.
27 Idem, p. 208
28 cf. Idem, p. 235-246.
29 Idem, p. 103.

social brasileira. Seus estudos deram relevo ao período colonial como importante para o entendimento desta formação. Não estaria esta preocupação relacionada, por exemplo às inquietações de Herder, autor historista do século XVIII, que buscava, frente à igualdade propalada pelo jusnaturalismo da Ilustração, ver as diferenças e a variedade das nações?[30] Afinal, como coloca Meinecke, "A medula do historicismo enraíza-se na substituição de uma consideração generalizadora das forças humanas históricas por uma consideração individualizadora."[31] E, apesar das conotações românticas e até conservadoras que este tipo de pensamento possa ter suscitado, conforme sugerem vários autores, esta procura do particular e do diferente pode ser vista como algo extremamente revolucionário em um período em que a cultura de massas e o totalitarismo, bem como um neo-liberalismo que retoma o jusnaturalismo impondo a todos a mesma razão e, principalmente, o mesmo capitalismo, dão a tônica no cenário político mundial.[32] Sobre a afinidade de Sérgio Buarque de Holanda com Herder, Maria Odila L. da. S. Dias comenta:

> *Herder, (...), combinava o individual e o único, no processo do devir de cada nação, com a mudança cultural, que assegurava o sentido da liberdade no processo histórico. Para Herder, a tradição nacional não se apresentava como um legado fixo, inerte, transmitido de geração em geração; pressupunha o que chamava de* Bildung *(construção), que era renovação e adaptação. Sérgio Buarque de Holanda, ao estudar as energias do povoamento paulista, também tinha em mente um processo original e criativo de interação com o meio, que forjava novas formas de convívio na colônia.*[33]

Uma preocupação constante de Sérgio Buarque de Holanda nas obras enfocadas aqui é a forma, particular e histórica, como se deram as relações entre sociedade e natureza. Estas relações não tem para o

---

30 "O pensamento histórico de Herder está no seu todo impregnado da convicção de que a característica mais marcante da história é a variedade e a individualidade apresentadas pelas diferentes nações." GARDINER, Patrick. *Teorias da História.* Tradução de Vítor Matos e Sá. 3 ed., Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian, s. d. (1959), p. 42.

31 MEINECKE, Friedrich. *El historicismo y su génesis.* Tradución de José M. y San Martín y Tomás M. Molina. México: Fondo de Cultura Económica, 1982, (1936).p. 12. Tradução livre.

32 Sobre o caráter conservador do historicismo, em seu início, ver LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciências Sociais.* Elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1985. p. 70.

33 DIAS, M. O. L. da S. , 1985, op. cit., p. 30.

autor nenhum cunho determinista e estão permeadas pelas "mentalidades" e pelo que chamo de cultura, englobando as técnicas, os hábitos, os costumes e as instituições, bem como as expressões discursivas e artísticas. O que quero dizer é que o autor demonstra em suas obras, uma enfocando o cotidiano do confronto do adventício com o Novo Mundo e outra explorando a imaginação e os relatos sobre este confronto, a historicidade desta relação sociedade-natureza, construída através da cultura.

Muitas vezes, nas duas obras, o autor discorre sobre a relação dos adventícios ou nativos com um determinado recurso ou elemento natural. Por exemplo, em "Caminhos e Fronteiras" os capítulos "Samaritanas do Sertão", sobre as fontes e olhos d'água e "A Cêra e o Mel". Em torno do aproveitamento feito pelos sertanistas destes recursos, entre outros, o autor constrói a narrativa mostrando como os "naturais da terra" os utilizavam, como e sob que formas foram apropriados pelos adventícios, e ainda, muitas vezes, como estas formas sobrevivem ainda hoje. É interessante notar a forma como o autor infere de pequenos detalhes de documentos diversificados ao extremo estas minúcias do cotidiano, que tanto importam para entender as relações e fronteiras sociedade-natureza, indígena-adventício.

A natureza não aparece apenas como algo estático, dado, pronto e acabado, mas como portadora de múltiplas possibilidades na construção de um modo de viver. A água, por exemplo, é essencial para qualquer ser humano, mas as formas de obtê-la e aproveitá-la variam não só de acordo com sua ocorrência natural, mas também com as técnicas, saberes e costumes disponíveis no repertório social para encontrá-la, transportá-la e usá-la. Em suas longas jornadas em busca de "peças"(índios escravizados) e de pedras preciosas, os sertanistas paulistas tinham que recorrer a diversos estratagemas para obter água. No dizer do autor:

"Em regra, esses meios decorrem da extraordinária capacidade de observação da natureza, peculiar a esses homens e inatingível para o civilizado."[34]

Indícios e sinais de água havia de vários tipos, desde o raizame de determinados tipos de pau à temperatura dos ventos em certas paragens e direções. Várias espécies vegetais forneciam água por acumularem-na nas folhas e reentrâncias ou por conterem o precioso

34 HOLANDA, S. B. de *Caminhos...* p. 39.

líquido em suas raízes, tubérculos, frutos e cipós. Por outro lado, a existência de água abundante e sã desempenhava papel primordial no traçado de estradas e no estabelecimento de arraiais e povoações, exceção feita às regiões mineiras.[35]

Assim a água, recurso natural, só existe em certos lugares para aqueles iniciados em seus códigos de localização. Não se trata mais simplesmente de um recurso universal, a água, e sim "das águas" em suas diversificadas formas de utilização pelos sertanistas e índios.

Em "*Visão do Paraíso*" esta relação sociedade-natureza, por ultrapassar o uso cotidiano e deter-se nas elaborações dos adventícios sobre o que encontravam nas novas terras, acentua-se em seu caráter de construção histórico-cultural. As frutas do Novo Mundo, poderíamos dizer parafraseando Levi-Strauss em sua célebre frase sobre os totens, não são somente boas para comer, mas boas para pensar.

O ananás, por exemplo, foi tomado por Frei Antônio do Rosário como metáfora do santo rosário, frente à metáfora européia da rosa:

> *... no mundo novo fez Deus o ananás com o mesmo estado e aparato real de coroa, cetro, púrpura, guardas (espinhos), para que o rosário de sua mãe fosse o fruto, que no mundo velho era a flor. (...) O que procurava Frei Antônio do Rosário nas frutas do Brasil, em contraste com o que faria talvez um Richeome, não eram, em verdade, as frutas, era o que a simples aparência delas pudesse dissimular: seus secretos significados e seu hieróglifo misterioso. Aferrado, embora, às coisas visíveis e concretas, não lhe importava tanto o vê-las com os olhos ou o apalpá-las com a mão, queria, sim, ver e sentir apesar dos olhos e das mãos.*[36]

Portanto, o interesse do frade não inscrevia-se em uma razão prática imediata mas em uma razão simbólica em que o Novo Mundo deveria estar pleno de signos onde se pudesse distinguir os desígnios ou a simples presença de Deus. Por outro lado, o autor ressalta o pragmatismo e relativo "realismo" dos portugueses, cuja "razão prática parecia sobrepor-se a todas as outras espécies de motivação para a conquista. Não é que não acreditassem nos milagres e impossíveis, mas suas atitudes colonialistas eram de relativa frieza frente ao miraculoso e o insólito, se comparados aos castelhanos.

"Entre a generalidade dos exploradores e povoadores portugueses, por outro lado, mal se pode dizer que, no Brasil, aquelas visões ou promessas miraculosas chegassem a assumir papel considerável em

---

35 Idem, p. 44.
36 HOLANDA, S. B. de. *Visão...* p. 242-243.

sua atividade colonial. Não que fossem refratários à crença no milagre, sempre possível num mundo de incógnitas grandezas; o que se pode dizer é que a sua não parecia, neste caso, uma crença voluntária e intrépida. (...) Semelhante atitude nem sempre exclui a meticulosa curiosidade, mas pode-se dizer que quase exclui a surpresa. Nestas condições, mesmo o nunca visto irá diluir-se logo no cortejo das formas familiares."[37]

Em "*Caminhos e Fronteiras*" também aparece com destaque este aspecto mágico e milagroso da relação com a natureza, embora com razões e motivações ainda mais "práticas", como a cura de doenças, por exemplo, especialmente no capítulo "Botica da Natureza", como comentam Ilana Blaj e Marina Maluf:

> *Já o título, numa primeira apreensão, encerra a oposição entre o conhecimento proveniente da experimentação (botica) e as infinitas possibilidades das coisas da "physis" (natureza); na segunda intelecção há um amálgama entre o conhecimento indígena da fauna e da flora, que não são vistos como coisas separadas do homem, e a alquimia - gosto pelo maravilhoso, traço do conquistador, legado europeu, trazendo consigo a consciência cindida que opõe homem e natureza. O resultado final será uma farmacopéia popular, onde cura e promessa são uma só e mesma coisa.*[38]

Espécies vegetais, partes de animais (banhas, couros, dentes, bezoares), amuletos mágicos, rezas e procedimentos tais como queima com ferro em brasa ou sangrias combinavam-se em uma medicina criada no confronto dos conhecimentos e superstições trazidas da Europa com as práticas indígenas.

> *A soma de elementos tão díspares gerou muitas vezes produtos imprevistos e que em vão procurariamos na cultura dos invasores ou na dos vários grupos indígenas. Tão extensa e complexa foi a reunião desses elementos, que a rigor não se poderá dizer de nenhum dos aspectos da arte de curar, tal como a praticam ainda hoje os sertanejos, que é puramente indígena - ... - ou puramente europeu.*[39]

A primeira reação do adventício era procurar similaridades com o conhecido "... na mandioca, vinham procurar o honesto pão de trigo, no pinhão da araucária, a castanha européia,... (...). Mas, às vêzes,

---

37 Idem, p. 243-244.

38 BLAJ, Ilana e MALUF, Marina. Caminhos e Fronteiras: o movimento na obra de Sérgio Buarque de Holanda. *Revista de História*. São Paulo, n. 122, jan. jun., 1990, p. 17-46, p. 37.

39 HOLANDA, S. B. de. *Caminhos*... p. 91.

interrompia-se o cortejo das visões familiares. E então era preciso acreditar no milagre, promessa de outros milagres."[40] A natureza do Novo Mundo tinha surpresas, como a sensitiva ou o gambá, difíceis de serem assimiladas por semelhança ao já conhecido pelos europeus, por isso mesmo esperava-se muito de suas pretensas propriedades milagrosas.

As minúcias, detalhes do cotidiano, das vestimentas ou hábitos, pequenas nuances dos relatos de época, são exploradas de forma singular para a construção deste quadro de fronteiras. Por um lado, talvez, pela natureza e possibilidades das fontes, bastante exíguas para o período colonial, mas certamente isto fazia parte também de seu estilo, como coloca Maria Odila L. da S. Dias:

> *Uma das peculiaridades do seu estilo de construção dos temas movediços consistia na busca paciente e descritiva destes pormenores em seu processo de significação no tempo. Um a um, em crescendo, constituindo círculos descritivos cada vez mais densos até que chegassem a compor aspectos da organização da sobrevivência no sertão paulista...*[41]

Através das minúcias e detalhes, o autor compõe pacientemente quadros onde natureza e cultura se entrelaçam no cotidiano e no imaginário, nas "fronteiras" entre indígenas, adventícios e mamelucos. O capítulo "Veredas de pé posto", de "*Caminhos e Fronteiras*" é magistral neste sentido. O autor vai mostrando como nos primeiros tempos os adventícios tiveram que adotar as picadas e métodos de orientação dos "naturais da terra" para se locomover nos sertões. Para que se chegue a esta conclusão, descreve as sutilezas dos métodos de orientação, dos modos de caminhar, das formas de confundir os rastros, do terror que causava o curupira com seus pés virados ao caminhante que se confundia seguindo suas pegadas, O trecho em que reflete sobre o hábito de andar descalço, adotado pelos paulistas em suas longas jornadas e que se integra com uma análise dos significados sócio-culturais que adquiriram os sapatos na colônia é exemplar.[42]

No entanto, como adverte Maria Odila L. da S. Dias, "... o que focaliza são sempre costumes em transformação e não apenas modos de ser, vestir e comer."[43] Não se trata de pintar um retrato estático desta

---

40 Idem, p. 95.
41 DIAS, M. O. L. da S. , 1988, op. cit., p.75.
42 HOLANDA, S. B. de. Caminhos... , p.24-28.
43 DIAS, M. O. L. da S. , 1985, op. cit., p.27.

sociedade colonial nos sertões do Brasil, o tempo é categoria fundamental, a historicidade está justamente nas transformações, lentas ou rápidas, tanto de hábitos e costumes, como, no caso de estes permanecerem, de seus significados sociais.

"*Caminhos e Fronteiras*" e "*Visão do Paraíso*" são obras que se prestam a muitas leituras e interpretações, a cada uma revelando mais e mais possibilidades, pelo cuidado com que foram compostas, cada qual a seu modo, na construção de sua narrativa rebuscada e trabalhada. O entrelaçamento das noções de fronteiras, natureza e cultura, realizado de forma diversa, porém coerente, nestas duas obras, é apenas um dos aspectos que podem ser estudados. No entanto, a forma densa e erudita pela qual este entrelaçamento é feito pode ser inspiração para aqueles que estão buscando novas maneiras de escrever a história.

Estados Unidos e América Latina: o declínio de uma hegemonia (parte II)

Waldir José Rampinelli
Professor do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo:
A hegemonia norte-americana começa a sofrer seus primeiros questionamentos e desafios na América Latina no final da década de 50. A revolução cubana, a chegada ao poder de Salvador Allende, a derrota na Guerra do Vietnã e o triunfo dos sandinistas apontam um declínio em sua política externa. A partir dos anos 80 há uma mudança e os Estados Unidos voltam a recuperar o poder.

Palavras-chave: Estados Unidos - América Latina - Hegemonia.

Abstract:
The hegemony of the United States of America was questioned and challenged in the end of the 1950's. The Cuban Revolution, Salvador Allende's rise to power, the defeat during the Vietnam War, and the triumph of the "sandinistas" determined the decline in US foreign policy in the whole region. From the 1980's on the United States started to regain part of their power.

Keywords: United States - Latin America - Hegemony

O domínio dos Estados Unidos sobre a América Latina foi quase que total desde o término da Segunda Guerra Mundial até o final dos anos 50, porém, nas décadas de 60, 70 e parte dos anos 80, surgiram grandes questionamentos e desafios à hegemonia norte-americana (veja-se a Parte I deste trabalho publicado na *Revista Catarinense de História*, nº 4, pp. 123-137).

No entanto, a partir do final dos 80 e início dos 90, tem-se uma mudança radical na conjuntura internacional, quer com a queda do muro de Berlim, quer com o *colapso do socialismo* na União Soviética, quer com a guerra do Golfo, quer com o processo de mundialização que consagrou a democracia representativa como sistema político e a economia de mercado como o grande mecanismo de acumulação dos países ricos. Tais acontecimentos têm um reflexo imediato nas relações

dos Estados Unidos com a América Latina, e o *Triângulo de Ferro* (Congresso, Pentágono e o Complexo industrial-militar) começa a reverter algumas das perdas havidas nas décadas anteriores.

1 Os E.U.A. e a América Latina a partir dos anos 80

A década dos oitenta, que começou com a Segunda Guerra Fria[1] entre os Estados Unidos e a União Soviética, apresentou novos desafios à hegemonia estadunidense na América Latina.

1.1 Os primeiros contratempos

O boicote internacional promovido por Washington contra os jogos olímpicos de Moscou por causa da intervenção soviética no Afeganistão não foi seguido pela maioria dos governos latino-americanos. A Argentina, por exemplo, negou-se terminantemente a participar do embargo de cereais proposto pelos Estados Unidos, afirmando seu Ministro da Agricultura que "as forças do mercado decidirão o destino final dos grãos argentinos". O mesmo aconteceu no setor industrial, quando o diretor da organização de grãos argentinos afirmou em Washington que os critérios e afirmações dos Estados Unidos sobre o caso do Afeganistão não refletiam a verdadeira situação. Ao final de janeiro de 1979, quando o presidente Videla recebeu o enviado especial de Carter - o general Andrew Jackson -, o mandatário argentino rejeitou os argumentos apresentados por aquele e continuou vendendo grãos à União Soviética.

Quando da guerra das Malvinas, em 1982, Washington não conseguiu convencer o governo argentino a não invadir as referidas ilhas. Envolvida com problemas de ordem política e econômica, a ditadura militar levou a cabo a operação, recuperando *manu militari* as ilhas do Atlântico Sul. Como conseqüência do apoio político e logístico dado pelos Estados Unidos à Inglaterra,[2] o TIAR ficou totalmente desprestigiado e

---

1 Fred Halliday divide as políticas do pós-guerra em quatro fases, levando em conta as relações Estados Unidos-União Soviética: fase 1, a Primeira Guerra Fria (1946-1953); fase 2, o período de antagonismo oscilatório (1953-1969); fase 3, a distensão (1969-1979) e fase 4, a Segunda Guerra Fria, de 1979 em diante [provavelmente até 1989]. *Génesis de la Segunda Guerra Fría*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1989, pp. 23-26.

2 A informação sobre a posição do navio "General Belgrano" foi passada aos ingleses das bases norte-americanas no Panamá.

alguns governos latino-americanos, apesar de discordar da maneira como se deu a reconquista das ilhas, apoiaram a causa argentina. Outros chegaram inclusive a oferecer tropas para lutar ao lado dos platenses.

1.2 A questão econômica

No campo econômico, a hegemonia de Washington também foi afetada. As exportações latino-americanas aos Estados Unidos decaíram de 45% em 1958 para 34% ao final dos anos setenta, principalmente por parte dos países sul-americanos. Essas exportações voltaram a crescer até alcançar a cifra de 50% em 1983, porém, tal aumento deveu-se à crise financeira que tomou conta da região.

Os investimentos norte-americanos também passaram a ter novos competidores. Em 1965, para citar um exemplo, 50% dos investimentos estrangeiros diretos no Brasil provinham dos Estados Unidos; em 1979 esta cifra baixou para 30%. Além do mais, é preciso levar em conta que no Brasil a aplicação de capitais norte-americanos decresceu menos que em qualquer país latino-americano. Registraram-se reduções também em outros territórios da região, à exceção do Caribe onde houve um incremento dos investimentos estadunidenses. É importante destacar que a tendência das economias da Europa Ocidental e Japão de investir na América Latina, que surgiu em meados dos anos cinqüenta, aumentou nos sessenta e principalmente setenta, tornando-se competitiva com a estadunidense, e nos oitenta continuou a crescer, se bem que a um ritmo mais lento.

O Brasil, antes voltado preferencialmente para os capitais dos Estados Unidos, aproximou-se da República Federal Alemã e do Japão, fazendo importantes acordos com essas potências.

Os Estados latino-americanos também aumentaram seu poder de negociação com as transnacionais. O nível de atividades do governo dos Estados Unidos diminuiu drasticamente no hemisfério, e a dependência latino-americana de armamentos estadunidenses, por exemplo, foi alterada com o aparecimento de novos fornecedores, tais como a União Soviética, a França, a Itália, o Reino Unido, Israel e o próprio Brasil.

1.3 A presença da URSS

A presença da URSS no subcontinente passou a crescer através

---

3 De apenas três embaixadas que tinha em 1960, passou para 19 em 1987 no hemisfério ocidental.

da abertura de representações diplomáticas,[3] da ampliação de suas relações comerciais[4] e da promoção de atividades culturais. Além do mais, a URSS proporcionou equipamentos e treinamentos militares a Cuba e Nicarágua para o combate à contra-revolução. A política exterior soviética para a América Latina caracterizou-se por não ultrapassar os limites do tolerável para os Estados Unidos. Em quatro países sul-americanos (Chile, Argentina, Brasil e Peru), a União Soviética promoveu diversas estratégias de desenvolvimento, independentemente da natureza dos governos. No Chile, por exemplo, privilegiou o papel político-ideológico; na Argentina, o econômico; no Brasil, o político-internacional; e no Peru, o militar. Esta maneira de relacionar-se da União Soviética tornou difícil para os Estados latino-americanos adotar uma posição conjunta em relação a Moscou.

Tal aproximação entre a URSS e a América Latina significou uma mudança substancial, já que durante a Primeira Guerra Fria a maioria dos governos da região havia rompido suas relações diplomáticas com Moscou. Nessa época, qualquer aproximação ao bloco socialista era caracterizada como perigosa, pois o "comunismo internacional" poderia aproveitar-se para instalar uma *cabeça de praia* no continente. No entanto, apesar da presença cada vez maior da União Soviética, o aumento das atividades da República Federal Alemã, do Japão, da França e da Espanha na região ofuscaram Moscou.

Com a chegada de Gorbachov ao poder em 1985, a União Soviética abandonou sua visão de mundo a partir da perspectiva de suas relações com os Estados Unidos, adotando uma posição multilateral. Tratou de exercer uma diplomacia mais pragmática e cautelosa, porém ao mesmo tempo dinâmica e competitiva com respeito ao Terceiro Mundo, implementando "relações mutuamente vantajosas para as partes", especialmente com as economias maiores e mais ativas da América Latina. É importante destacar que tais mudanças se processaram a partir dos limites e necessidades da economia soviética, com sérios problemas há algumas décadas.

1.4 Novos desafios na América Latina

Todos esses acontecimentos, além de debilitar a hegemonia norte-americana, refletiam uma tendência pragmática crescente da América Latina e do Caribe na defesa de seus interesses. Alguns fatos ilustram

---

4 Em 1964 a União Soviética mantinha relações comerciais com apenas quatro países, passando para vinte em 1987.

essa atitude de busca de independência: o pronto reconhecimento, pelo Brasil, em 1975, do governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), e mais tarde seu oferecimento de ajuda militar - com base na Carta das Nações Unidas - diante da agressão do regime racista sul-africano; o acordo nuclear entre o Brasil e a República Federal Alemã para obter tecnologia nuclear avançada, apesar da oposição do governo norte-americano; os nexos do Brasil com o Oriente Médio; a ruptura do Acordo de Assistência Militar (1977) firmado entre o Brasil e os Estados Unidos em 1952, como conseqüência das exigências do governo Carter de um maior respeito aos direitos humanos; a iniciativa do México em promover a Carta de Direitos e Deveres Econômicos dos Estados em 1974 e a reunião de Cancún em 1981, assim como sua participação no Grupo de Contadora, em clara oposição aos Estados Unidos no tocante à América Central; o papel de liderança desempenhado pela Venezuela na Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) e sua rejeição à política norte-americana sobre Porto Rico; o apoio latino-americano ao ingresso de Nicarágua e Cuba[5] como membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas em 1982 e 1990 respectivamente; e a exclusão dos Estados Unidos de alguns grupos de cooperação, como o Sistema Econômico Latino-Americano (SELA).

Com relação à Nicarágua, os Estados Unidos recuperaram sua posição de dominação ao derrotarem *eleitoralmente* os sandinistas. Alguns fatos levaram o povo nicaragüense a votar contra seu projeto histórico, tais como o bloqueio econômico e comercial decretado por Reagan em 1982; a instalação de minas nos portos nicaragüenses; as sabotagens internas patrocinadas pela CIA; a criação e manutenção dos *contras* em Honduras; o constante e sistemático fustigamento paramilitar de Washington, obrigando a Nicarágua a aumentar o orçamento destinado à defesa[6]; a pressão sobre os países latino-

---

5 Cuba obteve a maior votação da história das Nações Unidas - 146 votos dos 156 possíveis - em 18 de outubro de 1989 ao ser eleita para representar a América Latina e o Caribe no Conselho de Segurança da ONU para o período 92/94. O embaixador brasileiro nas Nações Unidas disse à Prensa Latina que a decisão do grupo latino-americano de propor Cuba como membro do Conselho de Segurança é uma mostra do reconhecimento do papel positivo desenvolvido pela Ilha na busca de soluções aos conflitos regionais. *Granma* (resumo semanal), Havana, 29 de outubro de 1989, ano 24, número 44, p. 1.

6 As cifras falam por si só: cerca de 50% do orçamento foi destinado à defesa contra uma agressão constante. Em 1985, essa porcentagem aumentou para 65%. SAXE-FERNÁNDEZ, John. Laberinto Continental. *El Nuevo Diario*, Managua, 10 de março de 1990, p. 5.

americanos, principalmente os da América Central, para que adotassem posturas hostis ao governo nicaragüense; a campanha internacional promovida pelos Estados Unidos contra a Pátria de Sandino, acusando seu governo de marxista-leninista; e a intervenção política e econômica de Washington nas eleições presidenciais de 1989.

Já derrotado *eleitoralmente* o governo sandinista, e depois de muitas discussões no Congresso norte-americano, o dinheiro prometido pela Casa Branca para reconstruir o país - devastado por uma guerra imperialista de dez anos - começou a chegar a conta-gotas. É importante ressaltar que os Estados Unidos estavam mais interessados em reverter o *socialismo real* da Europa Oriental do que em socorrer alguns países latino-americanos. Além do mais, seu enorme déficit interno não lhes permitia fazer grandes investimentos na Nicarágua. Daí seu pedido a governos amigos, como o Japão, para que investisse no país centro-americano.

Por outra parte, a invasão ao Panamá em 21 de dezembro de 1989 foi a primeira intervenção armada depois da Segunda Guerra Mundial que se fez usando não mais o perigo da "ameaça comunista" e sim do nacionalismo, que recebeu o nome de narcotráfico. A questão nacional em alguns estados latino-americanos preocupa Washington tanto quanto o comunismo.[7]

1.5 Crises internas

Em nível interno, 1989 foi para os Estados Unidos o sétimo ano consecutivo de firme desenvolvimento econômico, representando o *boom* mais longo em muitas décadas. No entanto, a partir de então, a economia deixou de crescer nos níveis anteriores e Washington passou a admitir a possibilidade de uma "leve recessão".

Na década de oitenta o capital industrial transformou-se em grande parte em financeiro, imobiliário, especulativo e importador de bens manufaturados, ocasionando o desemprego industrial e um aumento da economia informal. Segundo a revista **Forbes**, dos 400 capitalistas mais ricos em 1988, 38% haviam obtido seus lucros das finanças e bens de

---

7 Segundo os teóricos santafesinos, que tiveram influência na formulação da política externa norte-americana, "o matrimônio do comunismo com o nacionalismo na América Latina representa já o maior perigo para a região e os interesses dos Estados Unidos". *Documento de Santa Fé II; una estrategia para América Latina en los noventa*, terceira parte, proposta n. 5.

raiz; 18,8% das manufaturas; 18,3% dos meios de comunicação e 5.3% das vendas a varejo e apenas 3,8% de inovações técnicas ou da alta tecnologia.[8]

É importante destacar que na mesma década ocorre um crescente aumento das finanças e bens de raiz sobre as manufaturas. Em 1982, enquanto 16,9% dos mais ricos dos Estados Unidos obtinham seus lucros da "economia de papel", 17,5% o conseguiam através da produção de manufaturas. Com o passar do anos aumentou o número de capitalistas no setor das finanças e bens de raiz, enquanto que o grupo manufatureiro estacionou.[9]

Esta transformação de uma classe produtiva em improdutiva acarretou muitas conseqüências para a sociedade em geral, com uma deterioração relativa e absoluta no emprego de trabalhadores assalariados nos setores dinâmicos da economia.

> ... enquanto o emprego manufatureiro decresceu durante o último ciclo, o de serviços mantém um crescimento um pouco aquém da média do pós-guerra. Desde 1974, a indústria manufatureira dos Estados Unidos tem sido praticamente incapaz de gerar empregos. Esta responsabilidade recaiu sobre os serviços, com o conseqüente efeito na presença econômica mundial deste país.[10]

Os jovens em idade de trabalhar já não encontram mais empregos na indústria, sendo muitos deles obrigados a escolher entre o setor de serviços, ganhando o salário mínimo, e a "economia subterrânea", isto é, drogas e outras fontes ilícitas de lucro.

> O crescimento do capital financeiro e imobiliário tem sido acompanhado pela deterioração no emprego industrial e a ausência de trabalhos significativos para novos ingressantes. Os recortes nos serviços sociais é o resultado lógico da economia de papel, a qual tem menores necessidades trabalhistas e aumenta seus lucros através de menores impostos estaduais e federais. Isso sugere a hipótese de que o crescimento e expansão da *economia informal*, do crime e das drogas e a proliferação dos sem-teto e doentes mentais estão diretamente relacionados com o aumento do capital especulativo, a deterioração relativa do capital industrial e a subordinação da alta tecnologia às necessidades do primeiro, isto é, do capital especulativo.[11]

8 Citado por PETRAS, James & DAVEMPORT Cristian. Estados Unidos: transformación de la clase dominante en los ochenta. GALLO ILUSTRADO, número 1446, 11 de março de 1990, México, p. 14, suplemento dominical do jornal **El Día**.

9 Idem, p. 14.

10 RANGEL, José. La Reaganomics y la hegemonia estadunidense - Un deterioro irreversible, *Comércio Exterior*, vol. 40, número 1, janeiro de 1990, México, p. 9.

11 PETRAS, James & DAVEMPORT, Cristian. Estados Unidos: transformación de la clase dominante en los ochenta. GALLO ILUSTRADO, número 1446, 11 de março de 1990, México, p. 14, suplemento dominical do jornal *El Día*.

Em segundo lugar, houve uma decadência no setor agrícola norte-americano. Motivado pelos diagnósticos dos peritos, que previam um desequilíbrio entre as necessidades da alimentação e a produção agrícola, a partir dos anos setenta, o governo investiu em demasia na agricultura com a expectativa de grandes vendas ao exterior. Ao mesmo tempo, o Ocidente aplicou grandes somas em pesquisa para aumentar a produtividade agrícola no Terceiro Mundo, transformando-se alguns destes países em competidores dos Estados Unidos. Além do mais, a Comunidade Econômica Européia (CEE) tornou-se uma grande produtora de excedentes agrícolas, complicando ainda mais o mercado internacional. Aquilo que se diagnosticava como carência sobrou e conseqüentemente o preço baixou.

Diante dessa situação, endureceram-se as políticas protecionistas em muitos setores da economia norte-americana, refletindo-se assim a perda da hegemonia da manufatura estadunidense, antes sem rival.

Finalmente, a falta de competitividade dos produtos industriais estadunidenses no exterior, bem como a diminuição das exportações agrícolas, têm ocasionado grandes déficits no comércio visível. Os Estados Unidos vêm pagando isto através da importação de somas cada vez maiores de capital, as quais os converteram, em poucos anos, de credor mais importante para maior devedor do mundo.

A partir dessa deterioração econômica, resultado da superioridade de seus adversários, os Estados Unidos são incapazes de operar satisfatoriamente com as regras que outrora impuseram para institucionalizar sua economia, adotando desde meados dos setenta, medidas unilaterais para melhorar sua competitividade internacional. Não obstante, essas medidas têm sido contrárias às que impuseram desde o término da Segunda Guerra Mundial.

> Parece claro que a hegemonia estadunidense se esgota. O poder econômico que lhes permitiu impor sua hegemonia diminuiu até o ponto de se tornar impossível impor soluções unilaterais à problemática global. Além do mais, as condições econômicas atuais são o resultado de uma tendência irreversível de longo prazo. Os Estados Unidos buscam agora coordenar com seus pares as políticas econômicas destes de forma tal que os beneficiem indiretamente. Nestas condições surge de imediato a possibilidade de que apareça outro poder econômico capaz de tomar o lugar vacante da hegemonia capitalista.[12]

12 RANGEL, José. Op. Cit., p. 15.

Os Estados Unidos foram contraindo uma carga de compromissos estratégicos nas décadas passadas quando sua capacidade econômica, militar e política ainda era suficientemente grande para influenciar em nível mundial. Agora, com os mesmos compromissos e menos recursos econômicos, Washington corre o risco de uma "excessiva extensão imperial", causa da queda de grandes impérios, como o espanhol e o britânico.[13]

No campo político há uma decadência muito semelhante à que se deu no econômico. Decaiu o prestígio da Presidência, do Congresso e das Cortes. O envolvimento de dois presidentes, em um espaço de tempo tão curto, em escândalos como os de Watergate e Irangate; as acusações contra George Bush por sua possível participação e autorização, quando vice-presidente, na venda de armas aos iranianos em troca da libertação dos reféns norte-americanos, e o investimento de tais fundos na Guerra de Baixa Intensidade contra a Nicarágua, quando, por lei do Congresso, tal operação estava proibida; a aproximação de Bush a Noriega, quando exercia a função de Diretor da CIA; e o envolvimento de Clinton em operações financeiras não esclarecidas são todos acontecimentos que ajudam a desacreditar a figura presidencial. Os partidos políticos sofrem do mesmo mal, pois a baixa taxa de votantes nas eleições presidenciais reflete a falta de interesse pelas mesmas e a idéia generalizada de que é pouco significativa a diferença entre os dois projetos de governo já que os programas que oferecem e os valores que pregam os candidatos são muito similares, mudando apenas sua apresentação e seu manejo.

Politicamente, o *fantasma do comunismo,* usado neste século como pretexto para invadir, intervir e apoiar golpes de Estado na América Latina foi substituído pelo do narcotráfico. Washington não tem muito interesse em combater internamente o narcotráfico, porém sim em utilizá-lo como mecanismo de intervenção nos países latino-americanos. Colômbia, Peru e Bolívia são exemplos muito claros da presença militar estadunidense, cuja intenção é mais a de combater a guerrilha nos dois primeiros e os movimentos populares radicais no terceiro, que o tráfico de drogas.

---

13 KENNEDY, Paul. *Auge y Caída de las Grandes Potencias.* 2 ed. Barcelona: Plaza & Janes, p. 627.

2 A nova ordem mundial nos anos 90

Com a desintegração da URSS e a nova configuração política e econômica internacional - predomínio da Alemanha na Europa e do Japão na Ásia - aos Estados Unidos coube a América Latina.

A estratégia norte-americana atua hoje em três níveis na América Latina, havendo um reforço e inter-relacionamento entre eles.[14] O primeiro trata da imposição de uma política econômica - liberalização de mercados - destinada a desmantelar meio século de regulações estatais. Com a retirada do Estado, outros agentes financeiros passam a controlar a economia, tais como o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial, as corporações multinacionais e os consórcios bancários. "Este giro fundamental nas relações imperiais está intimamente vinculado a mudanças na economia dos Estados Unidos, tal como a preponderância do capital financeiro sobre o industrial, assim como a uma transformação dramática do papel e dos componentes estruturais do Estado imperial estadunidense".[15]

Existe hoje, portanto, um *governo mundial de fato*, descrito por James Morgan no *Financial Times*.[16] O Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial no setor de finanças, a Organização das Nações Unidas no campo político, a Organização Mundial do Comércio no que toca às relações comerciais e o Grupo dos Sete países mais industrializados no que se refere ao complexo industrial-militar começam a atuar com mais afinidade no pós-guerra fria, criando um *Estado imperial* em âmbito mundial, quer na defesa dos interesses das multinacionais, quer na influência dos bancos e empresas de investimento. Essas siglas, pela magia de seu poder, criaram a *global trade* e conseqüentemente as políticas neoliberais como estratégia de transferência de capital dos países pobres para os ricos; disciplinaram o Terceiro Mundo, principalmente os governos nacional-populistas, que buscavam uma independência maior em relação aos centros de poder; organizaram os processos de integração como mecanismo de criação de mercados para os países industrializados e montaram uma estrutura de poder que aos *periféricos* parece restar apenas o caminho da submissão.

---

14 PETRAS, James. *La Política Estadunidense en América Latina: Intervención Militar, Regímenes Clientes y Saqueo Económico en los Años Noventa*, mimeo, Binghampton (Nova Iorque), 1992.

15 Idem, p. 65.

16 MORGAN, James, Financial Times, 25/26 de abril de 1992. In: CHOMSKY, Noam. *Novas e Velhas Ordens Mundiais*. 1 ed., São Paulo: Scritta, 1996, p. 225.

Obviamente que na *velha* e *nova* ordem internacional, a primeira desenhada nas conferências de Bretton Woods e São Francisco, 1944 e 1945, respectivamente, e a segunda nascida com o *fracasso do socialismo* e o discurso fundacional de Bush[17] após a guerra do Golfo, 1991, não há lugar para os países da América Latina e do Terceiro Mundo em geral. Estes continuarão a ser os perdedores, já que o poder e o lucro estão concentrados nos países ricos. E há um agravante no pós-guerra fria, pois com o fim da bipolaridade os países pobres sofrerão um grau maior de exploração, quer de sua mão-de-obra, quer de suas matérias-primas, quer de seu mercado. Um dos convites feitos a Moscou por Washington, quando da queda do socialismo, foi o de serem parceiros na exploração do Terceiro Mundo, não entendendo Bóris Ieltsin que faria parte dos pobres.

No entanto, a *nova* ordem, diz Chomsky, se parece muito com a *velha*, obviamente com outro aspecto. Há acontecimentos relevantes, como a internacionalização da economia e suas conseqüências, a intensificação das diferenças de classe em escala global, assim como a extensão desse sistema às regiões dominadas pela ex-União Soviética. Mas o princípio fundamental desta ordem permanece o mesmo: "o governo da lei para os fracos, o governo da força para os fortes; os princípios de 'racionalidade econômica' para os fracos, o poder e a intervenção de Estado para os fortes".[18] Isto porque, como no passado, privilégio e poder não se submetem voluntariamente ao controle do povo ou às regras de mercado. Ambos tentam solapar a democracia e aplicar os princípios de mercado aos seus interesses.

Portanto, na nova ordem mundial, o sistema não se assemelha a um mercado clássico, mas sim a um "mercantilismo corporativo". As grandes instituições privadas, que controlam cada vez mais os governos do Grupo dos Sete países mais desenvolvidos, são centralizadoras e autoritárias, não levando em consideração a organização de trabalhadores e comunidades. Neste sistema ditatorial, dito de "livre empresa", prevalece apenas um único interesse: o lucro que, por sua vez, gera poder. O crescimento das multinacionais tem sido tão grande

17 George Bush fez um discurso no qual anunciava a todos os povos "uma Nova Ordem Mundial a fim de resolver conflitos por meio da diplomacia multilateral e da segurança coletiva".

18 CHOMSKY, Noam. Op. Cit. p. 335.

que se calcula que 40% do comércio mundial não se realiza através de um livre mercado, mas sim via "intra-empresarial".[19] Com tamanho poder, os Estados se tornam reféns de tais empresas e passam a incorporar a estratégia das mesmas com políticas de desregulamentação e privatizações, valorização do capital especulativo ao invés do produtivo, liberalização dos mercados em alguns casos e proteção em outros, bem como a flexibilização dos direitos trabalhistas. Assim sendo, a pilhagem sobre os países pobres aumentou, havendo uma transferência enorme de capital destes para os ricos. Entre 1982 e 1990, cerca de US$ 200 bilhões líquidos, incluindo remessa de lucros e pagamento de juros, deixaram a América Latina. Apesar dessa transferência, a dívida externa, que em 1980 era de US$ 231 bilhões, saltou, dez anos depois, para US$ 400 bilhões.

O segundo nível em que atua a estratégia norte-americana refere-se ao mecanismo militar, tendo como objetivo fundamental instalar e sustentar regimes de poder identificados com a doutrina de "livre mercado" em contraposição a movimentos e governos defensores de modelos de desenvolvimento alternativo. Os Estados Unidos usam várias alternativas para alcançar esses objetivos, tais como a narco-intervenção, a Guerra de Baixa Intensidade, a intervenção militar direta de grande escala e a convergência burocrática e rotineira. Cada uma dessas estratégias está desenhada para fortalecer os regimes políticos identificados com o "livre mercado", e simultaneamente destruir os movimentos indígenas que desafiam este modelo, derrotar as guerrilhas que apresentam uma economia planificada e erradicar o nacionalismo que tenta um desenvolvimento com proteção das riquezas do país.

O terceiro nível apresenta uma estratégia política que visa à promoção de regimes eleitorais nos interstícios de sua política econômica e estratégia militar. Na realidade, Washington busca dar legitimidade aos regimes civis autoritários para facilitar os seus mecanismos de exploração. "A convivência crucial do regime civil com o poder militar serve para facilitar o apoio público interno às políticas imperiais, ao mesmo tempo em que mantém as forças armadas como garantia política na eventualidade de que os regimes eleitorais percam o controle ou ocorra a desintegração das economias de 'livre mercado' provocando levantamentos populares".[20]

---

19 DIETERICH, Heinz. *Cuba ante la razón cínica*. Espanha: Txalaparta, 1994, p. 175.
20 PETRAS, James. Op. Cit. p. 68.

Assim, os Estados Unidos nunca tiveram, sob o ponto de vista ideológico, uma situação tão favorável como a que vivem atualmente no mundo: o predomínio das idéias neoliberais. Ao mesmo tempo que passam por uma crise econômica, que tende a se aprofundar, perdem para o Japão e a Alemanha os mercados mundiais. Daí toda uma estratégia político-econômico-militar para garantir os mercados latino-americanos.

Redes políticas

Patrícia Zumblick Santos May
Mestra em História - UFSC

Resumo:
Este artigo tem por objetivo apresentar os postulados centrais da teoria de redes, sob a perspectiva das relações políticas. Bem como, enfocando as redes empresariais constituídas em Santa Catarina, no período de governo de Celso Ramos (1960-1965), demonstrou-se a aplicação desta teoria como método de análise das ligações entre empresariado e política.

Palavras-chave: Redes – política - empresários

Abstract:
This article aims to present the central postulates of the network's theory, on the perspective of political relations. As well as focusing the enterprises networks constituted in the period of the government of Celso Ramos (1960-1965), was demonstrated the application of this theory as a method of analysis of the relationship between entre-preneurs and politics.

Keywords: Networks - politics - entrepreneurs

Introdução

O estudo de redes vem ganhando cada vez mais espaço nos meios acadêmicos. Isto em parte se deve à construção de novos campos teóricos, erguidos sobre os escombros causados pela "implosão do Estado-nação e dos impérios ideológicos".[1] No caso da teoria de redes, este campo se insere no movimento relacional entre as diversas disciplinas. Perpassando paradigma da interdisciplinaridade, de acordo com Stanley Wasserman e Katherine Faust, os estudos de redes variam

1MAFFESOLI, Michel. *A transfiguração do político: a tribalização do mundo*. Porto Alegre: Sulina, 1997, p. 18.

de trabalhos que contemplam redes de movimentos sociais e redes políticas, a estudos sobre redes de integração econômica, de telecomunicações rurais e de fluxo de mercadorias, entre outros.[2]

Apresentaremos inicialmente algumas considerações acerca dos postulados centrais da teoria de redes, com ênfase nas questões políticas. Num segundo momento, tomando como referência o governo de Celso Ramos (1960-1965), abordaremos a constituição das redes empresariais junto aos principais partidos da época, o PSD, Partido Social Democrático e a UDN, Partido Democrático Nacional, com intuito de demonstrar a aplicação desta teoria como método de análise das relações entre política e empresariado.

As redes como método de análise das relações políticas

Diversos autores têm desenvolvido trabalhos utilizando a teoria de redes. Na Antropologia Social e Ciências Sociais, precursores como J.A. Barnes, nos anos sessenta, buscaram compreender o comportamento dos indivíduos em sociedades complexas pós-industriais, partindo da idéia de uma cadeia de pontos fixos ligados por linhas.[3] Os pontos seriam as pessoas, e as linhas, o conjunto de suas relações. A estrutura dos grupos sociais foi, assim, "visualmente exibida", como mostram Stanley Wasserman e Katherine Faust, com base na imagem de uma rede pesqueira com seus nós e tramas.[4]

Segundo Barnes, o estudo de redes apresenta-se como suporte metodológico que integra teoria e método, dando prioridade à análise do conjunto das ligações estabelecidas pelos indivíduos em suas relações. Barnes utiliza o termo ator para designar esses indivíduos como seres atuantes na sociedade e como manipuladores de suas ações. Nas ligações estabelecidas por estes, procurou perceber a formação de redes que, mesmo estando em constante mutação, apresentam uma

---

2 WASSERMAN, Stanley, FAUST, Katherine. *Social network analysis : methods and applications*. New York : Mark Granovetter : Cambridge University Press, 1990. p. 8-9.

3 BIANCO, Bela Feldman. *Antropologia das sociedades contemporâneas : metódos*. São Paulo : Global, 1987.

4 WASSERMAN, Stanley, FAUST, Katherine, op. cit., p.6.

estrutura estável, onde os atores tendem a agir obedecendo a determinados padrões.[5]

Mas, qual o objeto de análise que liga estes estudos, e qual a importância da teoria de redes para a compreensão das relações políticas?

Primeiramente, é importante esclarecer, com base em David Knoke, que o objeto das redes não são os atores, mas as ligações estabelecidas por esses em suas relações, considerando que ator "é um termo genérico, utilizado para designar uma pessoa, pessoas públicas, corporações ou Estados Nacionais."[6] Portanto, é o sujeito em análise. Em nosso trabalho, os atores enfocados foram os empresários catarinenses, e o conjunto das relações desenvolvidas entre estes e outros atores, no sistema político, constituiu o objeto central das análises conferidas.

Stanley Wasserman e Katherine Faust, defendendo argumentos semelhantes aos de David Knoke, acrescentam que a teoria de redes está fundamentada na hipótese de que as ligações entre os atores são importantes: "atores não constituem unidades independentes, mas unidades que interagem entre si" definindo relações.[7] Essas relações não são casuais, ou, muito menos, destituídas de forma ou conteúdo. Ao contrário, as conexões que a partir dessas se estabelecem, constituem canais que possibilitam a transferência de informações e transferência de recursos materiais e humanos.[8] Assim sendo, o "ambiente estrutural" da rede é capaz de promover ou reprimir ações, bem como, modelar padrões políticos, econômicos e sociais permanentes nas relações entre atores.[9]

---

5 De acordo com Barnes, a análise social através da teoria de redes, permite visualizar quais pessoas interagem entre si, constituindo conexões ou nós da rede, indicando, então, que são os líderes e quem Ver: BIANCO, Bela Feldman, op. cit., p. 159-195. são os seguidores. Esta análise deve, também, revelar "os limites e a estrutura interna dos grupos" Ver: BIANCO, Bela Feldman, op. cit., p. 159-195.

6 KNOKE, David. *Political networks : the structural perspective.* New York : Mark Granovetter : Cambridge University Press, 1990. p. 1.

7 WASSERMAN, Stanley, FAUST, Katherine, op. cit., p. 4.

8 WASSERMAN, Stanley, FAUST, Katherine, op. cit., p. 4.

9 WASSERMAN, Stanley, FAUST, Katherine, op. cit., p. 5.

Estas concepções teóricas foram analisadas em sua amplitude política por David Knoke.[10] A abordagem feita pelo autor é de fundamental importância para demonstrar como as relações de poder são reproduzidas pelas redes no sistema político.

Segundo ele, o poder deve ser compreendido como a combinação de duas dimensões fundamentais: influência e dominação. Para analisar a influência política nas redes, o autor estabelece o mapeamento dos indivíduos e de suas posições no sistema político-social, compondo o que é compreendido como tecido social.[11] Neste, o conjunto das ligações entre os atores, são observadas e analisadas como conexões ou nós. Por estes nós, considerados canais de comunicação, ocorrem a emissão de informações políticas. Indivíduos que pertencem a uma mesma rede estão "unidos uns aos outros por diversos e mútuos nós."[12] Em função disso, tendem a desfrutar de pontos de vista comuns, defendendo os mesmos interesses políticos. Podem, assim, mobilizar-se em prol de candidatos que lhes sejam mais convenientes, influenciando a opinião de atores que pertencem a outras redes. Buscando alcançar seus objetivos, organizam-se estrategicamente, estabelecendo conexões que possibilitem acesso a um vasto sistema de informações políticas: "Atores, que são conectados a outros atores proeminentes, ganham poder pela habilidade posicional que desfrutam, por estarem integrados a um vasto sistema de informações políticas. Atores, localizados à margem do centro de influência ou que a estes se ligam por conexões indiretas, são banidos de localizações de *"uninfluential"*.[13]

Tomando como referência as idéias de David Knoke, procuramos observar, durante o governo de Celso Ramos, quais os empresários que ocuparam posições importantes na esfera política, formando uma elite de comando. Analisamos como esse grupo, mantendo ligações estáveis entre si, deu origem a redes que, uma vez mobilizadas em prol de seus objetivos, puderam exercer influência junto às diretrizes administrativas do Estado. Consideramos, portanto, os partidos políticos como os nós centrais dessas redes, canais através dos quais puderam controlar o fluxo de informações políticas, transformando seus interesses corporativos em projeto de Estado para si e para os outros.

---

10 KNOKE, David, op. cit., p.1-111.
11 KNOKE, David, op. cit., p. 11.
12 KNOKE, David, op. cit., p. 12.
13 KNOKE, David, op. cit., p. 13.

Controlando canais de transferência de informações e de recursos públicos os empresários, através dessas redes, puderam reforçar as relações de dominação entre influenciadores e influenciados, proprietários e não-proprietários.

Também, com base em David Knoke, procuramos observar como essas redes exerceram domínio, envolvendo em suas relações o uso da recompensa ou da repressão. De acordo como este enfoque, um indivíduo pode aderir a uma causa, porque lhe é mais conveniente, devido aos favores que poderá receber em troca ou porque essa adesão pode lhe garantir uma posição mais vantajosa junto à rede dominante. Knoke exemplifica essas relações, lembrando as negociações de votos estabelecidas entre os parlamentares.[14]

Por sua vez, o uso da repressão também é observado como um recurso utilizado, principalmente, quando há a ameaça de perda das posições dominantes ocupadas por aqueles que exercem o poder.[15] É importante ressaltar, nesta abordagem inicial, o trabalho de Jeremy Boissevain, o qual sustenta duas hipóteses centrais: primeiro, observa que, de acordo com esta teoria, os indivíduos são vistos como agentes manipuladores de suas ações, desenvolvendo um conjunto de relações proveitosas, estabelecidas entre parentes, "amigos e amigos de amigos"; em segundo lugar, o autor destaca que, buscando resolver seus problemas ou alcançar determinados objetivos, os atores estabelecem alianças informais. Essas alianças, seladas em espaços transinstitucionais, acabam configurando-se em espaços institucionais, através de redes que tendem a desenvolver uma política de solidariedade entre "amigos".

Com base no trabalho de Jeremy Boissevain, passamos a olhar com atenção as relações constituídas pelo empresariado em círculos de amizade. Nos jornais analisados, variando das colunas políticas às colunas sociais, foi possível perceber que os atores que figuravam nos meios políticos como personagens centrais eram os mesmos que apareciam unidos em rodadas de uísques, em jantares e bares. Essas ligações, estabelecidas em círculos de amizade, tornaram-se um indicador capaz de detectar os membros de uma rede.

Utilizando a teoria de redes, procuramos demonstrar que, através das posições que os indivíduos ocupam no sistema social, quanto mais afastados estiverem de um conjunto de relações influentes e poderosas,

---

14 KNOKE, David, op. cit., p. 14.

15 KNOKE, David, op. cit., p. 15-25.

maiores serão as possibilidades de se manterem à margem de decisões políticas. Em países periféricos, como o Brasil, marcado pela corrupção política e desigualdade social, as redes que dominam os círculos de influência constituem-se em agentes de exclusão social, uma vez que através de seus anéis de comando, formam uma couraça de proteção e controle dos recursos materiais escassos. Da mesma forma, contribuem para que o conteúdo das relações em instituições públicas assumam um caráter de barganha, já que "um bom amigo" pode significar "uma boa posição", um abrigo contra a exclusão econômica e social.

Breve exposição sobre redes político-empresariais em Santa Catarina (1960-1970)

O trabalho do arqueólogo muito chama atenção pela meticulosidade com que recorta, nas diversas camadas de um sítio arqueológico, os objetos que serão classificados e correlacionados para reconstrução de uma dada estrutura social. Do mesmo modo, ao historiador que lance suas análises à luz da teoria de redes é exigido que, minuciosamente, na ampla documentação a seu alcance, colha os dados que, relacionados entre si, possibilitem criar as constituições nodais que servirão, como base, para a construção de sua trama.

Falar sobre redes é visualizar uma imagem, com lentes de aumento, reconhecendo quais são os atores e quais as ligações estabelecidas por estes, no recorte de tempo que se quer analisar.

Assim, para reconstruir o tecido social catarinense nos anos 60, a partir do enfoque da teoria de redes político-empresariais, foi preciso unir as peças de um complexo quebra-cabeça, composto por figuras imbricadas em inúmeros nós. Para pinçar os dados, destinados à composição dos fios que foram entrelaçados ao longo de nossa narrativa, selecionamos como fontes básicas de pesquisa o jornal *O Estado*, responsável pela cobertura da publicidade do governador Celso Ramos e de seu partido, o PSD, e o jornal *A Gazeta*, responsável pela cobertura da publicidade do, principal, partido de oposição ao Governo, a UDN.

No entanto, a leitura dessas fontes foi feita de uma maneira muito especial. Delas nos ocupamos, sem a preocupação de procurar assuntos pré-determinados ou nomes. Ao contrário, repousamos os olhos sobre suas notícias, dia a dia, ano a ano, observando quais eram os atores que figuravam como personagens centrais, bem como, quais eram as principais ligações tecidas em suas relações. Procuramos, também,

perceber no que consistia o discurso que sustentavam e qual a ideologia que defendiam.

Desta forma, através desses jornais foi possível reconstruir o momento histórico de nossa trama, a música de fundo cuja melodia serviu para inspirar os movimentos de nossos atores. Com o tempo, criamos uma certa intimidade com os personagens centrais, e até mesmo pudemos prever a forma como exteriorizariam seus anseios frente às questões dos anos 60 que marcaram suas vidas.

Assim, analisando o mosaico de notícias publicadas nos jornais *O Estado* e *A Gazeta,* foi possível perceber a existência de uma rotina estável que definia a convivência social do empresariado, ou dos membros desta "casta" exclusivista e excludente. Esta rotina pouco variava entre cerimônias de casamentos e jantares oferecidos em residências particulares, "mansões", onde ostentavam sua riqueza e vaidades burguesas, seguindo o comportamento da moda. Ainda, nos finais de semana, ou dias especiais, circulando na capital do Estado, dificilmente deixariam de comparecer nos Bares/Restaurantes de Hotéis, na época tão disputados, como era o caso do "Querência Palace Hotel": os homens para "rodadas de uísque", e os casais para um jantar entre amigos.

Nessa rotina, transformada em notícia, foi possível identificar os grupos formados por amigos mais chegados, freqüentemente flagrados em reuniões restritas. Estes grupos, ou redes de amigos, eram compostos por empresários que estavam ligados entre si no dia-a-dia em função da parceria nos negócios, da liderança em associações de classes, ou estavam ligados através das atividades desempenhadas na esfera política.

Através de aparições freqüentes na imprensa local, as virtudes dessa classe eram, portanto, divulgadas em incansáveis elogios temperados pela lembrança saudosista de seus antepassados, pela retidão de seu caráter, honestidade e simplicidade.

Os homens, tidos como os responsáveis exclusivos pela acumulação de riquezas, eram enaltecidos como heróis sociais, que devido a sua capacidade de ação, foram capazes de erguer "seus templos de trabalho" (as indústrias). Evidentemente, lembrando Sérgio Buarque de Holanda, esses homens eram dedicados "só ao trabalho mental, que não suja as mãos e não fadiga o corpo."[16]

---

16 HOLANDA. Sérgio Buarque de. Raízes do Brasil. Rio de Janeiro : J. Olympo, 1987. v. 1, p.46

Por outro lado, era notório, no conteúdo dessas notícias, a postura cordial de uma imprensa pouco crítica e submissa às rédeas invisíveis do autoritarismo imposto pela ditadura do poder econômico, porque muitos jornais e revistas que circulavam, na época, pertenciam a grupos empresariais. Em alguns casos, tomando como exemplo *A Gazeta*, os empresários mantinham com este um estreito relacionamento, transformando-o em um instrumento a serviço de seus interesses. Como sua sobrevivência dependia da venda de anúncios e da publicação de matérias pagas, (que não eram poucas em época de eleições), tinha no grupo sua principal freguesia.

Como observa Jurgen Habermas, "a imprensa se torna manipulável à medida em que ela se comercializa", convertendo-se em um instrumento a serviço dos interesses de grupos privados.[17]

Portanto, nas propagandas partidárias, nas aparições em colunas sociais, era possível perceber como os empresários organizavam-se junto a esses jornais, controlando o diálogo político, e intervindo em momentos cruciais da vida catarinense.

Os jornais tornaram-se, assim, um espaço de articulação das redes empresariais do PSD e da UDN. Em suas páginas era possível visualizar como os atores mobilizavam-se no interior desses partidos, formando nós, através dos quais permaneciam unidos: parentes e amigos mais chegados. Logo, era possível perceber, na estrutura destes partidos a formação de alas, e nessas alas, os compartimentos principais ficavam à mercê daqueles que exerciam funções de comando na esfera econômica privada. Esses compartimentos principais das alas, denominamos como os anéis de comando das redes.[18]

---

17 De acordo com Habermas, a manipulação da imprensa por grupos privados, devido a sua comercialização, foi demonstrada através da história dos "grandes jornais na segunda metade do século XIX". A imprensa comercial converte-se, assim, em "pórtico de entrada de privilegiados interesses privados".
Ver: HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública* : investigação quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Rio de Janeiro : Tempo Brasileiro, 1984. p. 217..

18 Quando nos referimos a esses anéis de comando, tomamos como referência a idéia de constelações de Barnes. De acordo com o autor, nas ligações entre os indivíduos formam-se redes mais densas, as quais, denomina como estrelas de primeira grandeza, ou estrela alfa. Nestas, os atores estão ligados entre si por contatos primários, como os laços de parentescos, amizade e sociedades, formando, devido sua importância no corpo social , os anéis de comando. Nestes anéis estão situados os atores que possuem liderança no grupo. Analisando esta estrela alfa, Barnes, observa a formação de novas estrelas, que classifica de acordo com a densidade de suas relações e com o grau de proximidade que possuem com a estrela alfa. A estas

Podemos pincelar algumas relações para exemplificar como esses anéis eram constituídos.

No dia 4 de maio de 1956, a *Revista Sul*, do Vale do Itajaí, publicava a união de duas famílias catarinenses. Tratava-se de uma cerimônia de casamento que, de acordo com a revista, "causou geral curiosidade", e "ilustres personalidades da terra barriga-verde estiveram presentes ao majestoso banquete[...]". [19]

Os noivos eram Roberto Konder Bornhausen e Rosi dos Santos Lins, filhos de Irineu Bornhausen e Genésio Miranda Lins, dois personagens centrais da política catarinense nos anos sessenta.

Irineu Bornhausen e Genésio Miranda Lins, que uniram seus patrimônios, através de seus filhos, no plano político despontavam como os principais líderes da UDN no Estado, e no plano pessoal eram sócios de um dos mais importantes estabelecimentos bancários de Santa Catarina, o INCO, Banco da Indústria e Comércio, da Pátria, Cia. de Seguros Gerais e da Moinho Reunidas S. A.

Podemos observar, através da notícia sobre a cerimônia de casamento, que esses empresários articulados à UDN, estavam ligados entre si tanto na esfera política como na esfera íntima privada. Esta relação entre família, empresa e política foi um dos componentes chaves da articulação das redes da UDN, e do PSD. Analisando sua genealogia, pudemos constatar que filhos e genros faziam-se herdeiros, também, de relações.

Neste sentido, chamamos a atenção para o fato de que, basicamente, os anéis de comando que se formaram sob o teto destes partidos, eram compostos por atores que na esfera econômica privada ocupavam a presidência de suas empresas. Havia certa simetria entre a liderança política e liderança de empresa.

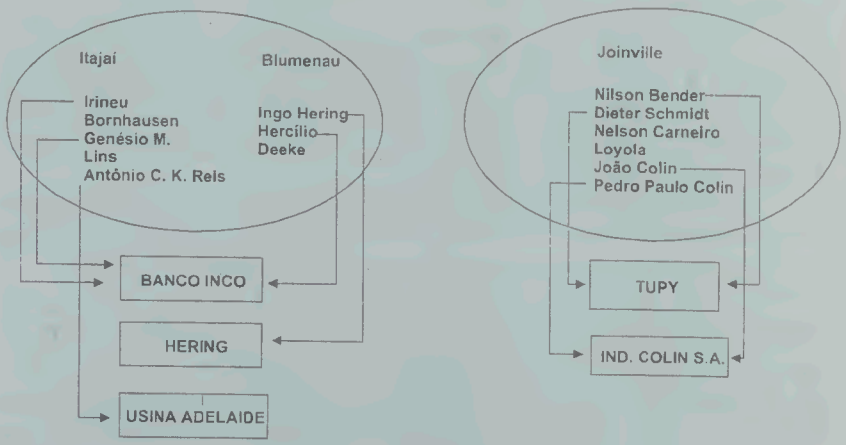
Como podemos observar no fluxograma abaixo, apresentamos os principais atores das redes ligadas ao PSD e UDN, que por sua vez ocupavam a presidência ou direção de indústrias com destaque na economia catarinense.

---

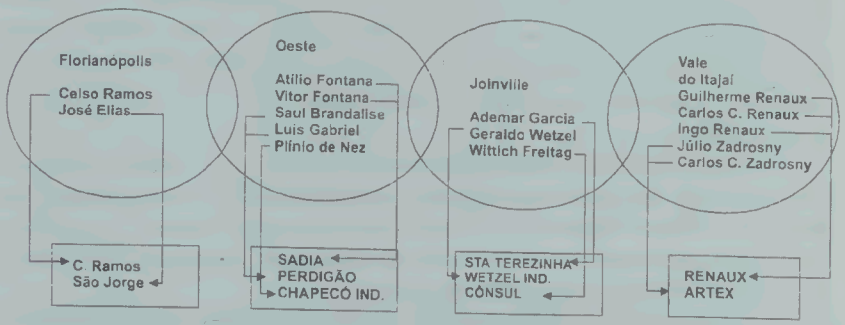
denomina como Beta, Gama e assim sucessivamente. No caso das relações políticas, Barnes exibe visualmente a estrela alfa, através da representação gráfica das ligações que envolvem os líderes políticos e seus aliados, ou seja, aqueles com os quais estes possuem contatos de primeiro grau. Para melhor compreender o assunto ver: BIANCO, Bela Feldman, ibidem, p.135-136.

19 *Revista Sul: o Vale do Itajaí*. Rio de Janeiro, v. 13, n.º 115, p. 11-14, 1956.

PRINCIPAIS ANÉIS DE COMANDO DA UDN



PRINCIPAIS ANÉIS DE COMANDO DO PSD



Constatamos, então, que essa relação entre presidência de empresa e liderança política foi um padrão comum na organização da hierarquia das redes empresariais articuladas ao PSD e à UDN.

Evidentemente, a posição privilegiada que essas redes ocuparam no sistema político, possibilitou aos empresários articularem-se estrategicamente, no dia-a-dia, exercendo o papel de protagonistas nos momentos cruciais da vida catarinense. Podemos exemplificar esta articulação pincelando sua participação no movimento em prol do golpe de 1964.

Com este objetivo, retornaremos à ocasião da cerimônia de casamento do filho de Irineu Bornhausen, costurando algumas ligações entre os atores da UDN e do PSD com esse movimento. Enfocaremos a trajetória desses atores com intuito de mostrar a importância do conjunto de suas relações para formação de nós, que serviram como canais de comunicação entre as redes, possibilitando que sincronizassem suas ações, intervindo planejadamente no campo tensional das relações sociais.

Retomemos a cerimônia de casamento de Roberto Bornhausen e Rosi Lins, convidando o leitor a observar atentamente os convidados sentados à mesa dos noivos, como podemos ver abaixo:

Sentados à mesa estão, da direita para a esquerda, Kirana Lacerda e Jorge Lacerda (Governador de Santa Catarina em 1956), da UDN; Irineu Bornhausen e esposa, Roberto K. Bornhausen e Rosi Lins. Fonte: *Revista Sul: o Vale do Itajaí*. Rio de Janeiro, v. 13, n.º 115, p. 11, 1956.

Percebemos que ao lado de Irineu Bornhausen, está Jorge Lacerda e Kirana Lacerda, padrinhos do casamento. Como dissemos anteriormente, em 1964, os atores principais das redes do PSD e da UDN articularam-se em prol do movimento golpista em Santa Catarina.

Assim, no dia 14 de abril de 1964, flagraríamos a madrinha do casamento do filho de Irineu Bornhauses, Kirana Lacerda, nos bastidores de Associações Comerciais e do Clube dos Lojistas, em Florianópolis.

Na ocasião, pedia a contribuição de todos para a Marcha da Família com Deus para a Liberdade, uma vez que esta só ocorreu no Estado no dia 17 de abril:

> [...] Roberto Bessa (Presidente) dizendo que foi procurado pela Sra. Kirana Lacerda e outras senhoras, sobre a marcha da família [...], assim seria interessante a confecção de uma faixa do Clube, alusiva a situação atual, com dístico pela democracia. Transmite esse apoio aos demais companheiros, reforçado pelo comparecimento de todos a essa marcha [...].[20]

No dia dia 6 de julho de 1964, a mesma Kirana Lacerda, junto à Carolina Gallotti Koerig, estaria na casa de Hilda do Valle e Silva em função de seu aniversário, como podemos constatar:

> A Sra. Murillo Vasco do Valle e Silva, trocou idade 2.ª feira [...] As senhoras Kirana Lacerda, Maria de Lourdes Aquino, Carolina Gallotti Koerig, da CAMDE, estiveram em sua casa.[21]

Ligando os fatos e tecendo as redes, observamos que Kirana Lacerda ao lado da professora universitária, Carolina Gallotti Koerig, Presidente da CAMDE, Campanha da Mulher pela Democracia, em Santa Catarina, figurava entre as comandantes dessa organização feminina pró-golpe. Por sua vez, as duas amigas, compareceram à casa de Hilda do Valle e Silva, para compartilharem juntas o momento íntimo de seu aniversário. Hilda do Valle, também da CAMDE, era esposa do Comandante do 5.º Distrito Naval, Murillo do Valle e Silva, uma das figuras centrais da elite de comando das Forças Armadas Catarinenses, e principal articulador local, das forças golpistas que se mobilizaram através das armas.

Evidentemente, outras mulheres de empresários também participaram da CAMDE no Estado, e, como não poderia deixar de ser, os atores das redes empresariais do PSD e da UDN agiram de forma sincronizada com este movimento, mobilizando-se em rádios, jornais e revistas. Como podemos ver através da reportagem sobre Nilson Bender, diretor-presidente da empresa TUPY, de Joinville, e importante líder da UDN em Santa Catarina:

---

20 Ata do CDL, Clube dos Diretores dos Lojistas. Florianópolis, 14/04/1964, 7.ª reunião, p. 51-52.

21 *O Estado.* Florianópolis, 6 de janeiro de 1964. p. 5.

> Lutar pela democracia ou entregar a nação a potência do comunismo. Cada Brasileiro tinha um papel a desempenhar. Ao toque de reunir um nome despontou como baluarte em terras catarinenses: Nilson Bender. [...] este não hesitou um só momento, de corpo e alma participou ativamente da revolução salvadora [...] A sua luta não parou aí. Nilson Bender foi às rádios, aos jornais, às concentrações cívicas fazendo pronunciamentos da mais alta significação [...] conclamando o povo de Joinville a incorporar-se ao movimento de restauração nacional.[22]

Como líder da rede do PSD, o empresário e Governador Celso Ramos, junto a seu fiel aliado, o Presidente da Assembléia, Ivo Silveira, também, solidarizou-se ao movimento golpista. Após a intervenção militar, ambos colocaram matérias nas primeiras páginas dos jornais *O Estado* e *A Gazeta*, publicando as seguintes mensagens:

> Congratulamo-nos com as Forças Armadas [...] evidenciaram, portanto, sem deixar margem de dúvida, que a infiltração vermelha em determinados altos círculos de influência nacional, era a cada hora era mais intensa [...].[23]
>
> (Celso Ramos, *O Estado*)

> As gloriosas Forças Armadas deixaram evidente que se ergueram apenas contra os que queriam destruída a ordem militar rasgada a constituição Federal, fechadas as Casas Legislativas e a soberania nacional presenteada ao imperialismo soviético.[24]
> (Ivo Silveira, *A Gazeta*)

Um ano após o golpe, numa festa realizada em homenagem à Marinha de Guerra, comemorada em todo País, o jornal *O Estado* traria um "recorte quase perfeito" dos atores com os quais já estávamos familiarizados devido à constância com que apareciam nas páginas dos jornais, nos anos que inauguravam a década de sessenta. No entanto, agora compunham um outro mosaico, fruto das alianças tecidas após a instituição do bi-partidarismo(1965), que oficializou o novo governo empresarial-militar sob o teto da ARENA, Aliança Renovadora Nacional; uma composição política ainda mais exclusivista e excludente. Unidos, empresários da UDN e do PSD, tinham seus nomes, na notícia sobre o baile da marinha, enfocados em substituição aos de suas mulheres,

---

22 *A Gazeta*. Florianópolis, 28 maio 1964. p. 1, c. 2
23 *O Estado*, Florianópolis, 17 mar. 1964. p. 1.
24 *O Estado*, Florianópolis, 02 abr.1964. p. 1.

que foram homenageadas como patronesses do "grande baile" da "sociedade" catarinense, ou deste reduto elitista, onde apenas os convidados possuíam acesso:

> [...] Sra. Governador Celso Ramos (Edith) **C. RAMOS S.A. (PSD)**
> Sra. Ex-Governador Irineu Bornhausen (Marieta) **PÁTRIA/INCO (UDN)**
> Sra. Aderbal Ramos da Silva (Ruth) **HOEPCKE S.A. (PSD)**
> Sra. Ex-Governador Jorge Lacerda-(Kirana) **(UDN)**
> Sra. Heriberto Hülse (Lucy Hülse) **CECRISA/GRUPO CATÃO (UDN)**
> Sra. Prefeito General Paulo Vieira da Rosa (Átila) **IBAD/ESG**
> Sra. Dep. Fed. Álvaro Catão (Lourdes) **GRUPO CATÃO (UDN)**
> Sra. Júlio Zadrosny (Trate) **ARTEX - (UDN)**
> Sra. Hans Dieter Schmidt (Maria Cláudia)". **TUPY - (UDN)** .[25]
> (A parte grifada foi colocada para salientar as relações entre empresários, partidos políticos e militares)

Estes mesmos personagens tornaram-se os principais responsáveis pela fundação da ARENA no Estado, como já haviam feito com o PSD e a UDN.

Além deste dado, os governadores indicados pelos militares, nos anos que se seguiram ao golpe, demonstram a hegemonia que os empresários, articulados ao PSD e a UDN, passaram a dispor na política catarinense após o golpe.

Inicialmente podemos destacar, durante o governo de Ivo Silveira (1965-1970) a cassação do mandato do vice-governador do Estado, Francisco Dall'gna do PTB, Partido Trabalhista Brasileiro. Em seu lugar foi empossado, em 1967, Jorge Bornhausen. Este só pôde tomar posse, aos vinte e três anos de idade, graças à "costura" de uma emenda na Constituição do Estado que alterou a idade mínima dos candidatos para o cargo de governador e vice.

Em seu discurso de posse, publicado pelo jornal *A Gazeta*, Jorge Bornhausen enfatizava:

> A vida político - partidária brasileira, sofreu modificações profundas com o advento da Revolução redentora. De início a administração federal se preocupou em eliminar os vícios terríveis do passado, restaurando a esfacelada economia brasileira. [...] As velhas estruturas partidárias, algumas com relevantes serviços prestados a Pátria, já se encontravam combalidas pela multiplicidade e pelas distorções ideológicas [.. .].[26]

---

25 RADAR na sociedade. O Estado, Florianópolis, 18 abr. 1965.p.2

26 Jornal *A Gazeta*. Florianópolis, 12/03/, n.º 7635, 1967, p.7.

Podemos verificar que, com o fim do mandato de Ivo Silveira, em 1970, foi eleito, indiretamente, ao Governo do Estado, Colombo Machado Salles e para vice-governador, Atílio Fontana (PSD), proprietário da indústria SADIA. Em 1974, foi eleito indiretamente Antônio Carlos Konder Reis (UDN), e para vice-governador o empresário Marcos Henrique Büchler (ambos estavam ligados ao Conselho Administrativo do Grupo WEG, de Jaraguá do Sul); em 1978 foi eleito indiretamente para o governo do Estado o empresário Jorge Bornhausen (UDN) e Henrique Córdova. Os nomes desses governadores e vice-governadores são um atestado de que os empresários durante o Regime Militar formaram a principal rede de comando no cenário político de Santa Catarina.

Finalizando nossas considerações, podemos acrescentar que esses fatos que marcaram a intervenção das redes empresariais no conjunto da sociedade, tornam evidente que o poder conquistado pelo grupo na política catarinense, principalmente após o golpe de 1964, não resultou de ações isoladas, mas ao contrário, foi o resultado da ação de redes que teceram no dia-a-dia suas estratégias, empreendendo em suas relações cotidianas uma política voltada ao favorecimento de amigos e amigos de amigos.

Os empresários através de suas redes puderam ligar-se a diversos campos, como associações de classes, canais de comunicação, garantindo, assim seu domínio frente aos demais grupos sociais. Este domínio não foi só político ou econômico mas, também, ideológico. A coersão que exerciam através do discurso, criou uma moral dominante favorável ao grupo, capaz de legitimar as ações empreendidas na defesa de seus interesses.

Assim, puderam divulgar signos e valores ideológicos que perpassaram sucessivas gerações, criando o que poderia ser denominado como uma espécie de cultura política local.

A nova ordem internacional pós-guerra fria

Waldir José Rampinelli
Professor do Departamento de História da UFSC

CHOMSKY, Noam. **Novas e velhas ordens mundiais**.
São Paulo: Scritta, 1996, 375 páginas.

Noam Chomsky analisa a nova ordem mundial surgida do pós-guerra fria. Com a queda do muro de Berlim, o colapso da União Soviética e a vitória estadunidense na guerra do Golfo, o ex-presidente George Bush instaurou uma nova ordem mundial, a qual adota a estratégia de "resolver conflitos por meio da diplomacia multilateral e da segurança coletiva". Para isto, contou com a submissão da ONU, e de maneira especial de seu Conselho de Segurança, que legitimou várias intervenções armadas do Pentágono. Vive-se, a partir de então, a consagração da democracia representativa como sistema político e a economia de mercado como solução para os problemas da humanidade.

Obviamente que na *velha* e *nova* ordem internacional, a primeira desenhada nas conferências de Bretton Woods e São Francisco, 1944 e 1945 respectivamente, e a segunda nascida com o *fracasso do socialismo* (1991), não há lugar para o Brasil e demais nações do Terceiro Mundo. Estas continuarão a ser as perdedoras, já que o poder e o lucro estão concentrados nos países ricos, e entre eles, de maneira especial nos Estados Unidos. E há um agravante no pós guerra-fria, pois com o fim da bipolaridade os países pobres sofrerão um grau maior de exploração, quer de sua mão-de-obra, quer de suas matérias-primas, quer de seus mercados, ou seja, uma verdadeira *terceiromundialização* ou uma nova *recolonização*. Um dos convites feitos a Moscou por Washington, quando da queda do socialismo, foi o de serem parceiros na exploração do Terceiro Mundo não entendendo Bóris Yeltsin que faria parte dos pobres. A realidade vivida hoje pelos russos comprova o afirmado.

No entanto, a *nova* ordem, diz Chomshy, se parece muito com a *velha*, obviamente com outra aspecto. Há acontecimentos relevantes,

Fronteiras: Revista de História	Florianópolis	n.6	p.139-141	1998

como a internacionalização da economia e suas conseqüências, a intensificação das diferenças de classe em escala global assim como a extensão desse sistema às regiões dominadas pela ex-União Soviética. Mas o princípio fundamental desta ordem permanece o mesmo: "o governo da lei para os fracos, o governo da força para os fortes; os princípios de 'racionalidade econômica' para os fracos, o poder e a intervenção de Estado para os fortes". Isto porque, como no passado, privilégio e poder não se submetem voluntariamente ao controle do povo ou às regras de mercado. Ambos tentam solapar a democracia e aplicar os princípios de mercado aos seus interesses.

Existe hoje, portanto, um *governo mundial de fato*, descrito por James Morgan no *Financial Times*.[1] O Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BIRD), a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a Organização Mundial de Comércio (OMC) no setor econômico; a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Conselho de Segurança no campo político; ainda a ONU e sua Assembléia Geral, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e a Organização Internacional do Trabalho (OIT) no aspecto social/ideológico; a Organização do Atlântico Norte (OTAN) na estratégia militar e o Grupo dos 7 Países Mais Industrializados (G-7) na função de um mega-gabinete começam a atuar com mais afinidade no pós-guerra fria, criando um *Estado imperial* em âmbito mundial, quer na defesa dos interesses das multinacionais, quer na influência dos bancos e empresas de investimento. Essas siglas, pela magia de seu poder, criaram a *global trade* e consequentemente as políticas neoliberais como estratégia de transferência de capital dos países pobres para os ricos; disciplinaram o Terceiro Mundo, principalmente os governos nacional-populistas, que buscavam uma independência maior em relação aos centros de poder; organizaram os processos de integração como mecanismo de criação de mercados para os países industrializados e montaram uma estrutura de poder que aos *periféricos* parece restar apenas o caminho da submissão.

Portanto, nesta nova ordem mundial, o sistema não se assemelha a um mercado clássico, mas sim a um "mercantilismo corporativo". As

---

1 MORGAN, James, *Financial Times*, 25/26 de abril de 1992, citado por CHOMSKY, Noam, op. cit. , p. 225.

grandes instituições privadas, que controlam cada vez mais os governos do G-7, são centralizadoras e autoritárias, não levando em consideração a organização de trabalhadores e comunidades. Neste sistema ditatorial, dito de *livre empresa*, prevalece apenas um único interesse: o lucro que por sua vez gera poder. O crescimento das multinacionais tem sido tão grande que se calcula que 40% do comércio mundial não se realiza através de um livre mercado, mas sim "intra-empresarial" (pág. 227). Com tamanho poder, os Estados se tornaram reféns de tais empresas e passaram a incorporar a estratégia das mesmas, como políticas de desregulamentação e privatizações, valorização do capital especulativo ao invés do produtivo, liberalização dos mercados em alguns casos e proteção em outros, bem como a flexibilização dos direitos trabalhistas. Assim sendo, a pilhagem sobre os países pobres aumentou, havendo uma transferência enorme de capital destes para os ricos. Entre 1982 e 1990, cerca de US$ 200 bilhões líquidos, incluindo a remessa de lucros e pagamento de juros, deixaram a América Latina. Isto equivale a dez planos Marshall. Apesar desta transferência, a dívida externa que em 1980 era de US$ 231 bilhões, saltou, uma década depois, para US$ 400 bilhões.

E a pergunta de Chomshy: - até onde isso pode ir? Será realmente possível construir uma sociedade internacional, com ilhas de prosperidade em um mar de miséria, mantendo-se as fachadas de regimes democráticos? Ou a resistência, que tende a se internacionalizar para obter êxito, desmantelará todas estas estruturas e reinstalará um processo de liberdade, democracia e justiça?

Vale a pena ler este trabalho do lingüista e cientista político do MIT (Instituto de Tecnologia de Massachusets) Noam Chomsky.

Igreja e Poder em Santa Catarina

Rogério Luiz de Souza
Professor do Departamento de História da UFSC

SERPA, Élio Cantalício. *Igreja e Poder em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 1997, 246p.

A pesquisa histórica, através de seus múltiplos olhares sobre os mais diversos e possíveis objetos de investigação, vem sistematicamente se debruçando sobre o fenômeno religioso. Nas últimas décadas, o interesse pelo tema vem ganhando maior espaço dentro da academia, uma vez que se aceitou a premissa de que as instituições religiosas, assim como as próprias práticas religiosas são partes significativas e estruturantes da realidade política, econômica e sócio-cultural das sociedades.

Para a nova geração de historiadores que caminha nessa direção, no entanto, esse objeto requer um conteúdo teórico-metodológico que seja capaz o bastante de lhe assegurar o necessário grau de cientificidade e de lhe garantir a percepção dos possíveis desdobramentos sociais e a interpretação coerente dos fatos históricos.

E é exatamente este o esforço do autor de "Igreja e Poder em Santa Catarina", Élio Cantalício Serpa, Professor do Departamento de História da UFSC, Florianópolis, quando opta por não fazer uma recomposição generalizadora das fontes empíricas, buscando sair de uma narrativa meramente informativa. Seu interesse primeiro, fundamentado nos conceitos da Antropologia, da Sociologia e da Crítica Literária (M. Weber, B. Baczko, N. Elias, Castoriadis, M. Bakhtin, R. da Matta) é resgatar um passado nas suas tramas e nos seus conflitos sociais, mostrando as redes de relação, as resistências e as sobrevivências culturais. Assim, a sua narrativa histórica segue uma via interpretativa das fontes, recolocando "heróis", "antístites", "políticos", "fanáticos" e "excluídos" como sujeitos relacionais de um mesmo processo histórico. Deste modo, influenciando-se reciprocamente, esses

sujeitos mostram-se capazes de elaborar uma história particular de anseios, de comportamentos e de imaginários sociais.

Neste sentido, o autor delimita o seu trabalho, originalmente apresentado como tese de doutoramento em História, "ao conjunto das relações entre elites locais dirigentes, Igreja Institucional e a cultura das camadas populares" (p. 09) nos redutos de povoamento luso-brasileiro, especificamente, Desterro/Florianópolis, Laguna e Lages, no período compreendido entre 1889 a 1920, momento em que o país passava por um processo de transição político-religiosa (formação da República; separação Igreja-Estado). Para atingir tal intento, utilizou de uma documentação variada (correspondências, atas de irmandades, livros tombos, periódicos, discursos, boletins eclesiásticos, memórias e cartas pastorais) o que exigiu, com certeza, uma pesquisa séria e minuciosa. Não obstante, procurando aproveitá-las de modo duplo, leu essas fontes no sentido tradicional, enquanto descrição histórica, mas leu-as também na contramão, em busca de revelações conflituosas, de heterogeneidades culturais e, especialmente, da mentalidade popular. Assim, a dupla leitura a que o autor submeteu as fontes, espelha-se nas recentes preocupações da pesquisa histórica, a partir da qual tenta decifrar, nas entrelinhas do texto, o contexto sócio-cultural da realidade polissêmica.

Partindo daí, o autor de "Igreja e Poder em Santa Catarina" vai perceber a insistência da alta hierarquia católica (D. José de Camargo Barros, D. Duarte Leopoldo e Silva, D. João Becker e D. Joaquim Domingues de Oliveira) em reavivar o espírito cristão de acordo com o projeto do catolicismo romanizado e europeizante, visualizando nessas propostas um processo de remodelação dos costumes e hábitos culturais, exigidos pelo processo de produção capitalista e requeridos pela própria elite dirigente como forma de estabelecer os critérios de distinção e diferenciação social dentro de um ideal de nação civilizada. Além disso, serve-se dessa percepção da realidade histórica catarinense como um "pré-texto" para aprofundar questões como conduta social e violência institucional.

Por outro lado, a obra de Élio Serpa quer mostrar também a força do imaginário religioso do catolicismo popular como ordenador das aspirações e mantenedor dos traços culturais e das tradições, oposto à visão do mundo moderno gestado nos interesses das elites locais e da Igreja romanizada.

Para atingir este propósito, o autor divide sua pesquisa em quatro capítulos. O primeiro capítulo "Igreja: festas e poder" mostra a tentativa da Igreja Oficial em implementar um catolicismo romanizado a partir da redefinição simbólica das práticas devocionais e, também, das manifestações religiosas do catolicismo popular (promessas, benzeduras, procissões, devoções aos santos) que alimentaram esperanças coletivas e que ajudaram a superar dificuldades e carências. No segundo capítulo "Bispos, elites e catolicismo popular" o autor busca nas fontes as relações estabelecidas entre Igreja e Estado (elites locais) com o fim último de fazer valer uma nova "sensibilidade religiosa", preocupando-se com os padrões culturais europeus e criticando comportamentos considerados indesejados (devoções e práticas populares). O terceiro capítulo "Da Alemanha para o Sul do Brasil: a prática dos franciscanos e dos padres seculares" mostra a interferência das ordens e congregações religiosas na consolidação do catolicismo romanizado, o relacionamento com as elites locais e os espaços de diálogo (escolas, associações, jornais) criados por elas a fim de diferenciar grupos sociais e difundir valores e condutas compatíveis com as novas aspirações modernizadoras. O quarto e último capítulo "Reações ao clero alemão e as resistências à reformulação das manifestações religiosas populares" analisa as reações à Igreja e ao clero alemão a partir da imprensa anticlerical ("O Clarão"), mostrando os conflitos étnicos e o processo de apropriação de capelas e irmandades, além de resgatar as visões de mundo dos sujeitos históricos e revelar as resistências da tradição cultural-religiosa.

Enfim, "Igreja e Poder em Santa Catarina" ultrapassa a história institucional, chegando até mesmo a fazer uma crítica às abordagens descritivas que não revelam as relações de conflito entre os grupos sociais. Trata-se, pois, menos de um estudo sobre a História da Igreja em Santa Catarina, embora enfatize em alguns momentos sua organização e estruturação, do que sobre o confronto entre os códigos morais e sociais definidos pelos representantes da Igreja Oficial e da elite dirigente local e as práticas populares na inauguração do novo regime político republicano: tempo de transição, tempo de busca de distinções sociais, tempo de afirmação das instituições políticas e religiosas.

Normas para publicação

1. Os trabalhos enviados para publicação deverão ser inéditos, não sendo permitida sua apresentação simultânea em outro periódico. De preferência redigidos em português, FRONTEIRAS: Revista de História publicará eventualmente textos em espanhol.

2. Os trabalhos enviados serão apreciados pelo Conselho Editorial, que buscará pareceres de Consultores ad-hoc. Os autores serão notificados da aceitação ou recusa de seus artigos. Os originais, mesmo quando não aproveitados, não serão devolvidos. Os nomes dos consultores permanecerão em sigilo, omitindo-se os nomes dos autores perante os consultores.

3. Os originais deverão ser encaminhados em três vias, digitados em espaço duplo, em torno de 20 laudas, além de um disquete, devidamente identificado, com o artigo digitado em *Word for Windows*. Cada lauda deverá ter 30 linhas com 80 caracteres.

4. A apresentação dos trabalhos deve seguir a seguinte ordem:

   a. Título pleno em portugês.

   b. Sugestão de título abreviado.

   c. Nome de cada autor, seguido por afiliação institucional.

   d. Indicação do autor e a quem a correspondência sobre o artigo deve ser enviada, com o endereço completo.

   e. Resumo em português com, no máximo, 5 linhas.

   f. Palavras-chave, em português (no mínimo 3 e no máximo 5).

   g. Título pleno em inglês, compatível com o título em português.

   h. Abstract, em inglês, compatível com o texto do resumo.

   i. Keywords, em inglês, compatíveis com as palavras-chave.

5. Texto. As referências biliográficas devem ser colocadas em nota de rodapé, sem o ítem Bibliografia no final do artigo.

6. As referências bibliográficas obedecerão aos seguintes esquemas:

   a. Livro: SOBRENOME, Nome, *Título em itálico*. Local de publicação, Editora, data. Ex.: ELIAS, Norbert. *O Processo Civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahr Ed., 1993.

   b. Coletânea: SOBRENOME, Nome. Título não em itálico. In: SOBRENOME, Nome, org. *Título do livro em itálico*. Local de publicação, editora, data, p. ii-ii. Ex.: FERRO, Marc. O filme: uma contra-análise da sociedade. In: LE GOFF, org. *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976, p. 198-215.

   c. Artigo. SOBRENOME, Nome. Título do artigo. *Título do periódico em itálico*, local de publicação, número do volume, número do fascículo, página inicial-final do artigo, mês(es) e ano da publicação. Ex.: CAMPOS, Cynthia Machado. O imaginário nacionalista em Sílvio Romero. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, v. 16, n. 23, p. 11-34, 1998.

   d. Tese acadêmica. SOBRENOME, Nome. Título da tese em itálico. Local, data, número de páginas. Dissertação (Mestrado) ou Tese (Doutorado). Instituição em que foi defendida. (Centro ou Faculdade e Universidade). Ex.: FERREIRA, Sérgio Luiz. *O banho de mar na Ilha de Santa Catarina (1900-1970)*. Florianópolis, 1994, 140 p. Dissertação (Mestrado). Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina.

7. FRONTEIRAS é uma publicação não-partidária ou doutrinária, autônoma e pluralista, recebendo contribuições independente das posições políticas e ideológicas de seus autores, que são responsáveis pelas opiniões expressas em seus artigos.

ARTIGOS

Historiografia recente sobre a emigração alemã para o Brasil
Jorge Luiz da Cunha

Protestantismo e etnia: sobre a preservação da identidade étnica no protestantismo de imigração
Lauri Emílio Wirth

Catolicismo e Projeto de Higienização em Santa Catarina (1945-1960)
Rogério Luiz de Souza

Em busca da "Sciencia Medica": tentativas de legitimação da medicina homeopática
Renata Palandri Sigolo

Tempo livre, tempo de educar
Adriano Luiz Duarte

O elogio da descontinuidade: Michel Foucault e a historiografia
Norberto Dallabrida

Sérgio Buarque de Holanda: Fronteiras, Natureza e Cultura
Cristina Scheibe Wolff

Estados Unidos e a América Latina: o declínio de uma hegemonia (parte II)
Waldir José Rampinelli

Redes políticas
Patrícia Zumblick Santos May